

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - CCHLA
NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - NCDH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS - PPGDH**

**“NINGUÉM NASCEU PARA SEMENTE”: VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS
EM NARRATIVAS DE ADOLESCENTES E JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE NA
PARAÍBA**

CAMILLA RAMALHO RAMOS

**JOÃO PESSOA - PB
2025**

CAMILLA RAMALHO RAMOS

**“NINGUÉM NASCEU PARA SEMENTE”: VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS
EM NARRATIVAS DE ADOLESCENTES E JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE NA
PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Luziana Ramalho Ribeiro.

JOÃO PESSOA - PB

2025

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

R175n Ramos, Camilla Ramalho.

"Ninguém nasceu para semente" : violações de Direitos Humanos em narrativas de adolescentes e jovens privados de liberdade na Paraíba / Camilla Ramalho Ramos. - João Pessoa, 2025.
162 f. : il.

Orientação: Luziana Ramalho Ribeiro.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Direitos Humanos - Violações. 2. Criminalização da juventude. 3. Privação de liberdade - Adolescentes. 4. Privação de liberdade - Jovens. 5. Socioeducação. I. Ribeiro, Luziana Ramalho. II. Título.

UFPB/BC

CDU 342.7(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS



**ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO(A) MESTRANDO(A)
CAMILLA RAMALHO RAMOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS/CCHLA/UFPB**

Aos vinte e cinco do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, realizou-se a sessão de defesa de Dissertação do(a) mestrando(a) Camilla Ramalho Ramos, matrícula 20231017459, intitulada: “**NINGUÉM NASCEU PARA SEMENTE”: VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS EM NARRATIVAS DE ADOLESCENTES E JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE NA PARAÍBA.** Estavam presentes os professores doutores: Luziana Ramalho Ribeiro (Orientador(a), Nelson Gomes de Sant Ana e Silva Junior (Examinador(a) Interno(a), Maria de Fatima Pereira Alberto (Examinador(a) externo(a) e Ilana Lemos de Paiva (Examinador(a) externo(a). O(A) Professor(a) Luziana Ramalho Ribeiro, na qualidade de Orientador(a), declarou aberta a sessão, e apresentou os Membros da Banca Examinadora ao público presente, em seguida passou a palavra a(o) mestrando(a) Camilla Ramalho Ramos, para que no prazo de trinta (30) minutos apresentasse a sua Dissertação. Após exposição oral apresentada pelo(a) mestrando(a), o(a) professor(a) Luziana Ramalho Ribeiro concedeu a palavra aos membros da Banca Examinadora para que procedessem à arguição pertinente ao trabalho. Em seguida, o(a) mestrando(a) Camilla Ramalho Ramos respondeu às perguntas elaboradas pelos Membros da Banca Examinadora e, na oportunidade, agradeceu as sugestões apresentadas. Prosseguindo, a sessão foi suspensa pela Orientador, que se reuniu secretamente, apenas com os Membros da Banca Examinadora, e emitiu o seguinte parecer: A Banca Examinadora considerou a DISSERTAÇÃO: APROVADA. A seguir, o(a) Orientador(a) apresentou o parecer da Banca Examinadora o(a) mestrando(a) Camilla Ramalho Ramos, bem como ao público presente. Prosseguindo, agradeceu a participação dos Membros da Banca Examinadora, e deu por encerrada a sessão. E, para constar eu, Herbert Henrique Barros Ribeiro, assistente em administração do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, lavrei a presente Ata. João Pessoa, 25 de julho de 2025.

Luziana Ramalho Ribeiro

Documento assinado digitalmente

gov.br MARIA DE FATIMA PEREIRA ALBERTO
Data: 31/07/2025 11:08:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente

gov.br ILANA LEMOS DE PAIVA
Data: 28/07/2025 10:15:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente

gov.br NELSON GOMES DE SANT ANA E SILVA JUNIOR
Data: 01/08/2025 10:04:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LISTA DE SIGLAS

CONJUVE - Conselho Nacional de Juventude

CUT - Central Única dos Trabalhadores

CV - Comando Vermelho

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

EUA - Estados Unidos da América

FEBEM - Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor

FGV - Faculdade Getúlio Vargas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MVI - Morte Violenta Intencional

ONU - Organização das Nações Unidas

PCC - Primeiro Comando da Capital

PEC - Projeto de Emenda Constitucional

PB - Paraíba

PL - Projeto de Lei

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI - Programa Universidade para Todos

REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RJ - Rio de Janeiro

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SISU - Sistema de Seleção Unificada

SNAPPEN - Secretaria Nacional de Políticas Penais

SNJ - Secretaria Nacional de Juventude

SP - São Paulo

UBES - União Brasileira de Estudantes Secundaristas

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNE - União Nacional dos Estudantes

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Centro educativo do jovem.....	85
Figura 2 – Centro socioeducativo Edson Mota.....	86
Figura 3 – Divisão territorial.....	96
Figura 4 – Desenho feito por Kaká.....	97

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - CATEGORIZAÇÃO DA JUVENTUDE	16
1.1 ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE NA HISTÓRIA	17
1.2 A TRAJETÓRIA DA JUVENTUDE BRASILEIRA	19
1.3 A ATUALIDADE DA JUVENTUDE NO BRASIL	27
CAPÍTULO 2 - ATRAVESSAMENTOS VIOLENTOS	33
2.1 CAPITÃES DE AREIA: REALIDADES QUE SE APROXIMAM	35
2.2 “SOLDADO DO MORRO”: DESROMANTIZANDO AS FACÇÕES	42
2.3. ONDE TUDO INICIOU	43
2.4. UMA REALIDADE MAIS PRÓXIMA	46
CAPÍTULO 3 - PIXOTE AINDA VIVE EM NÓS: VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS EM UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS	52
3.1 A IMAGEM DA SOCIOEDUCAÇÃO	52
3.2 RESISTÊNCIAS MARGINAIS	58
CAPÍTULO 4 - O CAMPO QUE FALA	62
4.1. CAMINHOS METODOLÓGICOS	62
4.2. FORA E DENTRO DAS PAREDES AZUIS: O CAMPO.	64
4.3 A ESCALADAÇÃO DOS SUJEITOS DE PESQUISA: QUEM SÃO NOSSOS JOGADORES?	
69	
CAPÍTULO 5 - “FAVELA VIVE, SONHO TÁ A QUILÔMETRO, A MORTE TÁ A MILÍMETROS”: ANÁLISE E DISCUSSÃO	75
5.1 VIOLAÇÕES ANTES DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE	75
5.2 RELAÇÃO ENTRE VIOLAÇÕES E ATOS INFRACIONAIS	88
5.3 FORMAS DE RESISTÊNCIA	113
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	126

RESUMO

A presente dissertação busca compreender, a partir das narrativas de 7 adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade na cidade de João Pessoa – PB, como se expressam as múltiplas formas de violações de direitos humanos em suas trajetórias de vida. Portanto, essa pesquisa tem como objetivo geral analisar as violações de direitos humanos nas trajetórias de adolescentes e jovens privados de liberdade a partir de suas narrativas. E como específicos: identificar as principais vivências de violências sofridas pelos sujeitos pesquisados antes da privação de liberdade; Investigar a relação entre as violação de direitos e o cometimento de atos infracionais; Conhecer os métodos de resistência frente às violações de direitos sofridas antes e depois da privação de liberdade. A pesquisa é de natureza qualitativa e se ancora na Análise de Conteúdo Temático, conforme proposto por Minayo, utilizando entrevistas semiestruturadas como ferramenta de escuta ativa dessas vozes muitas vezes silenciadas pelas estruturas institucionais e pelo olhar seletivo do Estado. A escolha pela escuta dessas juventudes não se dá de forma neutra: parte de um compromisso ético-político com a denúncia das violações estruturais e cotidianas que antecedem, atravessam e sucedem o encarceramento desses sujeitos, em sua maioria, negros, pobres, periféricos e do Nordeste. A partir de um olhar crítico e situado no materialismo histórico-dialético e na criminologia crítica, a pesquisa discute como a lógica de um histórico colonialista e capitalista no Brasil se materializa nos corpos e subjetividades desses sujeitos, perpetuando um ciclo histórico de criminalização da pobreza e racialização da violência. Os resultados encontrados respondem aos objetivos: Todos os entrevistados passaram por diversas violações de direitos, materializados em violências dos mais diversos tipos, como físicas, simbólicas e institucionais; as narrativas demonstram que existe um entrelaçamento entre essas violações e a atribuição de atos infracionais, quando o Estado não se mostra tutelador, apenas se fazendo presente com a mão da punição; que as medidas socioeducativas são extensões das violências sofridas antes da privação de liberdade, e as acentuam ainda mais, agora reconfigurada pelas instituições; e por fim, que por mais que as violências fossem cotidianas, esses adolescentes e jovens inventaram e reinventaram formas de resistir, junto com a coletividade e a afetividade.

Palavras-chave: criminalização da juventude; socioeducação; violações de direitos humanos; privação de liberdade; adolescentes; jovens.

ABSTRACT

This dissertation seeks to understand, based on the narratives of seven adolescents and young people serving socio-educational deprivation measures in the city of João Pessoa, Paraíba, how the multiple forms of human rights violations are expressed throughout their lives. Therefore, the general objective of this research is to analyze human rights violations in the life stories of adolescents and young people deprived of liberty based on their narratives. The specific objectives are: to identify the main experiences of violence suffered by the research subjects before their deprivation of liberty; to investigate the relationship between rights violations and the commission of criminal acts; and to understand the methods of resistance to rights violations suffered before and after their deprivation of liberty. The research is qualitative in nature and is anchored in Thematic Content Analysis, as proposed by Minayo, using semi-structured interviews as a tool for actively listening to these voices often silenced by institutional structures and the selective gaze of the State. The choice to listen to these young people is not neutral: it stems from an ethical-political commitment to denouncing the structural and daily violations that precede, permeate, and follow the incarceration of these individuals, most of whom are Black, poor, peripheral, and from the Northeast. From a critical perspective, situated within historical-dialectical materialism and critical criminology, the research discusses how the logic of a colonialist and capitalist history in Brazil materializes in the bodies and subjectivities of these individuals, perpetuating a historical cycle of criminalization of poverty and racialization of violence. The results meet the objectives: All interviewees experienced numerous rights violations, materialized in violence of various types, including physical, symbolic, and institutional. The narratives demonstrate an intertwining of these violations and the attribution of criminal acts, when the State does not act as a guardian, merely acting with the hand of punishment. That socio-educational measures are extensions of the violence suffered prior to deprivation of liberty, further exacerbating it, now reconfigured by institutions. and finally, that even though the violence was everyday, these teenagers and young people invented and reinvented ways of resisting, together with the collective and affection.

Keywords: peripheral youth; criminalization of poverty; socio-education; necropolitics; human rights violations; youth resistance.

AGRADECIMENTOS

“Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar” - Bertolt Brecht.

Agradeço, antes de tudo, aos adolescentes e jovens que escolheram compartilhar suas vidas comigo. Obrigada. Não esquecerei nenhuma de nossas trocas, sorrisos e silêncios. Estarei sempre em movimento para que o mundo seja um lugar melhor para vocês, onde seus sonhos não sejam podados por um sistema que insiste em calar. Obrigada por serem minha seleção vencedora: Kaká, Cristiano Ronaldo, Gabigol, Yamal, Vini Jr., Pelé e Endrick.

À minha família, especialmente às mulheres. À minha mãe Marcella, orgulhosa militante do MST, que sempre me apoiou nos estudos, me sustentou nos momentos mais difíceis e acreditou em mim incondicionalmente. À minha Nonna Concetta, que me transmite o maior amor do mundo e, com seu afeto, me ajudou a atravessar os dias ruins. À minha irmã Irene, que me fez ser uma pessoa melhor e me faz desejar, todos os dias, outro mundo para ela viver. À minha tia Carmela e à minha prima Noemi, por sempre estarem presentes e celebrarem comigo cada conquista.

Ao meu pai, Júlio César, que me emprestou um pouco de sua genética de luta e do amor pelos livros. Às minhas irmãs Juliana, Maria e Joana, que sempre incentivaram meus estudos, adoram me chamar de caçulinha e são, para mim, espelhos de profissionalismo e dedicação.

À minha orientadora, Luziana Ramalho Ribeiro, por acreditar neste projeto, me orientar com precisão, acolher nossas diferenças e transformar meu modo de estudar e enxergar o mundo. Sua mente é brilhante. Obrigada por compartilhá-la comigo e com tantos outros discentes que têm o privilégio de aprender ao seu lado.

Ao Levante Popular da Juventude: sem vocês, essa dissertação não existiria. Escrevo porque acredito na centralidade do estudo para a construção de um Projeto Popular para o Brasil. Estudo porque sei que nossos jovens precisam de outro país, um país onde não seja mais aceitável que um jovem morra pelas mãos do Estado. Pesquiso porque acredito que a ciência deve ser feita com o povo e para o povo — para que o sangue derramado nas favelas,

a terra ocupada pelos sem-terra, cada mulher silenciada pelo patriarcado e toda luta de juventude não sejam em vão.

Aos meus amigos da vida — Alessandra, Maria Clara e Mateus Arruda —, vocês foram estrelas que iluminaram minhas noites sem luz. Acreditaram em mim quando nem eu conseguia. Foram suporte quando minhas pernas vacilaram e ouvidos quando precisei chorar. Obrigada, de coração.

Às minhas meninas do mestrado: Mariana, Jully Emilly, July Portioli, Isabelli, Lara e Michele. Vocês tornaram essa caminhada mais leve e divertida. Obrigada pelas risadas, pelo acolhimento e pela parceria. Tenho certeza de que cada uma de vocês tem um caminho lindo pela frente — e quero estar lá para ver de perto.

Aos que não alcancei com estas palavras, saibam que sou profundamente grata. Todos que passaram — e passam — por mim deixaram sua marca. Esta dissertação também é de vocês.

Agradeço à banca examinadora pela leitura cuidadosa e pelas contribuições generosas. Sei que todas as observações enriquecerão este trabalho.

Por fim, agradeço às instituições que abriram suas portas e possibilitaram a realização desta pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

Essa dissertação de mestrado foi produzida no âmbito do *PPGDH* (Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas), vinculado à Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e alocado no *CCHLA* (Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes). A produção é fruto de um percurso construído desde a graduação, quando tive acesso à extensão e à pesquisa universitária. Os projetos dos quais participei à época visavam investigar a relação entre ter sido vítima de trabalho infantil e a atribuição de um ato infracional.

A partir das vivências dentro e fora dos muros socioeducativos, tive a oportunidade de conhecer um pouco das histórias de vida daqueles adolescentes e jovens com os quais mantive contato semanal, mesmo durante a pandemia. Essa convivência ajudou a construir o projeto de pesquisa que agora se concretiza no mestrado. Portanto, esta dissertação trata das violações de direitos humanos sofridas por adolescentes e jovens privados de liberdade. Para isso, nosso foco recai sobre as narrativas — obtidas por meio de entrevistas — de socioeducandos do município de João Pessoa - PB, sob guarda e proteção da *FUNDAC* (Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida). A escolha desta temática se justifica pela evidente estigmatização (Lúcio, 2018) que esses sujeitos sofrem por parte do Estado, da mídia e da sociedade, que os percebem apenas como violadores de direitos, e não como sujeitos que também têm seus direitos violados.

Cabe ressaltar que os adolescentes e jovens em privação de liberdade são, em sua maioria, negros e pobres, o que intensifica o estigma (Goffman, 1988) de criminosos, reforçado sobretudo pelas narrativas midiáticas, especialmente no jornalismo policial (Lúcio, 2018). São oriundos de bairros periféricos, com acesso precário às políticas sociais do Estado, inseridos precocemente no trabalho infantil para ajudar no sustento da família ou atender à lógica de consumo do capital (Silva; Alberto; Costa, 2020); submetidos à violência (inclusive policial) ou à perda de familiares como consequência da violência urbana (Fefferman, 2006; Coelho; Rosa, 2013; Bortolozzi, 2014; Alberto et al., 2021); e, por fim, convivem com a presença constante do tráfico de drogas em suas “quebradas” (Bortolozzi, 2014; Ramos; Alberto, 2019; Alberto et al., 2021; Brito, 2022).

Antes de adentrar o conteúdo propriamente dito, faz-se necessário explicar o título que esta dissertação carrega: “*Ninguém nasceu para semente*”. Essas palavras foram ditas por um dos adolescentes entrevistados, aqui chamado de Yamal — em homenagem ao jogador do

Barcelona, de quem o adolescente era fã. Yamal, assim como seu ídolo, era o mais novo da unidade socioeducativa em que se encontrava, tendo completado recentemente 14 anos. Sua institucionalização foi determinada aos 12 anos, quando mal havia ingressado na adolescência. O contexto da frase me impactou profundamente. Foi durante a segunda entrevista com Yamal — que constantemente carregava um olhar triste — ao tratar das motivações que o levaram a se aproximar da facção local. Entre as questões levantadas, o medo constante de morrer nas mãos de um grupo rival era recorrente. Quando perguntei se ele tinha medo de morrer, respondeu: “Tem nada não, se morrer enterra. (...) A pessoa morre um dia ou outro. Ninguém nasceu para semente” (Yamal, 14 anos).

Em leituras anteriores, como no artigo “*Corpos em rebeldia e o sofrimento-resistência: adolescentes em conflito com a lei*” de Vicentin (2011), essa frase já aparecia como um mote recorrente entre adolescentes cumprindo medidas socioeducativas de internação, que viviam situações-limite dentro dessas instituições, caracterizadas como *Estado de Exceção* (Agamben, 2004). No momento da entrevista, Yamal estava em uma instituição de sequestro — da vida, da adolescência — o CSE (Centro Socioeducativo Edson Mota). Com ele, vinha uma bagagem marcada por ausências e faltas (como será mais bem discutido no Capítulo 4), nas quais o sofrimento se materializava não apenas no olhar triste e na estrutura corporal curvada, mas também em sua pele. No dia anterior à entrevista, ele havia se machucado, marcando em seu antebraço a sigla da facção “CV”, e parecia mais abatido do que na primeira vez em que o encontrei. Vicentin (2011) define essas manifestações como *sofrimento-resistência*, um ato em que o corpo e a linguagem se tornam os únicos meios de reafirmar algum poder sobre si, uma "necessidade de estabelecer um novo sistema de valores, de atitudes e de forma de vida [que] é vital, e dessa capacidade resultará o êxito em salvaguardar a própria vida e a de outros" (Vicentin, 2011). As análises de Vicentin, embora se refiram ao final dos anos 1990 e início dos 2000, ainda se mostram plenamente atuais para os sujeitos desta pesquisa.

Essa atualidade se confirma nos dados apontados pelo *Atlas da Violência* (2024), segundo os quais, em 2023, pessoas negras representaram 77,1% das vítimas de assassinato no Brasil, com as regiões Norte e Nordeste liderando o ranking de violência. Outro dado relevante do mesmo relatório é que a maioria das vítimas eram adolescentes e jovens entre 15 e 29 anos, 93,9% do sexo masculino e oriundos das periferias urbanas. Já no mais recente relatório da *Rede de Observatórios da Segurança* (2023), os dados indicam que a maioria das pessoas mortas pela polícia eram negras e jovens — em Recife, por exemplo, todas as pessoas

mortas pela polícia em 2021 e 2022 eram negras. Essas mortes se concentram principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país.

De modo similar, o último levantamento do *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo* – SINASE (2024) mostra que a maioria dos adolescentes cadastrados no sistema é do sexo masculino (quase 96%), identifica-se como parda e/ou negra (mais de 60%) e provém de contextos de vulnerabilidade social. Esses dados apenas confirmam o que já é perceptível: o negro no Brasil tem um lugar reservado — “cadeia ou caixão”, como me disse um jovem em privação de liberdade no CEJ (Centro Educativo do Jovem).

Diante desse panorama, é evidente que o Estado e a sociedade já elegeram o alvo a ser eliminado e silenciado: jovens, pobres, negros, nordestinos e periféricos. Trata-se da materialização de uma política de gestão da morte, definida por Achille Mbembe (2011) como *Necropolítica*, a lógica segundo a qual algumas vidas são consideradas descartáveis, enquanto outras são autorizadas a viver.

Infelizmente, essa realidade persiste mesmo diante da Lei 8.069/1990 — o *Estatuto da Criança e do Adolescente* (ECA) —, que impõe como dever do Estado, da sociedade e da família o cuidado e o bem-estar desses sujeitos, sendo o principal marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes no país. No entanto, o que parece é que esses adolescentes e jovens não são considerados dignos de cuidado, e os marcos legais raramente os alcançam de forma plena.

Ainda no ECA (1990), o Art. 112, que dispõe sobre seis medidas socioeducativas, estabelece que a internação em estabelecimento educacional só deve ser aplicada em último caso, respeitando o princípio da brevidade. No entanto, o Sistema de Justiça não tem cumprido o que determina a lei. De acordo com o levantamento do SINASE (2024), 75,1% dos adolescentes e jovens cadastrados estavam cumprindo medidas de internação, número superior ao do último levantamento, de 2019, quando o percentual era de 71,6%. Isso demonstra um aumento na aplicação da medida de privação de liberdade, mesmo com a diminuição do número de vagas ocupadas no sistema. Mais uma vez, a lei é negligenciada justamente para aqueles que deveria proteger.

Dentro dessa lógica, observa-se que, ao serem institucionalizados, os adolescentes não sofrem apenas a privação de liberdade, mas também outras punições físicas, simbólicas e subjetivas. É o que Sawaia (2001, p. 104) denomina de *sofrimento ético-político*, caracterizado como “a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade”. Em *Estado de Exceção* (2004), Giorgio Agamben mostra como a suspensão de direitos recai sobre determinados sujeitos — no caso

das unidades socioeducativas, isso se manifesta na negação de direitos humanos básicos aos adolescentes ali confinados. Essas unidades, que mais se assemelham a prisões com paredes azul-bebê, reproduzem violações sistemáticas: desde a violência física — praticada por agentes socioeducativos, policiais ou entre os próprios internos — até os abusos sexuais (Lúcio, 2018; CNJ, 2012). Mesmo após anos de discussões e promessas de reformas, essas unidades não perderam sua estrutura prisional (CNMP, 2019; Mendes, 2022), ainda que o número de vagas tenha diminuído significativamente entre os levantamentos do SINASE de 2019 e 2024. E conforme afirma Foucault,

A prisão é o local onde o poder de punir, que não ousa mais se exercer com o rosto descoberto, organiza silenciosamente um campo de objetividade em que o castigo poderá funcionar em plena luz como terapêutica e a sentença se inscrever entre os discursos do saber (1999. p 284).

Isso repercute na negação de direitos que impacta não apenas o corpo, mas atinge diretamente a subjetividade, configurando uma nova forma de sofrimento: “um híbrido de poder disciplinar e repressivo” (Vicentin, 2011, p. 104). Como materialização desse sofrimento, o aprisionamento gera um sentimento de mortificação, expresso em exaustão, medo, desamparo e impotência, podendo inclusive levar ao suicídio (Vicentin, 2016; Ramos; Alberto, 2023).

Como vimos, as negações de direitos e as violências na vida desses adolescentes e jovens assumem múltiplas formas. Para Timóteo e Oliveira (2021), a negação da participação e das escolhas políticas é mais uma dessas facetas, uma vez que esse espaço de ação possui um caráter emancipatório e de tomada de consciência enquanto sujeitos de direitos.

Diante do exposto, a presente pesquisa para o mestrado em Direitos Humanos propõe o uso de entrevistas semiestruturadas, com base no método de análise proposto por Minayo (2004), a *Análise de Conteúdo Temática*. As entrevistas foram organizadas em três blocos, buscando abranger as narrativas dos adolescentes e jovens entrevistados para possibilitar um aprofundamento sobre suas vivências. Assim, este trabalho tem como objetivo geral analisar as violações de direitos humanos nas trajetórias de adolescentes e jovens privados de liberdade a partir de suas narrativas. Como objetivos específicos: identificar as principais experiências de violência sofridas pelos sujeitos pesquisados antes da privação de liberdade; investigar a relação entre a violação de direitos e o cometimento de atos infracionais; e conhecer os métodos de resistência adotados frente às violações sofridas antes e depois da institucionalização.

Esses objetivos foram sendo construídos dentro de uma caminhada social, política e acadêmica que se iniciou ainda antes da minha entrada na UFPB. Sou filha de militantes e cresci em uma casa cheia de contradições, mas que respirava luta por todos os lados. Meu pai foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) desde os 16 anos, perseguido durante a ditadura e demitido por “terrorismo” quando era professor de Filosofia do Direito na atual UNIPÊ. Também atuou como advogado em conflitos agrários, defendendo camponeses da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e do MST (Movimento Sem Terra), trabalhando ao lado de figuras como Dom José Maria Pires e Dom Helder Câmara. Lembro dos anos 2000, quando ele assumiu pela segunda vez a superintendência do INCRA e me levava aos territórios em conflito, debaixo da lona preta, para as longas reuniões de negociação. Digo com orgulho que ele desapropriou muitas terras para os camponeses, sobretudo no litoral sul paraibano.

Minha mãe, a quem devo toda minha criação, não é brasileira — por isso carrega fortes influências matriarcais italianas. Ela iniciou sua militância ainda jovem, na Reforma Católica italiana, dentro do Diretório Central dos Estudantes de sua universidade. Posteriormente, filiou-se ao PCI (Partido Comunista Italiano), onde teve acesso a diversas lutas e reivindicações. Como em toda família italiana, o catolicismo fazia parte da formação, e foi com os combonianos (Missionários Combonianos do Coração de Jesus, fundado por São Daniel Comboni em 1867) que ela veio ao Brasil. Esses missionários atuavam nas comunidades mais empobrecidas com trabalho de base. Morou em casa de taipa, ocupou terra e conheceu meu pai nos conflitos entre a CPT e os capangas do açúcar em Cruz do Espírito Santo. Ela me ensinou o que Frei Betto sempre pregou: “a cabeça pensa onde os pés pisam”. Foi com ela que aprendi a caminhar sobre o solo fértil da luta.

Foi minha mãe quem apoiou meus sonhos e jamais podou minhas asas. Com ela aprendi o valor do estudo, da dedicação e de fazer tudo com amor. Ela é a idealista da família — até hoje não desaprendeu a se indignar. E foi dela que aprendi a me indignar, quando a vi fazer das tripas coração em um momento em que estava grávida e sem trabalho. Quando, mesmo com dificuldades, não me negou o prazer da leitura, ainda que o livro pesasse no orçamento da casa.

Em meio às adversidades, cursei o ensino médio em escola pública — e sou grata por isso todos os dias. Foi nessa fase que atuei na gestão do grêmio estudantil do IFPB. Meu primeiro evento como estudante foi o congresso da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), no final de 2012. Já em 2013, à frente do grêmio, participei das Jornadas de Junho e comecei a moldar meu pensamento crítico e político. Mas ainda não era o bastante.

Em 2015, entrei no curso de Psicologia pelo PROUNI, na UNIPÊ. Cursei um período, mas não me encontrei naquele modo de fazer psicologia. Aquele lugar já não me cabia mais, principalmente após participar, com minha mãe, da primeira manifestação contra o Estatuto do Nascituro, proposta pelo então deputado Eduardo Cunha. Foi nesse momento que comprehendi que o caminho teria que ser outro. Entre 2015 e 2019, estive em todos os atos possíveis. E foi aí que conheci o Levante Popular da Juventude — meu maior forjador, minha fonte de orgulho e admiração. Foi minha mãe quem me empurrou para o Levante, mesmo quando eu não queria sair de perto dos batuques e daquelas juventudes diversas e combativas, que usavam camisas pretas para “anticipar o luto contra o opressor”. No Levante, comprehendi que não seriam as quatro paredes de um consultório que fariam nascer a psicologia em que acredito. A psicologia que me interessa está na base, nas comunidades, no diálogo, na escuta, na luta. Porque um sonho que se sonha só é apenas um sonho; mas um sonho que se sonha junto, vira tarefa. E desde 2016 venho cumprindo essas tarefas com compromisso.

Realizei diversas funções no Levante, mas a que mais me identificou foi o trabalho territorial, junto às comunidades, periferias e escolas secundaristas. Foram os militantes da frente territorial que me formaram, ensinaram e construíram politicamente, principalmente no EIV – Sergipe (Estágio Interdisciplinar de Vivência), onde morei durante 15 dias num assentamento, em formação intensiva. Outro momento decisivo foi a ocupação das universidades contra a PEC 55 — a emenda constitucional do congelamento de gastos por 20 anos, assinada por Michel Temer. Estivemos nas ruas contra o golpe, resistindo. Foi nessa confluência entre luta e universidade que construí o caminho que me trouxe até aqui. Hoje, contribuo no setor de formação política do movimento, responsável pela formulação teórica dos debates sobre o extermínio da juventude preta e periférica, segurança pública, encarceramento e guerra às drogas.

Na universidade, conheci uma nova forma de ver a Psicologia por meio do LAPSUS (Laboratório de Pesquisa e Extensão em Subjetividade e Segurança Pública). Descobri que a Psicologia é muito mais do que psicanálise, análise ou fenomenologia. Ela pode — e deve — fazer sentido para o povo. Pode ser usada a nosso favor. Depois do LAPSUS, tive a enorme realização de ingressar no NUPEDIA (Núcleo de Pesquisa e Estudo sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência), o espaço que, de fato, me convidou para o caminho em que me encontro agora. Foi ali que tive contato — com seriedade, afeto e responsabilidade — com adolescentes e jovens do sistema socioeducativo. Aquela era a Psicologia viva, e eu me apaixonei. Sinto que herdei o idealismo da minha mãe nesses momentos. Nunca deixei de me apaixonar e de me indignar.

Passei anos envolvida com pesquisa e extensão no campo da socioeducação e, mesmo durante a pandemia, continuei acompanhando os adolescentes de forma remota. Além de bolsista PIBIC e extensionista, fui educadora no PIBIC-EM, acompanhando jovens no processo de se tornarem pesquisadores e de descobrirem mais sobre suas realidades. Os projetos que integrei buscavam investigar a interligação entre o trabalho infantil e o cometimento de atos infracionais. Antes desses estudos, eu não compreendia a gravidade do trabalho infantil no Brasil, em grande parte devido à naturalização do tema. Hoje entendo que o direito de ser criança, adolescente e jovem é central e urgente em nosso país.

Para finalizar o curso, desenvolvi uma pesquisa sobre as consequências da privação de liberdade na saúde mental de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa. As entrevistas e os dados revelaram que há uma trajetória anterior ao encarceramento marcada por sucessivas violações de direitos, e que essas violações muitas vezes contribuem para o cometimento de atos infracionais — os quais também podem ser entendidos como formas de resistência à realidade social. Foi na graduação que me apaixonei por esse campo e, graças aos colegas, professores e à universidade pública, compreendi o que eu queria ser. Quero ser educadora, formadora, professora. Quero ser pesquisadora. E foi por isso que me mobilizei em torno desta temática.

Diante desse percurso, a escolha do objeto de pesquisa se deu de maneira natural, a partir da compreensão de que “sem o questionamento do sofrimento que mutila o cotidiano, a capacidade de autonomia, a subjetividade dos homens, a política, inclusive a revolucionária, torna-se mera abstração e instrumentalização” (Sawaia, 2001, p. 99). Por isso, acredito que minha posição como profissional e mestrandona deve ser também uma posição política — voltada à emancipação e à libertação.

Esta dissertação está dividida em quatro capítulos: o primeiro aborda a categorização da adolescência e juventude em geral, com foco na realidade brasileira e dados atualizados; o segundo trata dos atravessamentos violentos nas trajetórias de vida desses sujeitos, a partir da literatura nacional e internacional; o terceiro analisa a realidade da privação de liberdade no sistema socioeducativo, bem como as formas de resistência que se constroem ao longo da vida e dentro das instituições; e, por fim, o quarto capítulo apresenta a metodologia, o campo e a análise de conteúdo. Nesse sentido, vamos ao primeiro capítulo.

CAPÍTULO 1 - CATEGORIZAÇÃO DA JUVENTUDE

A construção das concepções sobre adolescência e juventude ao longo da história constitui o foco deste primeiro capítulo, que se propõe a explorar não apenas o contexto global, mas também a forma como essas categorias foram construídas e reinterpretadas no Brasil. Com base nas reflexões de Cassab (2010) e de outros autores, compreendemos que adolescência e juventude são construtos sociais permeados por contextos históricos e culturais, refletindo uma diversidade de experiências e realidades individuais. Essa perspectiva nos leva a reconhecer não uma, mas múltiplas juventudes, moldadas por influências como cultura, raça, gênero e classe social (Cassab, 2012; Souza e Paiva, 2012; Groppo, 2017; Souza e Nunes, 2018).

Embora ancorada na visão sócio-histórica, a compreensão dos períodos de desenvolvimento, para Vygotsky (2014), também incorpora aspectos biológicos, que mediam as vivências de cada criança à medida que se torna adolescente e, posteriormente, jovem. Para ele, o processo de desenvolvimento do sujeito é uma totalidade, intrinsecamente ligada à interação entre mente, corpo e ambiente social. Dessa forma, a análise das trajetórias juvenis contempla não apenas as dimensões sociais, mas também os aspectos biológicos que moldam esses períodos cruciais do desenvolvimento humano.

Nesse contexto, este capítulo busca oferecer uma visão abrangente das diferentes facetas da juventude, explorando desde sua contextualização histórica até sua manifestação no cenário contemporâneo brasileiro. Ao traçar esse panorama, pretende-se não apenas compreender a complexidade das experiências juvenis, mas também analisar criticamente as políticas e práticas que moldam a vida dos jovens — com especial atenção para a criminalização da juventude pobre e preta, tema que será aprofundado ao longo de toda a dissertação, mas introduzido aqui, neste capítulo.

1.1 ADOLESCÊNCIA E JUVENTUDE NA HISTÓRIA

Adolescência e juventude, antes de fases do desenvolvimento, são conceitos carregados por sentidos históricos e culturais. Ou seja, essas categorias são definidas conforme o tempo histórico, a sociedade e a economia vigentes. Na história, não aparecem como categorias homogêneas, tampouco possuem definições conceituais uniformes, pois cada sociedade em sua época estabelece próprias concepções e atribuições (Souza; Paiva, 2012).

Segundo Cassab (2012), que fez um apanhado histórico da construção das categorias jovem (o sujeito) e juventude (o tempo do sujeito), na Antiga Roma, a juventude era marcada pela troca de toga aos quinze anos, simbolizando a entrada na vida pública e adulteza. A juventude era vista como fase transitória, cujos impulsos deveriam ser controlados para tornar-se um adulto pleno. No século II d.C., surge a maioridade legal como forma de responsabilizar socialmente os indivíduos e acelerar o ingresso nas responsabilidades sociais, como casamento e administração do patrimônio.

Na Idade Média, Cassab (2012) aponta duas concepções sobre juventude. Uma compara o desenvolvimento humano às estações do ano, simbolizando fases com características distintas. A segunda é a classificação etária, que previa fases com idades estabelecidas: pueritia (7-14), adulescentia (14-21), juventus (21-35), entre outras. As idades podiam variar conforme a vontade familiar. Em ambas as concepções, a juventude era vista também como um período de transgressão e liberdade, encerrado apenas com o casamento ou o serviço militar.

Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silvares (2010) acrescentam que as crianças eram vistas como adultos em miniatura, com atribuições definidas pela classe social. Jovens da nobreza iam para a cavalaria; os pobres, para o artesanato. A família era o agente disciplinador central, com a escola como apoio. Na sociedade feudal, jovens da elite eram enviados a expedições para amadurecer; para as mulheres, o casamento era o marco da transição para a vida adulta.

Cassab (2010; 2012), Groppo (2017) e Oliveira (2018) destacam que apenas após a Revolução Francesa a juventude passa a ser objeto de estudo e compreensão. Até o século XVII, crianças de cinco a sete anos já assumiam funções adultas (Pereira, 2019). A mudança ocorre no século XVIII-XIX, quando se reconhece a juventude com características próprias, atravessada por relações sociais e biológicas (Schoen-Ferreira, 2010; Cassab, 2012).

Com as revoluções Francesa, Industrial e Russa, a juventude passa a ser associada à transgressão e às emoções intensas. Na sociedade industrial capitalista, isso gera a imagem da juventude como problema social a ser controlado (Cassab, 2012; Oliveira, 2018). Segundo Ariès (1986), a juventude operária era marginalizada e vista como perigosa. Engels (2010) afirma que a burguesia criminalizou os trabalhadores para justificar sua exploração.

Cassab (2012), Groppo (2017) e Oliveira (2018) explicam que a burguesia prolongou a juventude com escolarização e ócio produtivo, enquanto a juventude proletária era inserida precocemente no trabalho e adultizada. A escola funcionava como disciplina para os

burgueses; para os pobres, era restrita e tecnicista. Para Cassab (2012), esses jovens viviam "esvaziados de esperança e do sentido de futuro" (p. 153).

Durante os séculos XIX e XX, surge a figura do delinquente juvenil. A modernidade associa a juventude a comportamentos desordeiros e a uma fase perigosa (Harvey, 2014; Groppo, 2017). Cassab (2010, p. 155) ressalta que os jovens pobres eram vistos como vagabundos e ameaçadores. A criminalização do proletariado os colocava como alvos do policiamento e do controle do Estado.

Canguilhem (2002) critica como a ciência legitimava a marginalização dos jovens pobres, associando-os a patologias genéticas. Os eugenistas reforçavam o preconceito de classe com base em "provas" pseudocientíficas. A ciência, nesse contexto, servia como ferramenta de controle social.

Apesar disso, a medicina e a psicologia passaram a entender a adolescência como fase de descoberta da identidade, da sexualidade e de mudanças hormonais (Groppo, 2017; CASSAB, 2012). Porém, essas características também reforçaram a visão da juventude pobre como perigosa. As classes altas continuavam sendo associadas a virtudes; as baixas, à criminalidade (Cassab, 2012; Groppo, 2017).

Com a modernidade e o fortalecimento do Estado, surgem as políticas públicas para a juventude, ora educativas e laborais, ora de segurança e punição (Cassab, 2010; 2012). A juventude burguesa ganhou narrativas positivas: engajada, revolucionária, simbolizando esperança. A juventude pobre, ao contrário, seguiu sendo criminalizada.

No contexto latino-americano, essas diferenças se aprofundam com a marca racial. Segundo Sosenski e Albarrán (2012), povos originários tinham ritos próprios de transição. Na colonização, crianças negras e indígenas eram exploradas e privadas da infância, enquanto filhos dos colonos recebiam educação religiosa.

Com a independência das colônias e o capitalismo, elites passaram a ver a juventude como preparação para a vida pública. Jovens negros eram considerados inferiores e perigosos. As ideias eugenistas e higienistas reforçavam essa visão, alimentando o processo de branqueamento populacional (Sosenski; Albarrán, 2012).

No século XX, a adolescência passou a ser fase de direitos e proteção. A juventude, no entanto, ganhou papel político, liderando movimentos revolucionários como os da Cuba, Nicarágua e do EZLN no México. Ainda que perseguidos, jovens tornaram-se protagonistas das mudanças sociais.

No Brasil, é fundamental reconhecer que a concepção de juventude está marcada por racismo e desigualdade social. A construção histórica da periculosidade juvenil recai de forma

brutal sobre a juventude preta e periférica. Na próxima seção, será feita a análise histórica da juventude no Brasil e sua expressão nos indicadores contemporâneos, considerando a herança escravocrata e as desigualdades raciais (Alberto, 2021).

1.2 A TRAJETÓRIA DA JUVENTUDE BRASILEIRA

Esta seção se inicia com a introdução da música "Vida é Desafio" do grupo Racionais MCs, a qual corresponderá à discussão apresentada neste segundo momento.

Desde cedo a mãe da gente fala assim, 'filho, por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor.' Aí passado alguns anos eu pensei: Como fazer duas vezes melhor, se você tá pelo menos cem vezes atrasado? Pela escravidão, pela história, pelo preconceito, pelos traumas, pelas psicoses... duas vezes melhor como? Você é o melhor ou o pior de uma vez. E sempre foi assim. Você vai escolher o que tiver mais perto de você, o que tiver dentro da sua realidade. Você vai ser duas vezes melhor como? Quem inventou isso aí? Quem foi o pilantra que inventou isso aí?

O objetivo desta seção é traçar uma historicização da juventude brasileira, desde a invasão européia até os dias atuais. Na seção seguinte, serão evidenciadas, com base em dados e levantamentos contemporâneos, as consequências históricas que recaem sobre adolescentes e jovens, especialmente aqueles que hoje se encontram internados em unidades socioeducativas.

As palavras de Mano Brown na introdução de “A vida é desafio”, escrita em 2002, remetem ao passado do Brasil, sobretudo ao período da colonização portuguesa. A formação do país, marcada por intensas contradições, está profundamente vinculada à história do capitalismo. É essencial lembrar que esse sistema se desenvolveu à custa da exploração de povos africanos e indígenas, submetidos à violência que sustentou a acumulação primitiva de capital na Europa. No Brasil, esse processo se manifestou por meio da espoliação de recursos naturais, visando abastecer a indústria europeia com matérias-primas extraídas sob condições brutais. Os corpos escravizados eram reduzidos à condição de mercadorias, com valor de troca e venda, utilizados na exploração do trabalho e na produção de mais-valia, conforme analisado por Marx (2013) no capítulo 24 do primeiro volume de *O Capital*, referente à “acumulação primitiva”.

Dentro desse cenário, é necessário compreender que, diferentemente do contexto europeu, onde as distinções entre infância e juventude estavam ligadas às classes sociais, no Brasil essa diferenciação se dá não só pela classe, mas também é atravessada, sobretudo, pela questão racial, como aponta Clóvis Moura (2023). Assim, antes de avançar para outras

análises, torna-se crucial elucidar o conceito de raça e sua relevância no contexto brasileiro. No livro "O Espetáculo das Raças", a antropóloga Lilia Moritz Schwarcz (1993) define raça como uma construção social e cultural profundamente enraizada no período colonial e republicano. A autora destaca que, durante a colonização, a ideia de raça estruturou as relações sociais, políticas e econômicas, funcionando como justificativa para a dominação dos povos originários e africanos escravizados. Ela analisa como essa categorização permeava todas as esferas sociais da época, inclusive as jurídicas e econômicas, como exemplificado na Lei do Ventre Livre (1871), tema que será retomado mais adiante. Schwarcz também demonstra como discursos científicos, religiosos e culturais legitimaram ideias raciais baseadas no darwinismo social, consolidando uma ideologia de superioridade branca que ainda hoje molda a experiência da juventude negra.

Nessa perspectiva, Mbembe (2018), em "Crítica da Razão Negra", aprofunda a discussão ao explorar a interconexão entre colonialismo, capitalismo e racismo. O autor demonstra como esses sistemas se sustentam mutuamente ao longo da história. No contexto colonial brasileiro, a ideologia de superioridade racial branca justificava a exploração das populações indígenas e africanas, fornecendo base para o avanço do capitalismo global. Os colonizadores retratavam esses povos como "primitivos" e "inferiores", legitimando a dominação e a exploração econômica. Mbembe argumenta que o racismo não pode ser dissociado do legado colonial nem do surgimento do sistema capitalista, pois juntos moldaram as estruturas sociais e econômicas contemporâneas. Segundo ele, o negro é "produto de uma máquina social e técnica indissociável do capitalismo, da sua emergência e globalização. Este nome foi inventado para significar exclusão, embrutecimento e degradação, ou seja, um limite sempre conjurado e abominado" (Mbembe, 2018, p. 19).

Com base nesse entendimento, e a partir da perspectiva teórica de Clóvis Moura (2023), comprehende-se a raça não como dado biológico, mas como construção histórica e política, instrumentalizada para sustentar a dominação econômica. Em "História do Negro Brasileiro", Moura afirma: "A raça não é um dado natural, mas uma arma de dominação. O negro foi racializado para ser escravizado, e sua libertação exige a destruição desse sistema" (Moura, 2023, p. 45). Além disso, o autor enfatiza a apropriação da identidade negra como forma de resistência, vinculada às lutas contra o racismo e pela abolição, consolidando-se como categoria política.

Com base nessas definições e no legado histórico exposto, ao olharmos para o período colonial e para as embarcações que traziam africanos ao Brasil, deparamo-nos com uma realidade alarmante: a altíssima taxa de mortalidade infantil durante as travessias. As viagens

eram marcadas pela extrema precariedade: escassez de alimentos e água, falta de ventilação, doenças trazidas pelos colonizadores, superlotação e exposição aos rigores climáticos do Atlântico. As crianças eram amontoadas nos porões, tratadas como mercadoria. Poucas sobreviviam à travessia, como mostram Goés e Florentino (2002), no capítulo "Crianças escravas, crianças escravizadas", do livro "História das Crianças no Brasil". Os dados revelam que, entre as crianças com até dez anos, dois terços morriam antes de completar o primeiro ano de vida e 80% não alcançavam os cinco anos. As que sobreviviam eram, desde os quatro anos, introduzidas ao trabalho doméstico e agrícola. Entre os 12 e 14 anos, já eram equiparadas a adultos escravizados.

Nesse sentido, Kátia de Queirós Mattoso (1988), em "Os filhos da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre)", complementa essa análise ao apresentar o panorama anterior e posterior à promulgação da referida lei, em 1871. A autora evidencia que a criança escravizada era vista como mercadoria, propriedade dos senhores, sem qualquer direito legal ou proteção. Mesmo quando havia distinção etária entre infância, adolescência e adulteza, as crianças negras eram empurradas precocemente para o trabalho forçado. Como afirma Mattoso (1988), essas crianças deixavam de ser "crianças negras ou mestiças irresponsáveis" para se tornarem força de trabalho.

A Lei do Ventre Livre (1871), que prometia alterar essa realidade, mantinha na prática o ciclo de exploração. O texto previa que os filhos de mulheres escravizadas seriam mantidos sob responsabilidade dos senhores até os oito anos, momento em que o senhor poderia optar entre entregá-los ao Estado em troca de indenização ou utilizá-los como mão-de-obra até os 21 anos. Ou seja, a lei legalizava o trabalho infantil precoce, já que aos oito anos o jovem já era considerado apto ao serviço, mesmo que ainda fosse socialmente reconhecido como criança. Mattoso (1988) observa que a maioria dos senhores optava por mantê-los no trabalho, por ser mais lucrativo que a indenização estatal, perpetuando a exploração.

Mary Del Priore (2012), em "A criança negra no Brasil", mostra que muitos dos filhos libertos pela lei, ao atingirem a idade legal prevista, eram abandonados nas ruas. Muitas vezes, instituições privadas, sobretudo de cunho religioso, os recolhiam e os formavam para o trabalho manual. Esses espaços, longe de promover autonomia, funcionavam como instrumentos de disciplinamento e contenção da "vagabundagem".

Essas instituições foram as primeiras experiências educativas acessadas por essas crianças. Antes do século XVIII, o único ensino possível era oferecido pelos jesuítas e voltado, em grande parte, para os indígenas. Os casos de crianças negras escolarizadas eram raros (Del Priore, 2012). No século XIX, nos primórdios do ensino público brasileiro, apenas

sujeitos livres, vacinados e, majoritariamente, brancos podiam frequentar as escolas. A educação oferecida era de cunho profissionalizante para filhos de trabalhadores pobres, enquanto os filhos da elite recebiam instrução particular (Del Priore, 2012, p. 236). A presença de alunos negros ou pardos era exceção, o que evidencia a marca estrutural da desigualdade racial na história da educação pública brasileira.

Nesse segundo aspecto, observamos a forte influência dos discursos médicos e jurídicos que se voltaram contra a presença crescente de crianças, sobretudo negras, nas ruas. Essas narrativas exigiam ações para restringir a circulação desses sujeitos, sustentando a ideia de que a infância negra simbolizava desordem e atraso (Del Priore, 2012). É também nesse período, conforme Schwarcz (1993), que na Bahia e no Rio de Janeiro os discursos eugênicos e higienistas começaram a ganhar força, especialmente a partir da atuação de Nina Rodrigues, influenciado pela criminologia italiana. Essa perspectiva sustentava que a miscigenação era causa da degeneração do país. Médicos da época, detentores do saber "científico", estabeleceram relações diretas entre doenças e raças, atribuindo, por exemplo, à população negra uma predisposição para moléstias como a sífilis. Já no início do século XX, estudos sobre alienação mental associavam a miscigenação à loucura, defendendo os manicômios judiciários como locais permanentes de exclusão social para esses indivíduos.

Nessa linha, Cassab (2010) destaca que a construção do conceito de juventude no Brasil se consolida a partir desse mesmo século, impulsionada pelos avanços da medicina e das ideias higienistas. Estas, ao reforçarem a centralidade da família burguesa como base da sociedade, passaram a influenciar diretamente os padrões de comportamento, educação e organização familiar. Em contraste com o modelo colonial autoritário e violento, essa nova abordagem propunha a preservação do bem-estar e do desenvolvimento adequado das crianças, marcando uma mudança na forma como a juventude passou a ser compreendida. Contudo, esse cuidado destinava-se prioritariamente aos filhos das elites coloniais, e não às crianças negras e pobres, historicamente marginalizadas.

Assim, mesmo com o surgimento do conceito de jovem como categoria distinta da infância e da adulteza, essas mesmas correntes de pensamento também contribuíram para a construção da ideia de juventude como problema social a ser controlado, especialmente por saberes médicos e jurídicos (Schwarcz, 1993). Nesse cenário, as instituições educacionais assumiram papel decisivo: enquanto jovens de famílias ricas eram direcionados à educação formal e, eventualmente, ao ensino superior, os jovens negros e pobres eram destinados ao trabalho, e, em alguns casos, à educação técnica ou profissionalizante (Cassab, 2010; Del

Priore, 2012). Essa desigualdade de acesso construiu o desenvolvimento histórico da juventude brasileira.

Cassab (2010) observa que a educação pelo trabalho, somada à doutrina cristã, funcionava como instrumento de controle sobre esses jovens. Quando tais instituições fracassavam em discipliná-los, o sistema de justiça era acionado como agente corretivo. Ainda no século XIX, surgem as primeiras experiências do que hoje conhecemos como sistema socioeducativo: as colônias correacionais. Essas instituições recebiam indivíduos enquadrados como "vagabundos", categoria que incluía mendigos, ébrios, vadios e capoeiras – termos frequentemente atribuídos a crianças e jovens negros. As colônias reproduziam formas de trabalho forçado, configurando uma espécie de escravidão pós-abolição. A concepção jurídica e social da época considerava o trabalho como "antídoto para o crime".

Del Priore (2012) reforça que esses jovens sempre foram vinculados à ideia de que o trabalho era seu único caminho legítimo. Na ausência dessa ocupação, restava-lhes o crime – consequência apontada como inevitável. A autora observa que, até hoje, as imagens mais associadas às antigas FEBEM (Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor) são de jovens negros. Cassab (2010) acrescenta que esses jovens eram rotulados como pertencentes às "classes perigosas", conceito largamente difundido pelos higienistas e outros saberes da época, e que persiste até os dias atuais.

Coimbra (1995), ao analisar a construção do termo "classes perigosas", revela que essa categoria foi usada como ferramenta política para associar a violência urbana à juventude negra e pobre. Segundo ele, “a categoria ‘classes perigosas’ não é neutra: ela serve para justificar a repressão seletiva contra grupos já marginalizados” (p. 54).

Dessa maneira, pode-se afirmar que o século XX foi especialmente marcante para a história do Brasil, não apenas pelas profundas transformações sociais, mas também pela experiência de uma ditadura que atravessou o país e, posteriormente, foi superada com a promulgação da Constituição de 1988, a chamada Constituição Cidadã. Todos esses acontecimentos moldaram e influenciaram a juventude, sobretudo porque foi nesse período que surgiram a maioria das legislações voltadas especificamente para esse grupo. Nesse sentido, Oliveira (2018) e Coimbra (1995) destacam que as primeiras ações estatais direcionadas aos jovens priorizaram o controle e a segurança, como o trabalho forçado e a institucionalização, em detrimento de políticas de proteção e inclusão social, como exemplificado pelo Código de Menores de 1927, que abrangia crianças e adolescentes de 0 a 18 anos.

As autoras Cassab (2010) e Oliveira (2018) analisam criticamente o Código de Menores. Cassab (2010) argumenta que ele resultou de políticas voltadas à normatização social da juventude, especialmente daquelas consideradas "desviantes" ou em situação de risco. Em vez de promover inclusão e desenvolvimento, o código reforçou estigmas e exclusões, perpetuando a violência institucional. De forma semelhante, Oliveira (2018) avalia que o código refletia uma visão repressiva e assistencialista, contribuindo para a marginalização de jovens pertencentes a grupos sociais vulneráveis.

Naquele contexto, tanto o Estado quanto a sociedade viam a juventude como um problema, o que reforçava sua estigmatização e afastamento das decisões que os envolviam. As instituições voltadas a esse público falhavam em atender suas reais demandas, tratando-os apenas como receptores passivos de políticas públicas. No entanto, a partir da década de 1960, especialmente após o golpe de 1964, os saberes acadêmicos passaram a enxergar essa juventude sob novas lentes (Cassab, 2010; Oliveira, 2018).

Antes de aprofundar esse momento, é importante contextualizar o que se pensava sobre juventude à época. Oliveira (2018) observa que as guerras mundiais influenciaram diretamente as ciências sociais, inclusive no Brasil. No pós-guerra, a juventude passou a ser vista como grupo-chave, capaz de provocar revoluções ou rebeliões, especialmente na década de 1950, impulsionada por transformações culturais e políticas. A academia brasileira, influenciada por essa conjuntura, voltou-se a estudar os processos políticos e sociais vividos pelos jovens.

Contudo, a organização da juventude no Brasil remonta a 1937, com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), que já naquela época mobilizava estudantes por reformas universitárias e contra a opressão. Após a Segunda Guerra Mundial, a UNE passou a defender a democratização, a educação pública e reformas sociais (Freitas; Noronha, 2023). Nos anos 1960, os estudos sobre juventude priorizaram o jovem "revolucionário", em detrimento da juventude negra e periférica. O golpe militar de 1964 e a subsequente ditadura civil-militar colocaram a juventude no centro das atenções das ciências sociais, dividida entre os que aderiram ao regime e os que resistiram. A UNE foi duramente reprimida, com sua sede incendiada, sendo lançada à ilegalidade. Ainda assim, sua mobilização se tornou símbolo da luta contra o autoritarismo (Cassab, 2010; Freitas; Noronha, 2023).

A partir desse momento, a juventude passou a ser vista como força de transformação social, tanto no Brasil quanto no mundo, simbolizando a esperança por novos caminhos (Oliveira, 2018). Com isso, duas visões se consolidaram: de um lado, a juventude como problema social; de outro, como solução e potência para o futuro. Silva (2019) aponta que os

jovens rotulados como problema eram, em geral, os negros, pobres e periféricos, vítimas de um olhar seletivo das instituições.

Nas décadas de 1980 e 1990, a juventude também se organizou por meio da cultura. O lazer, direito historicamente negado às camadas populares, passou a ser apropriado por jovens de classes sociais marginalizadas (Cassab, 2010; Ramos, 2024). O movimento hip hop, especialmente através do grupo Racionais MC's, cumpriu papel central ao denunciar, em suas letras, as opressões vividas por essa juventude.

Ainda nesse período, surgia o crime organizado no Brasil, que passou a cooptar jovens pobres e negros. Segundo Bruno Paes Manso e Camila Nunes Dias (2018), houve uma política de "limpeza social" em periferias de São Paulo, levada a cabo por grupos de extermínio compostos por ex-policiais, militares e civis. Esses grupos executavam sumariamente jovens classificados como perigosos por ocuparem territórios estigmatizados, contrariando o ideal de branquitude. Essas ações produziram um clima de medo e opressão e acabaram fomentando o crescimento de facções como o Primeiro Comando da Capital (PCC), que passou a oferecer proteção a jovens vitimados ou ameaçados por esses grupos.

Em paralelo, a redemocratização permitiu uma importante atuação política da juventude. Sua mobilização foi determinante para a inclusão dos direitos de crianças e adolescentes na Constituição de 1988. Embora a juventude como categoria não tenha sido contemplada diretamente, a Carta Magna representou um avanço ao reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. O texto constitucional estabeleceu como dever do Estado, da família e da sociedade assegurar-lhes o direito à vida, à educação, à cultura, à saúde, à dignidade e ao respeito (CF, 1988).

A Constituição de 1988 foi fundamental para a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990 (Lei nº 8.069/1990), considerado um marco legal na proteção integral de crianças e adolescentes. Apesar disso, a efetivação desses direitos ainda esbarra em obstáculos estruturais, como demonstra a literatura especializada, que aponta a criminalização da juventude negra como reflexo da negação de acesso aos direitos previstos na Constituição e no ECA (Silva, 2019; Alberto et al., 2021). Isso evidencia que normas jurídicas, por si só, não são suficientes para alterar realidades sociais historicamente marcadas pela desigualdade.

No século XXI, a juventude brasileira passou a ser compreendida sob três principais perspectivas: como problema, como potência de mudança e como fase de transição reconhecida institucionalmente. A primeira diz respeito aos jovens pobres, negros e periféricos, vistos como ameaça. A segunda, compartilhada por organismos internacionais

como a ONU, reconhece a juventude como protagonista de transformações sociais. A terceira corresponde à concepção institucional – presente, por exemplo, no ECA –, que define o jovem entre 12 e 18 anos como sujeito em transição e baseia as políticas públicas nessa faixa etária (Cassab, 2010; 2012). Essas três visões coexistem e se refletem nas políticas públicas: de um lado, a segurança e o sistema socioeducativo; de outro, a educação e a participação social.

Somente em 2005, após intensos debates e articulações políticas, o governo federal passou a elaborar políticas voltadas especificamente à juventude (15 a 29 anos, incluindo a adolescência). Nesse ano, foi criado o Conselho Nacional de Juventude (CNJ), vinculado à recém-instalada Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), com a missão de fomentar a participação juvenil na formulação, execução e avaliação de políticas públicas.

Posteriormente, consolidou-se o Estatuto da Juventude, sancionado em 2013, após mais de duas décadas de construção coletiva. O processo foi impulsionado ainda na década de 1990, em meio à redemocratização (Zaluar, 2004) e à consolidação de políticas voltadas a segmentos específicos da população. A criação da SNJ e do CONJUVE em 2005 fortaleceu o processo. Através de conferências, grupos de trabalho e consultas públicas, jovens de diferentes regiões e contextos socioeconômicos contribuíram diretamente para a elaboração do Estatuto (Oliveira, 2018). Parlamentares como Reginaldo Lopes (PT-MG) também foram fundamentais na sua tramitação e aprovação.

Os eixos temáticos do Estatuto abrangem cidadania, educação, trabalho, cultura, saúde, comunicação, lazer, esporte, meio ambiente e território, refletindo a complexidade das demandas juvenis e reafirmando o protagonismo da juventude como agente de transformação. Movimentos como a UNE, a UBES, a CUT e diversas ONGs, além do UNICEF, tiveram papel decisivo na mobilização e formulação das propostas.

Além disso, políticas importantes marcaram o início do século XXI, como o Projovem (2005), que promove educação básica e profissional para jovens em situação de vulnerabilidade; o PRONATEC (2011), que amplia o acesso à formação técnica; e o programa Jovem Aprendiz, com base na Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000), que oferece inserção profissional a jovens de 14 a 24 anos.

Apesar dos avanços, a realidade segue desafiadora. O título da música “Vida é Desafio”, dos Racionais MC's, que abre esta seção, continua atual. As políticas públicas não alcançam todos os jovens, e quando o fazem, muitas vezes é de maneira precária. Persistem os reflexos de um passado escravocrata, que ainda condena os jovens negros ao lugar de problema social. A criminalização da pobreza empurra muitos para escolhas que não são plenamente livres, escolhas que frequentemente resultam em aprisionamento ou morte. Como

destaca Mbembe (2004), esse é um projeto de necropolítica: eliminar os indesejáveis, relegando-lhes o papel de criminosos ainda em vida, confinados em unidades socioeducativas, onde a barbárie se perpetua.

Diante disso, a próxima seção deste capítulo tratará da criminalização da juventude a partir das suas condições objetivas de vida e trajetórias sociais. Utilizarei, para tanto, referências da criminologia crítica e outras produções debatidas em grupo de estudos, além de dados recentes extraídos do Mapa da Violência, SINASE, Observatório de Segurança Pública e outras instituições que tratam dessa realidade de maneira empírica e fundamentada.

1.3 A ATUALIDADE DA JUVENTUDE NO BRASIL

Acompanhamos até aqui a contextualização histórica da categoria juventude, tanto no panorama mais amplo do mundo ocidental quanto na realidade específica do Brasil, reconhecendo os avanços e retrocessos na definição de adolescência e juventude ao longo do tempo. O cenário atual, embora marcado por conquistas, ainda se entrelaça com as heranças do passado. Esta seção tem como foco revelar os resquícios dessas heranças na contemporaneidade.

A proposta não é estabelecer uma relação simplista e irresponsável entre juventude, pobreza e criminalidade, mas evidenciar que o histórico de exclusão e desigualdade coloca determinados grupos juvenis, especialmente os de classe social mais vulnerável e negros, em situação de vulnerabilidade e criminalização – tema que será aprofundado adiante. Como alertam Souza e Paiva (2012), o capitalismo empurrou parcelas da população à miséria extrema, afetando diretamente a juventude: "assim como toda a população, a juventude sofreu com a acumulação de capital em detrimento dos investimentos sociais" (p. 354).

Antes de abordar diretamente o processo de criminalização, é pertinente reconhecer alguns avanços conquistados por essa categoria, além dos já mencionados na seção anterior. Na área da educação, mesmo com os recentes períodos de instabilidade política – como o impeachment de Dilma Rousseff, o governo interino de Michel Temer e, posteriormente, a gestão de Jair Bolsonaro, marcada por políticas neoliberais e pela pandemia da Covid-19 – houve progressos significativos. Segundo o Censo Escolar do INEP (2022), 99,7% das crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos estavam matriculados no ensino fundamental, majoritariamente na rede pública. No ensino médio, entre os jovens de 15 a 17 anos, a taxa de matrícula alcançava 92,2%.

No ensino superior, também se observa crescimento na participação de jovens das camadas populares, especialmente negros e pardos, impulsionado pela Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012). Segundo dados da FGV (2022), em dez anos, houve um aumento de 400% na matrícula de estudantes negros no ensino superior, tanto em instituições públicas quanto privadas. Contudo, o IBGE (2022) aponta que, embora pretos e pardos representem 56,1% da população brasileira, sua presença nas universidades ainda é inferior, com apenas 48,3% de ocupação das vagas – evidenciando desigualdades persistentes no acesso à educação.

Outras políticas de inclusão educacional também merecem destaque. A partir de 2005, foram implementadas ações como o REUNI (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), que interiorizou o ensino superior; o PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil), que garante permanência aos estudantes em situação de vulnerabilidade; o ProUni, que amplia o acesso às universidades privadas por meio de bolsas integrais; além do SISU e do FIES, que também contribuíram para democratizar o ensino superior.

Com o Estatuto da Juventude (2013), diversas políticas públicas foram instituídas, como o direito à meia-entrada em eventos culturais e esportivos, o cartão de transporte universitário e o estímulo à participação política, por meio de espaços como o CONJUVE e os orçamentos participativos nos âmbitos municipal, estadual e federal.

No campo da participação política, a juventude tem protagonizado lutas emblemáticas. Em 2016, estudantes secundaristas ocuparam escolas em São Paulo contra o fechamento de unidades, a realocação de alunos e a precarização da merenda escolar (Tavolari et al., 2018). No mesmo ano, liderados pela UBES e UNE, milhares de jovens se mobilizaram contra a PEC 55, que propunha o congelamento dos investimentos em saúde e educação por duas décadas. Em 2019, durante o governo Bolsonaro, ocorreram os “tsunamis da educação”, com manifestações massivas contra os cortes no orçamento das universidades. Já em 2022, a juventude protagonizou uma das maiores mobilizações de emissão de títulos eleitorais da história, visando impedir a reeleição de Jair Bolsonaro, o que culminou na eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (Amorim, 2022).

No campo cultural, os jovens também lideram movimentos de resistência, como o Hip Hop e as batalhas de rap, presentes em todo o país. Nesses espaços, encontram alternativas de expressão política, lazer e afirmação identitária. O rapper nortista Sumanó, em entrevista ao jornal eletrônico “A Verdade” (2024), afirma que esses movimentos culturais têm salvado vidas, oferecendo caminhos que substituem o envolvimento com a criminalidade.

Apesar desse panorama de lutas e conquistas, os dados revelam uma realidade alarmante para a juventude mais vulnerável. A violência no Brasil tem cor e classe social.

Segundo o Atlas da Violência (2023), elaborado pelo IPEA, 77,1% das vítimas de homicídios no país eram negras. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) mostra dados semelhantes: 76,5% das vítimas de mortes violentas intencionais eram negras, índice que sobe para 83,1% quando se trata de violência policial.

Esses números ganham maior gravidade diante da informação de que pretos e pardos correspondem a 56,1% da população brasileira (IBGE, 2022). O Atlas da Violência também evidencia que as regiões Norte e Nordeste concentram os maiores índices de crimes letais, com destaque para os estados do Amapá e da Bahia. A desigualdade racial, social e econômica é apontada como fator estrutural para essa violência.

Ainda segundo o Atlas, mais de 50% das vítimas de homicídio no Brasil são jovens. Aproximadamente a cada 20 minutos, um jovem é morto, totalizando 66 mortes por dia. Em 2021, 24.217 jovens entre 15 e 29 anos foram assassinados. Destes, 22.799 eram do sexo masculino, indicando uma relação direta entre juventude, masculinidade e letalidade.

O Anuário revela que 50,3% das mortes violentas intencionais ocorreram entre pessoas de 12 a 29 anos. Quando essas mortes envolvem ações policiais, 75% das vítimas eram adolescentes ou jovens. Em termos de gênero, 91,4% das vítimas eram homens; nas operações policiais, esse percentual chegava a 99,2%. O principal instrumento dessas mortes foi a arma de fogo, usada em 76,5% dos casos.

O relatório “Pele Alvo: a bala não erra o negro”, da Rede de Observatórios da Segurança (2023), confirma esse cenário. Em Recife, por exemplo, todas as pessoas mortas pela polícia entre 2021 e 2022 eram negras. Dados da ONU Brasil (Marques, 2017) mostram que, no Brasil, um jovem negro é assassinado a cada 23 minutos. O Instituto Fogo Cruzado revelou que, apenas em abril de 2024, 15 adolescentes entre 12 e 17 anos foram baleados na região metropolitana do Recife; 10 morreram. Desde o início do ano, já eram 50 adolescentes baleados, todos moradores de periferias. Ao final de 2024, o número de adolescentes atingidos por armas de fogo na Grande Recife chegou a 141.

Esse dados expressam o que Silvio Almeida (2018) define como racismo estrutural: a perpetuação da exclusão racial por meio das instituições sociais, econômicas e políticas. Essa estrutura aumenta a exposição da população negra à violência, à pobreza e à negação de direitos. Dados do IBGE (2023) apontam que, em 2022, o número de negros em situação de pobreza era o dobro do registrado entre brancos. Entre os jovens de 15 a 29 anos, 10 milhões estavam fora da escola e do mercado de trabalho, sendo a maioria negros. Além disso, 43% das mulheres negras e 24% dos homens negros não estudavam nem trabalhavam.

Essa realidade evidencia o que Judith Butler (2015) denomina como “vidas precárias” – existências que não são consideradas lamentáveis e, por isso, não mobilizam luto coletivo. A comoção seletiva se torna evidente quando se compara a repercussão da morte de Isabella Nardoni, uma criança branca e de classe média, com a de Marcos Vinicius, Kauã Vitor, Ágatha Felix, João Pedro, Thiago Flausino, Emilly e Rebecca Santos – todas crianças negras, vítimas da violência urbana, cujas mortes não despertaram o mesmo nível de indignação pública. Como afirma Butler (2015): “aqueles cujas vidas não são ‘consideradas’ potencialmente lamentáveis e, por conseguinte, valiosas, são obrigados a suportar a carga da fome, do subemprego, da privação de direitos legais e da exposição diferenciada à violência e à morte” (p. 45-46).

Esse adolescentes e jovens das periferias são criminalizados e mortos porque são escolhidos pela sociedade como bodes expiatórios, sobre os quais recai a culpa pelos males sociais. São vistos como vidas descartáveis, alvo de uma política neoliberal que sustenta sua lógica na guerra contra os pobres (Costa; Mendes; Guedes, 2021). Em resposta a isso, Ramos (2025) destaca o papel do rap na denúncia das violações de direitos humanos, sobretudo da barbárie estatal contra crianças e jovens negros e periféricos. A arte, especialmente o rap, torna-se um instrumento de denúncia e resistência. O rapper DK 47, na música “Favela Vive 3”, descreve a realidade das favelas cariocas – realidade que pode ser estendida a inúmeras periferias brasileiras – por meio de rimas que escancaram a dor, a injustiça e a exclusão vividas cotidianamente:

Mano, os cana peida de subir de madrugada; Sempre marca operação com a porta da creche lotada. Mais uma mãe revoltada, uma pergunta sem resposta: Como o policial não viu o seu uniforme da escola? Vinícius é atingido com a mochila nas costas; Como é que eu vou gritar que a favela vive agora?

Logo, percebemos que esses sujeitos servem ao propósito de se tornarem o inimigo número um dos "cidadãos de bem" e do Estado, evitando-se, assim, o enfrentamento do real problema: o sistema econômico capitalista que construiu nossa realidade e que depende dessa guerra para se autorregular (Brito, 2022). Se antes o bode expiatório no Brasil eram os comunistas — rotulados assim desde a Era Vargas até o fim dos anos 1980 —, agora são adolescentes e jovens negros e pobres que assumem esse papel, sobretudo quando envolvidos com atividades ilegais ou atos infracionais (Brito, 2022).

Brito (2022) aponta que, dos anos 1970 até os dias atuais, a figura do inimigo passou por novas conformações, principalmente após o início da chamada "guerra às drogas", deslocando-se do radical político de esquerda para o traficante retratado como aquele que se

"esconde" no alto do morro. Manso e Dias (2018) e Misce (2019) apontam que foi nas décadas finais do século XX que o crime organizado começou a surgir dentro dos presídios, como resposta ao encarceramento em massa, humilhante e degradante promovido pelo Estado. As facções, então, começaram a ganhar forma, enraizando-se em todos os 27 estados brasileiros, recrutando "soldados" para suas fileiras — jovens marcados por experiências de violência institucional e social promovida pelo próprio Estado. Esse recrutamento resultou nos atuais números alarmantes de encarceramento, tanto no sistema prisional quanto no socioeducativo.

Segundo a SNAPPEN (Secretaria Nacional de Políticas Penais), com base nos dados do segundo semestre de 2023, a população carcerária brasileira já ultrapassava os 800 mil presos, com crescimento acentuado especialmente após os anos 1980. As regiões com maior aumento no encarceramento entre 2022 e 2023 foram os estados do Norte e Nordeste, refletindo uma tendência persistente. Quanto ao perfil dessa população prisional, observa-se que a maioria é composta por homens entre 18 e 35 anos, sendo 68,2% negros e/ou pardos. As principais tipificações penais que resultam em prisão são crimes contra o patrimônio e infrações relacionadas à Lei de Drogas. No sistema socioeducativo, esse panorama se repete.

Conforme o último levantamento do SINASE, publicado em 2024 após quatro anos de ausência de dados — nenhum levantamento foi realizado durante o governo Bolsonaro —, havia 11.556 adolescentes e jovens em regime de privação e restrição de liberdade. Desses, apenas 487 (4,21%) eram do sexo feminino. Nota-se também a prevalência de uma cor predominante no sistema: 63,8% dos internos (entre meninos e meninas) se identificam como pretos e/ou pardos. Esse número é quase o triplo do de adolescentes e jovens brancos, que representam apenas 22,3%. Em relação aos atos infracionais, os mais frequentes são, novamente, os crimes contra o patrimônio e o tráfico de drogas. Tais atos estão ligados a camadas sociais com pouco poder aquisitivo, sendo utilizados como formas de geração de renda, como demonstram as pesquisas realizadas por Costa et al. (2022), no Rio Grande do Norte, e por Goes et al. (2021), em João Pessoa. Isso evidencia que o Estado brasileiro está mais interessado em criminalizar expressões da pobreza do que em implementar políticas públicas capazes de sanar os problemas sociais, raciais e políticos que assolam o país.

Dessa forma, observa-se um processo que autores vinculados à criminologia crítica denominam de criminalização (Batista, 2011) e/ou criminalização da pobreza (Wacquant, 2009). Para Vera Malaguti Batista (2011), os processos de criminalização são estratégias estatais e sociais de repressão às condutas cotidianas e manifestações da questão social, atingindo, sobretudo, aqueles que sempre estiveram na base da "cadeia alimentar" do capital.

Já Wacquant (2009), em seu livro "Punir os pobres: o governo neoliberal da insegurança social", aborda uma realidade bastante próxima à brasileira ao demonstrar o nexo estrutural entre capital, gestão da miséria e mecanismos penais. Segundo ele, o Estado neoliberal investe mais no endurecimento penal como resposta à violência dos oprimidos do que em políticas sociais que poderiam, de fato, alterar esse cenário descrito tanto nos dados quanto na literatura.

Diante disso, a única política efetivamente destinada a esses sujeitos tem sido a da segurança pública, operacionalizada pela polícia e legitimada pelo Judiciário, com a possibilidade de culminar na própria eliminação física de adolescentes e jovens. Isso expressa a materialidade da necropolítica estatal (Mbembe, 2014). Além desse projeto necropolítico, esses sujeitos enfrentam diversas outras formas de violação — perpetradas pelo Estado, pelo sistema de justiça, nos territórios por ações da polícia militar e das facções, e dentro dos muros do sistema socioeducativo —, que se apresentam como as consequências máximas do processo de assujeitamento e criminalização. Contudo, tudo isso só é possível dentro do que o teórico italiano Giorgio Agamben (2004) chama de Estado de exceção.

O próximo capítulo será dedicado exatamente à compreensão de como esse Estado de exceção atua nas trajetórias e nas vidas desses adolescentes e jovens, principalmente os encarcerados no sistema socioeducativo. O capítulo dois abordará as múltiplas violências que atravessam e se entrecruzam em suas realidades, como as ausências (de políticas sociais) e presenças (da repressão policial) do Estado; a seletividade penal evidenciada pelo sistema de justiça em relação à juventude periférica; a violência territorial imposta pelo conflito armado — a guerra entre polícia e crime organizado, somada à violência exercida por esses próprios grupos; e, por fim, as graves violações de direitos humanos sofridas por esses jovens quando privados de liberdade no interior do sistema socioeducativo.

CAPÍTULO 2 - ATRAVESSAMENTOS VIOLENTOS

Dando continuidade à análise iniciada no capítulo 1, que trata de como a raça e a classe constroem a realidade da juventude brasileira, este capítulo aprofunda a discussão sobre as consequências dessa construção, com foco nas diversas formas de violência que a atravessam. O objetivo é apresentar os principais tipos de violência que incidem sobre esses sujeitos, articulando-os às principais teorias da área, que também servirão como base para o aprofundamento da pesquisa de campo.

Para abordar o fenômeno da violência, é necessário compreendê-lo. Marx, em *O capital*, já define a violência como elemento fundante do surgimento, consolidação e reprodução do capital. Embora não negue a existência da violência em sociedades anteriores ao capitalismo, ele destaca que, neste modo de produção, ela se torna eixo estruturante das relações sociais. Manifesta-se não apenas na extração da mais-valia do trabalhador, mas também na própria acumulação primitiva de capital e nas formas modernas de exploração, sobretudo no contexto neoliberal, que continuamente reinventa modos de fazer morrer. Da escravidão e tortura dos tempos coloniais à jornada de trabalho 6x1 e ao genocídio da juventude negra atual, a violência permanece escancarada e incontornável (Azevedo; Amorim; Alberto, 2017; Brito, 2021; Silva; Anunciação; Trad, 2024).

Essa violência não se limita ao Estado. As classes subalternizadas também a reproduzem, mas sob um viés distinto. A violência oriunda das classes não dominantes decorre da anomia social imposta pelo capitalismo e, por vezes, se volta contra os próprios semelhantes. Fanon (2022) observa que “essa agressividade sedimentada nos seus músculos, o colonizado vai manifestá-la primeiro contra os seus” (p. 48). Isso explica, por exemplo, a reação de jovens negros frente à repressão policial ou a violência promovida por facções contrassujeitos da mesma origem social, o que se insere no projeto político do necrocapitalismo brasileiro (Miranda, 2021).

O presente debate se apoia em autores da criminologia crítica e da vertente histórico-dialética, que fornecem ferramentas para a análise do contexto brasileiro. Um dos conceitos centrais é o de criminalização das consequências da miséria, formulado por Wacquant (2003), também chamado de criminalização da pobreza. Ao longo do capítulo, examina-se como esse processo incide sobre adolescentes e jovens periféricos que, devido à ausência de oportunidades, acabam se envolvendo em atos infracionais. A violência, portanto, ultrapassa o âmbito físico e alcança as esferas simbólica, subjetiva e relacional desses sujeitos (Brito, 2022).

Identificam-se, nesse percurso, três nichos principais de violência nas trajetórias desses jovens, sobretudo os encarcerados: a violência de Estado, expressa na ausência de políticas públicas eficazes; a violência interna aos grupos ou facções que recrutam esses adolescentes; e, por fim, a violência institucional vivida nas unidades socioeducativas, onde ocorre uma dupla penalização — jurídica e disciplinar.

A esse respeito, Vicentin (2005), em diálogo com Agamben (2004), questiona: “Que processos institucionais e que dispositivos políticos fazem com que tantos seres humanos sejam integralmente privados de seus direitos e das suas prerrogativas, a ponto de não ser delito nenhum ato cometido contra eles?” (Vicentin, 2005, p. 22). Esses jovens vivem à margem de qualquer direito humano efetivo, imersos em um estado de exceção permanente (Agamben, 1998), herança do colonialismo, atualizada por um Estado que se omite no campo da proteção, mas se impõe como agente punitivo (Wacquant, 2003).

Como discutido no capítulo anterior, a trajetória histórica do Brasil é atravessada por violências que incidem majoritariamente sobre a população negra e pobre, herança de uma abolição inconclusa e de um sistema capitalista que se nutre da exclusão. Embora os mecanismos tenham mudado, a violência permanece: “A violência está inscrita no corpo e na alma do povo brasileiro. Constitui nosso passado, mas também nosso presente” (Brito, 2022, p. 27). No Sul global, o capitalismo opera por meio de uma sociabilidade violenta, expressa em estruturas institucionais que, segundo Mbembe (2018), produzem morte direta e indireta ao negar acesso a direitos básicos, oferecendo apenas a segurança pública como serviço ativo. O Estado, portanto, apaga infâncias e sonhos, enquanto constrói um inimigo útil, forjando o que Brito (2022) denomina de necrocapitalismo. Uma forma de inclusão perversa (Sawaia, 2001) na lógica capitalista.

Essa necropolítica (Mbembe, 2018) se concretiza sobretudo através das forças de segurança pública, em sua faceta ostensiva — a polícia. Ela opera uma guerra interna, chamada guerra às drogas, cujas principais vítimas são homens, jovens, negros, oriundos de territórios estigmatizados (Coimbra, 1995; Batista, 2011). Essas políticas de segurança fomentam o encarceramento em massa, que enche presídios e unidades socioeducativas no Brasil, locais que Davis (2018) identifica como “depósitos dos indesejáveis”. A superlotação e as condições degradantes desses espaços propiciam o surgimento de facções, formadas inicialmente como mecanismos de resistência à brutalidade estatal (Manso; Dias, 2018).

Esses espaços abrigam inúmeras violações de direitos, como tortura, insalubridade, violência psicológica e sexual, entre outras práticas que se perpetuam fora do alcance da

sociedade (Davis, 2018). Para Davis, tais práticas são continuidade direta do sistema escravagista que marcou os corpos negros e indígenas no período colonial.

Essa longa trajetória de violência traduz o fracasso do capitalismo em cumprir seu ideal civilizatório. Como aponta Brito (2022) em sua tese de doutoramento:

O modo de produção capitalista, fundado no violento processo de acumulação primitiva, se mantém a partir de uma sociabilidade violenta que, embora tenha ganhado ares de coisa natural - e por isso mesmo sequer é reconhecida como violenta - consiste na expressão de uma constante morte em vida. Não há capitalismo que não seja necrocapitalismo. A lógica de produção da morte é parte integrante da sociedade civil burguesa (p.29)

A colocação de Brito (2022) evidencia a compreensão teórica do lugar de onde esta pesquisa se pronuncia. Os autores aqui mobilizados não foram escolhidos aleatoriamente, mas representam uma construção fundamentada em anos de leitura e práxis. Suas obras não enxergam a realidade como um destino trágico e imutável; ao contrário, partem dela para vislumbrar possibilidades de transformação. Por meio de suas pesquisas, textos e experiências, ensinam como atuar nas margens do capital, propondo perspectivas que partem de uma análise crítica, histórica e teórica, oferecendo leituras contra hegemônicas da realidade social.

2.1 CAPITÃES DE AREIA: REALIDADES QUE SE APROXIMAM

Nessa primeira seção abordo teoricamente a atuação, ou omissão, do Estado nas trajetórias de vidas desses adolescentes e jovens a que se foi atribuído um ato infracional, além de diversas outras violências que estão diretamente ligadas ao capitalismo, já que fruto da sua própria história “está gravado nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (Marx, 2018, p. 962). O que a literatura crítica acerca do assunto vem apontando regularmente, e que pode servir como processo norteador das mudanças sociais, é a criminalização de uma categoria social, baseada em raça, classe, território, e pelo caráter adultocêntrico do capitalismo, a idade. O que vai se encontrar em comum, e que vai ser evidenciado abaixo, é uma extensão do que já foi abordado no primeiro capítulo - as ausências e as faltas de oportunidades produzidas conscientemente pela manutenção e remodelação do sistema capitalista no Brasil, em suas mais diversas esferas: na educação; na saúde; no esporte, cultura e lazer; nas políticas de assistência social; e na segurança pública, que têm colocado nossa juventude como sua vítima principal. Essas condições, atreladas ao

discurso da produção do inimigo, atestado inclusive pelo poder judiciário, vão tornar essa categoria mais vulnerabilizada que o resto da população brasileira, empurrando por diversos fatores (sociais, econômicos, políticos e raciais) esses jovens ao cometimento de atos infracionais (Wacquant, 2003; Batista, 2011; Lúcio, 2018; Alberto et al., 2021; Brito, 2022; Prado, 2022).

Portanto, inauguro essa sessão com a obra de Loïc Wacquant (2003), “Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos”, que é central para a discussão desta dissertação. Wacquant (2003) argumenta que as transformações do capitalismo ao longo do século XX culminaram em um novo modelo de gestão da pobreza, caracterizado por um endurecimento das práticas disciplinares e punitivas em relação aos mais vulneráveis. O modelo industrial anterior exigia um contingente elevado de exército de trabalhadores reserva, sempre prontos para ocupar os postos deixados por aqueles que fossem dispensados. Com a globalização, como aponta Bauman (1999), e a crescente importância do capital vídeo-financeiro, a lógica da produção mudou. A substituição do trabalho humano por máquinas e computadores tornou esse exército reserva cada vez menos necessário, contribuindo para sua obsolescência. Se a disciplina produzida pelo trabalho não é mais necessária, o que fazer com aqueles que não contribuem para a reprodução capitalista? Aqueles que não geram lucro através do trabalho? Wacquant (2003) vai apontar que a “solução” encontrada foi investir nos mecanismos punitivos do estado, que se materializam num encarceramento em massa dos corpos sobressalentes e sem “serventia”, tornando a privação de liberdade e a guerra contra os pobres prática central para a gestão dessas classes. Assim, Wacquant (2003) argumenta que houve uma mudança significativa no investimento em políticas públicas. O Estado deixou de priorizar o bem-estar social e a redução das desigualdades, características do chamado 'Estado caritativo' para focar em outras práticas mais cruéis. Parte dos investimentos antes destinados à educação, saúde e assistência social foram realocados para o sistema penal, com um aumento expressivo de gastos com polícia e prisões.

Além disso, Bauman (1999), Wacquant (2003) e Batista (2011) apontam como o medo do desemprego cumpre um papel importante para disciplinar e influenciar o trabalhador a aceitar qualquer função precarizada ofertada, para não participar da subcategoria social dos ‘sem trabalho’ e consequentemente, ‘vagabundos’. Por mais que o Brasil nunca tenha chegado de fato ao estado de bem-estar social, como citado por Wacquant (2003) no contexto estadunidense, nosso país não deixou de passar por sucateamentos durante esses anos. Podemos perceber isso no Brasil em dois momentos distintos, no governo Fernando Henrique

Cardoso (FHC) com seu pacote de privatizações (Vale, Telebrás, bancos estatais), a aprovação de flexibilização das leis trabalhistas, que legalizou a terceirizações e a criação da Lei de Crimes Hediondos (1995); e mais recentemente no governo autoritário, conservador e de extrema direita de Jair Messias Bolsonaro, que além de congelar gastos como na saúde e educação, deixando o Brasil de joelhos durante a pandemia da COVID-19, deu continuidade às reformas neoliberais do seu antecessor golpista Michel Temer, enfraquecendo as fiscalizações trabalhistas e ambientais.

Ainda no governo de Jair, se teve um grande investimento econômico e cultural na segurança e punição, ao facilitar o acesso a armas de fogo, a autorizar o pacote anticrime, e ao estimular a violência policial ao apoiar a ‘carta branca’ para a polícia matar. Sem contar a militarização do governo, marcada pela inserção de agentes de segurança e militares em cargos importantes do governo – como Pazuello no Ministério da Saúde, que não sabia o que era o SUS até ser indicado ao cargo –, que alimentavam seus discursos e que ainda fazem eco nas vozes da população e seus apoiadores, como a máxima da direita ‘bandido bom é bandido morto’. Para além dessas façanhas durante o governo Jair, discussões que atingem diretamente os sujeitos dessa pesquisa apareceram, como o PL 4526/2019, que visa a militarização dos agentes socioeducativos, ao querer autorizar o uso de armas letais por esses profissionais, colocando em risco a população socioeducativa.

O que mais choca sobre a PEC que criou o PL, além do absurdo em si, que vai contra a proteção da criança e adolescente proposta pela ECA (1990), é quem a propôs: o senador Fabiano Contarato, membro do Partido dos Trabalhadores (PT), o maior partido dito de esquerda da América Latina. Nesse sentido, por mais que tenha destacado esses dois governos como expressões do neoliberalismo no Brasil, não posso deixar de fazer menção desonrosa à nova Lei de Drogas (2006), promulgada entre o primeiro e segundo mandato de Lula, tido como o governo mais progressista que tivemos em nosso país. Essa lei foi uma das facilitadoras para o aumento expressivo do encarceramento no Brasil, deixando claro que o projeto de punição que atinge homens jovens, negros e de periferia não se reserva apenas a governos que se localizam à direita política (Brito, 2021; Silva; Anunciação; Alves; Trad, 2024).

Como se não bastasse todos esses retrocessos, outra marca é a discussão acerca da privatização das unidades socioeducativas. Desde 2010 o governo de São Paulo faz apontamentos de uma PPP (parceria público-privada) para a gestão das unidades socioeducativas, sendo encabeçadas pelas OS (organizações sociais). Mas sempre teve impedimentos vindos do Ministério Público. Em 2021 essa discussão voltou, durante o

governo Doria, mas novamente se foi acionado o judiciário para que se garantisse os direitos desses adolescentes e jovens em medidas socioeducativas. Não foi só São Paulo que não se absteve de levantar esse debate, Goiás e Paraná também tentaram fazer uma PPP para que pudesse terceirizar a gestão das unidades, porém igualmente não avançou. Mesmo essas propostas não tendo ido para frente, mostra-se uma intenção para que essas privatizações aconteçam, inclusive como forma de retirar do Estado a responsabilidade sobre o que acontece por trás dos muros e grades que cercam essas instituições (Bettamio; Menezes; Bauer, 2022).

Independentemente de qual governo e seu caráter, o punitivismo parece fazer parte da sociabilidade burguesa, sempre escolhendo essa via para diminuir a sensação de insegurança que o neoliberalismo propõe. E com o apoio da mídia, esse grande show é sempre direcionado aos mesmos sujeitos, que acabam sendo escolhidos como vítimas do capitalismo no Brasil (Lúcio, 2018; Brito, 2021; Brito, 2022). Inicialmente, como o trabalho sempre foi regulador nas sociedades capitalistas, é importante trazer a definição dessa categoria para o debate, porque esta é a atividade central na história da modernidade, constitutivo do ser, que (des)constrói subjetividades e lugares sociais (Marx, 2008). Para Marx (2008), o trabalho define a posição social dos indivíduos dentro de uma hierarquia social, e no contexto brasileiro, essa relação é ainda mais evidente, especialmente para negros e pobres, que historicamente ocupam posições de desvantagem no mercado de trabalho.

Já Schwartz (1998), em seu capítulo no livro “A história da vida privada no Brasil”, aborda como os negros libertos, que não estivessem alcançados pelo trabalho, seriam pegos pela lei da vadiagem podendo ter como sanção a prisão. Além disso, a autora aponta que para a época pós-abolição o ‘negro bom’ era aquele que era o mais próximo ao branco - como pede o processo de embranquecimento travestido de miscigenação pacífica - e, portanto, deveria estar a serviço da sociedade como demonstração da sua bondade, vendendo sua força de trabalho a qualquer custo, até mesmo o de ser escravizado de forma ‘legal’.

Mas essa vulnerabilidade parte desde a sua infância, como demonstra a pesquisa feita na Paraíba, entre 2017 e 2019, com 110 entrevistas feitas com socioeducandos/as, demonstrando que 99,5% dos adolescentes e jovens em cumprimento de alguma medida socioeducativa tinham sido trabalhadores infantis (Alberto *et al.*, 2021). O trabalho precoce - que se alunha a aquele trabalho realizado por pessoas com menos de 16 anos - foi uma quase uma unanimidade (79%) nas pesquisas retratadas no livro “Trabalho Infantil e trajetórias de vida punidas e encarceradas com medidas socioeducativas” (Alberto; Costas, orgs., 2021). Como motivações para a inserção precoce no trabalho aparecem: a necessidade de ganho

financeiro para ajudar a família; a própria independência econômica, para adquirir bens para si, como roupas e objetos de uso pessoal; para sustentar o uso de substâncias ilícitas; porque eram obrigados; e, como é pensado culturalmente, como uma escapatória do “mundo do crime”. Essa ideia de que o trabalho é uma saída para o cometimento de atos infracionais faz parte de uma cultura enraizada em nosso país, o da naturalização da criança - quase sempre pobre e negra - trabalhadora, naturalização embrionada no Brasil colônia (Bortolozzi, 2014; Alberto *et al.*, 2021). Porém, quando esse trabalho migra da falsa “licitude” que o trabalho infantil possa transparecer, e vai para o ilícito, como no tráfico de drogas, esse sujeito começa a ser visto pelo sistema criminal e de justiça, aplicando a ele uma medida socioeducativa (Fefferman, 2006; Bortolozzi, 2014; Alberto *et al.*, 2021). Na adolescência e juventude essa relação com o trabalho se mostra latente, como mais que uma necessidade, mas também um lugar de pertencimento (Alberto *et al.*, 2021).

Essa juventude sem muitas opções, e com a uberização e terceirização às vezes como únicas saídas, migram para os trabalhos ilegais como forma de ganhar a vida, sendo eles mesmos vítimas do desmonte desse Estado tutelador. O encarceramento em massa no Brasil, especialmente na adolescência e juventude, é a consequência direta de um Estado ausente onde deveria estar presente, nas periferias, marcando sua presença apenas em forma de omissão ou com seu braço armado, a polícia (Miranda, 2021). O processo de exclusão desses sujeitos do mundo do trabalho, do pertencimento às políticas públicas e de um desenvolvimento pleno e completo (Vygotsky, 2003), que muitas vezes os empurram para outros caminhos (Batista, 2011; Lúcio, 2021) é o que Sawaia (2001) vai chamar de inclusão perversa. Sawaia (2001) utilizou esse conceito ao estudar os problemas relativos aos processos de exclusão, no livro “As artimanhas da exclusão”, e definiu a exclusão como um processo “sócio-histórico, que se configura pelos recalcamentos em todas as esferas da vida social, mas é vivido como necessidade do eu, como sentimentos, significados e ações” (Sawaia, 2001, p. 8). Ao alcunhar ‘inclusão perversa’ ela se aprofunda, demonstrando a necessidade desses ‘sobrantes’ de existirem socialmente, porque:

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações que se desdobram para fora do econômico (Sawaia, 2001. p.8)

Além disso, essas sociabilidades, mediadas por essa dialética de inclusão/exclusão, acabam criando subjetividades que não são unicamente determinadas pelas questões

econômicas. A raça, o gênero, o território e outros diversos estigmas embutidos forçadamente nessa categoria social vão se "manifestar no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividades, consciências e inconsciências" (Sawaia, 2001, p. 9). Isto é, todas as formas de sociabilidade, de sentir e agir, terão diversos mediadores, não se podendo atribuir unicamente a um único fator a 'inclusão perversa' no capital, inclusive ao ser relegado ao trabalho ilegal. Ter as características construídas do inimigo número um da sociedade, carregando estigmas (Goffman, 1988), como de 'traficante', 'ladrão', atribuídos a essa categoria social por uma cultura racista, classista e adultocêntrica, é a inclusão perfeita — e nem por isso menos fatal — desses jovens na sociedade capitalista, fazendo o mercado da guerra e da segurança pública lucrar. Esse panorama torna-se o terreno fértil para a legitimação de políticas de inimizade (Mbembe, 2017) contra nossa própria população, contra nossa própria juventude.

Essas políticas de inimizade (Mbembe, 2017), que no Brasil se travestem de guerra às drogas, podem ser notadas quando olhamos para os territórios desses sujeitos, onde a presença, muitas vezes constante, do tráfico e da polícia cria um ambiente hostil para se desenvolver. Esse constante cabo de guerra entre a segurança pública e os grupos organizados (facções) acaba vitimando sempre os mesmos, num cenário em que a bala perdida sempre encontra a pele preta e periférica (Ramos; Alberto, 2019; Brondani; Arpini, 2021; Costa *et al.*, 2022). Segundo o relatório do Instituto Fogo Cruzado, no Rio de Janeiro, o ano de 2023 foi o ano que mais vitimou — seguido ou não de morte — por bala perdida no estado, e mais da metade desses casos (53%) ocorreram durante ações e operações da polícia.

Além disso, como já abordado no primeiro capítulo, o Atlas da Violência (2024) aponta que a principal causa de morte dos homens jovens é o homicídio por arma de fogo. Essas mortes podem ocorrer por violência intergrupal (facções), interpessoal (tensões pessoais) ou pelas mãos dos operadores da segurança pública. O mesmo levantamento apontou que a maioria dessas mortes se concentra em territórios empobrecidos, tendo maior índice de mortes entre jovens pobres. Já o Anuário de Segurança Pública Brasileiro (2024), com dados referentes a 2023, revela que a taxa de Morte por Violência Intencional (MVI) por habitante começa a crescer a partir dos 12 anos e apresenta grande aumento até atingir o ápice entre os 18 e 24 anos, voltando a decair após os 29. Nesse mesmo anuário, quando se observa o perfil racial dos que mais morrem por MVI, o número chega a 78% entre pretos e/ou pardos. Esses dados pioraram quando analisamos as mortes por operações policiais: pretos e pardos compõem 82,7% das vítimas. Existe uma clara/escura seletividade na cor e idade daqueles que devem morrer em nosso país.

Mas não existe apenas uma maneira de matar ou prender esses sujeitos. Segundo Lúcio, Paiva e Brito (2023), há diversas outras mortes que um corpo pode viver antes mesmo da morte biológica. Os autores afirmam que os sujeitos podem passar por um processo de mortificação "que visa, a partir de mecanismos ideológicos, dissolver o estatuto de humanidade dos sujeitos, a fim de legitimar suas ações" (p. 402). Essas ações podem ocorrer de diversas formas, como a invisibilidade social, violência policial, falta de acesso à educação, cultura e lazer (Alberto et al., 2021), além de serem submetidos a um racismo estrutural (Almeida, 2018), que desumaniza o corpo negro, inaugurando uma nova forma de fazer morrer que Mbembe (2018), em seu livro *Crítica à razão negra*, vai chamar de *altericídio*. Para o autor, *altericídio* é o processo de transformar os sujeitos racializados em "outros", que não humanos, e conversa diretamente com as políticas de inimizade (Mbembe, 2017) bélicas criadas a partir desse processo mediado pela raça, a fim de exercer seu necropoder a olhos nus.

Quando a raça encontra a classe, num território vulnerável que apresenta poucas perspectivas de mudanças concretas, somado à necessidade de fazer dinheiro rapidamente, culmina no que nos mostra a realidade dos cometimentos de atos infracionais. Por exemplo, os atos infracionais mais comuns, segundo o último Levantamento SINASE (2024), são o roubo e o tráfico de drogas. Esse tipo de contravenção penal está ligado às classes com pouco poder aquisitivo, não como um fim trágico de sua situação social, mas como uma forma de sustento, o que é demonstrado na pesquisa feita na realidade socioeducativa do Rio Grande do Norte (Costa et al., 2022). Isso mostra que o Estado brasileiro está muito mais interessado em criminalizar expressões da pobreza do que em usar as políticas públicas para sanar os problemas sociais do país. Isso fica evidente, no mesmo levantamento, quando 58,9% das famílias viviam de "outras formas de renda", que se configuraram como trabalhos informais ou terceirizados, ou não informaram renda. Dos que informaram renda, a realidade era absurda: 19,1% das famílias viviam com até um salário-mínimo e apenas 3,5% sobreviviam com até três salários-mínimos.

Além disso, a literatura acerca das condições objetivas de vida desses sujeitos aponta trajetórias comuns entre eles, como demonstrado no artigo e trabalho de doutoramento de Malvasi (2011; 2012), de Bortolozzi (2014), no artigo de Azevedo, Amorim e Alberto (2017), no livro de Alberto et al. (2021), no artigo de Costas, Mendes e Guedes (2021), no artigo de Balbinot et al. (2022), Prado (2022) e Lúcio, Paiva e Brito (2023). O que esses autores encontraram, em mais de 10 anos de literatura levantada, é uma reproposição da precarização da vida dos adolescentes e jovens que estão em medida socioeducativa. Em suas trajetórias,

aparecem diversas violações em comum: fome; ausência ou presença precária de políticas públicas; escolarização defasada; ausência dos mecanismos protetivos do Estado, como conselhos tutelares e CRAS; famílias que vivem em ciclos intergeracionais de pobreza; trabalho infantil, inclusive em suas piores formas (tráfico de drogas); violência policial e urbana; e, nos estudos mais recentes, a faccionalização da vida, um sequestro quase sem volta dessas trajetórias. Como aponta Malvasi (2011), “no Brasil não se ouve falar em socioeducação para jovens que não sejam pobres” (p. 160), o que evidencia a existência de uma ação afirmativa carcerária (Wacquant, 2008) acerca do perfil daqueles que serão institucionalizados.

Ao que parece, a única política que realmente funciona para esses adolescentes e jovens é a de segurança pública, operada pela polícia e que pode levar ao extermínio desses jovens, já que o Estado “encontra, nas ações da polícia, a forma de desfazer os corpos que não são necessários ao capitalismo” (Nakasone; Santos, 2021, p. 130). Tudo isso só é possível diante de um Estado de exceção (Agamben, 2004), que se justifica por uma guerra às drogas, a qual continua aprisionando nossa juventude.

Mas, antes de se chegar propriamente à privação de liberdade, há um caminho presente na maioria das histórias dos adolescentes e jovens que estão nas unidades socioeducativas: o contato, a passagem ou a filiação a uma facção (Alberto *et al.*, 2021; Goes *et al.*, 2021; Brito, 2022; Prado, 2022; Lúcio; Paiva; Brito, 2023). Esses grupos, para quem se filia, tornam-se o principal eixo norteador da construção de subjetividades, de relações de pertencimento e de relações de trabalho e exploração. Portanto, a próxima seção se dedicará a compreender um pouco da história e do surgimento das facções, e como se dá a inserção desses jovens nesses grupos.

2.2 “SOLDADO DO MORRO”: DESROMANTIZANDO AS FACCÕES

*“Minha mina de fé ta em casa com o meu menor
Agora posso dar do bom e melhor
Várias vezes me senti menos homem
Desempregado meu moleque com fome
É muito fácil vir aqui me criticar
A sociedade me criou agora manda me matar
Me condenar e morrer na prisão”*
(Soldado do Morro - MV Bill).

Essa seção se dedicará a analisar, por meio da literatura encontrada, quais são as interligações das facções — que se constroem dentro e fora dos muros socioeducativos — com as trajetórias de vida de adolescentes e jovens encarcerados. Considerou-se importante uma seção voltada a esse olhar, pois, atualmente, com o avanço das políticas neoliberais, a diminuição da presença do Estado em seu plano protetivo e o investimento em segurança pública — principalmente em sua característica ostensiva — têm levado jovens a “escolher” o tráfico, que está sob o monopólio do crime organizado, como saída para alcançar algum ganho financeiro (Brito, 2022; Prado, 2022). Para esses sujeitos, as facções acabam assumindo mais do que um lugar de ascensão econômica: representam também um espaço de pertencimento, status e identificação, que os retira da invisibilidade social à qual são constantemente relegados, tanto pelo Estado quanto pela sociedade (Carvalho, 2020).

É importante frisar que esses grupos organizados não existiriam se não houvesse a construção de uma política de drogas — ou melhor, de “guerra às drogas” — como uma solução para os problemas sociais. Trata-se de uma política de drogas gestada dentro de um contexto de ascensão do tráfico internacional de substâncias, impulsionado pela demanda crescente por essas mercadorias, o que criou verdadeiras redes de produção, venda e exportação altamente rentáveis. Assim, a proibição das drogas, ao criminalizar substâncias e seus usuários, criou um mercado alternativo lucrativo e mediado pela violência. Essa política proibitiva, aliada à precarização do trabalho formal e à falta de oportunidades para essa juventude, torna-os alvos fáceis para o recrutamento por organizações criminosas. Desse modo, o mesmo sistema capitalista que marginaliza e exclui esses jovens do trabalho formal é o que os empurra para o caminho do mercado ilegal (Prado, 2022).

2.3. ONDE TUDO INICIOU

Dentro do contexto trazido, é importante apontar que, por termos importado o nosso modelo criminológico dos EUA (Batista, 2011) e a ideia de uma “guerra às drogas”, faz-se necessário entender como se desenhou o proibicionismo e as políticas proibicionistas no país mais influente do Norte Global.

Segundo a tese de doutoramento de Prado (2022), intitulada *Adolescência e juventude no narcotráfico: estudo sobre trabalho e criminalização*, ao analisar a trajetória histórica das políticas de drogas, encontra-se que o primeiro marco de proibição apareceu na Corte de Haia de 1912, que já visava à proibição de qualquer tipo de substâncias opioides. Essa convenção atingiu diretamente países do Sul Global, como Ásia e América Latina, por terem em seus

territórios plantas como a papoula e a folha de coca, que eram, e ainda são usadas para a produção de substâncias ilícitas.

A partir de 1920, com a Lei Seca nos EUA; a presença crescente das grandes indústrias farmacêuticas; juntamente com a expansão da cultura relacionada à população negra (como *blues* e *jazz*); e, por fim, as tensões raciais entre o Estado e esses sujeitos, fizeram com que a proibição da maconha — usada em ambientes onde a cultura negra era celebrada — fosse mais uma maneira de criminalizar essas comunidades étnicas no país (Brito, 2022).

As políticas proibicionistas como conhecemos se iniciaram com o então presidente dos EUA, Richard Nixon (presidente de 1969-1974). Ele fazia uma campanha ativa contra as drogas, com aparições na TV e a projeção de ideias falsas sobre os efeitos das substâncias, mas seu grande destaque foi travar uma luta contra a entrada da maconha do México no país. Dessa maneira, militarizando as fronteiras e impedindo a entrada de imigrantes nos EUA de maneira violenta, Nixon instaurou um verdadeiro clima de guerra contra as substâncias, mas principalmente contra as populações que tinham em sua cultura, ou território de origem, a planta da maconha (Bortolozzi, 2014; Davis, 2018). Mas essa proibição não parou o tráfico do produto, já que pode até ter impedido a entrada pelo México, mas acabou fortalecendo principalmente os grandes cartéis colombianos, que encontraram outros métodos para atender às demandas dos *yankees*. E como consequência, já em meados da década de 1980, a maconha que circulava nos EUA — 75% dela — vinha da Colômbia (Bortolozzi, 2014), sendo mais uma prova do ‘fracasso’ dessa guerra.

Nixon teve como sucessor ideológico Ronald Reagan (1981-1989), que fortaleceu a guerra contra as drogas e promoveu um aumento significativo da construção e expansão das prisões, por causa de sua política de ‘tolerância zero’ (Davis, 2018). Reagan tinha como foco a perseguição contra o *crack*, aumentando significativamente, a partir daquele momento, a comunidade carcerária entre negros e latinos. Além disso, suas ideias racistas acabaram vulnerabilizando ainda mais essas comunidades, já que fazia publicamente a relação do uso de substâncias, principalmente em bairros mais marginalizados, com a criminalidade (Coyle, 2016; Davis, 2018; Prado, 2022). Não só as políticas punitivistas foram destaque em seu governo, mas também suas políticas econômicas neoliberais, que acabaram tendo como consequência a diminuição do Estado caritativo (protetivo), o que ajudou a colocar essas mesmas pessoas atingidas pela “guerra às drogas” em maior estado de vulnerabilidade, pela falta de acesso a direitos básicos, como saúde e moradia. Isso, somado ao aumento da taxa de desemprego pelos avanços tecnológicos e pela rapidez cada vez maior do capital circular e se

acumular, deixou parte dessas pessoas com pouca ou nenhuma escolha além dos mercados ilegais. Assim, foi se construindo a relação entre a proibição das drogas, a criminalização da pobreza e o grande encarceramento nos EUA (Wacquant, 1999).

A história da proibição anda junto com a história da libertação da população afrodescendente e sua luta crescente, construindo-se uma necropolítica cruel. Por exemplo, as tensões sociais da luta política pelos direitos civis da comunidade negra se deram paralelamente ao surgimento do *crack* nos *guetos*, durante o governo Reagan, tendo um grande empurrão do Estado estadunidense em sua propagação, principalmente para a desmobilização política e social daquela comunidade (Davis, 2018). Além disso, o surgimento dessa droga facilitou o acirramento de outros sofrimentos sociais, já que, por ter um alto poder de vício, o *crack* acabava causando um aumento da violência e dos roubos — não só para manter o vício, mas também por todo o contexto social que a droga acaba criando (Bortolozzi, 2024; Prado, 2022). E Bortolozzi aponta:

(...) a CIA estava diretamente envolvida no mercado da cocaína para os negros em Los Angeles. Jansen (2007) afirma que o Estado norte-americano utilizou, nesse período, para desmobilizar o Partido dos Panteras Negras a associação entre CIA, FBI e narcotraficantes da América Latina para o despejo de toneladas de cocaína, maconha, heroína nos bairros negros, visando à desarticulação política e levando à dissolução do Partido (2014, p. 32).

Esse controle de corpos — não apenas por meio do aprisionamento, mas também pelo processo de produção de vícios — permite ao Estado exercer seu *biopoder* (Foucault, 1999) e acaba funcionando como um mecanismo de seletividade sobre quem deve viver ou morrer. O filósofo Achille Mbembe (2014), avançando na ideia de *biopolítica* de Michel Foucault — que comprehende as políticas de gestão da vida e o controle dos corpos por parte do Estado — propõe o conceito de *necropolítica*, que se refere à gestão da morte desses corpos. Ao inundar comunidades negras com drogas, o Estado norte-americano, por meio de suas agências, exerceu um poder de produção ativa da morte — se não pelas mãos da polícia, então pelas drogas e suas consequências. A morte, embora não aparente ser direta e intencional, resulta de políticas que negligenciam a vida e a saúde de determinados grupos.

Além disso, a ação da CIA e do FBI, órgãos de segurança vinculados ao Estado, ao direcionarem o tráfico de drogas para comunidades negras, revela um racismo estrutural profundo, no qual a vida de pessoas negras e latinas é considerada, escancaradamente, menos valiosa e, portanto, mais facilmente sacrificável (Mbembe, 2014; Bortolozzi, 2014; Davis, 2018).

Mas não eram apenas os negros e latinos que habitavam os EUA os inimigos declarados do grande capital financeiro e das ideias neoliberais. Esse período também é marcado pelas inúmeras intervenções norte-americanas nos territórios do Sul Global. Além das intervenções políticas diretas contra os “comunistas” — uma das bandeiras centrais de Reagan — as ditaduras neoliberais no Sul Global contaram com o financiamento de grupos contrarrevolucionários, principalmente na Nicarágua. Esses grupos, por atuarem à margem da lei, também começaram a transportar cocaína como forma de obtenção de recursos, da Nicarágua, passando pela Colômbia, até os EUA. Assim, ao mesmo tempo que o governo norte-americano injetava recursos para que esses grupos combatessem os supostos “perigosos comunistas latinos”, colaborava para fortalecer o maior comércio atacadista de cocaína do mundo (Bortolozzi, 2014).

Esse modelo de política criminal, sustentado na segurança pública com viés ostensivo e punitivo e com forte recorte racial, foi importado para a América Latina, produzindo efeitos ainda mais deletérios nas vidas das comunidades atingidas por essas políticas. Por estarmos no Sul Global, na periferia do capitalismo, o modo como o capital age e se reproduz em nosso território é ainda mais predatório.

2.4. UMA REALIDADE MAIS PRÓXIMA

Para entendermos a realidade em nosso território, é importante visualizar como a produção, o transporte e a venda das drogas se encaixam no modelo econômico capitalista, especialmente em nossa região. Segundo as teses de Miranda (2022) e Prado (2022), o mercado ilegal se constrói na mesma lógica de exploração capitalista, uma vez que os países do chamado capitalismo dependente são expropriados de seus produtos, vendem sua mão de obra barata e servem como fonte de mais-valia para a acumulação de capital. Como consequência, a maior parte do lucro da produção ilegal concentra-se no Norte Global, como na Europa e nos Estados Unidos. Nossa mão de obra barata segue a mesma lógica que rege o mercado legal, sobretudo na atualidade, em que, com o avanço do capitalismo *video-financeiro* (Bauman, 1999), nosso exército de reserva torna-se obsoleto, desempregado, sendo forçado a buscar outros meios de subsistência (Batista, 2011; Miranda, 2022; Prado, 2022).

Esse esfacelamento das relações de trabalho, somado às terceirizações trabalhistas e à lógica do “empresário de si mesmo” (Bauman, 1999), reduz o campo da construção das condições objetivas de vida, tornando o mercado ilegal uma saída rápida e “fácil” para os problemas daqui e do agora (Brito, 2022). Com o aumento da demanda por drogas no Norte

Global, desenvolveu-se, paralelamente, a complexificação da organização do mercado ilegal de substâncias, a fim de garantir a oferta, criando-se dentro das facções verdadeiros modelos organizacionais nos quais é possível reconhecer tanto o “grande empresário” quanto o “peão de obra” do mundo do tráfico (Manso; Dias, 2018). O “grande empresário” do “mundo do crime” pode ser alguém que cresceu em uma periferia e ascendeu, mas ele não será o único nessa cadeia produtiva, e passará a adotar os mesmos métodos do capital. Portanto, com a convivência do Estado, que não garante outra realidade social e prisional; com o laços com as milícias, que “limpam” os territórios que muitas vezes as facções querem ocupar; e a ajuda de figuras influentes, como políticos¹ e empresários², se re-propõe as mesmas dinâmicas que uma grande empresa: o trabalhador da base se torna a principal vítima (Bortolozzi, 2014; Manso; Dias, 2018; Brito, 2022).

Essa exploração, somada à criminalização da pobreza (Wacquant, 1999), coloca os que lidam com a venda em atacado (grandes quantidades) em situação muito mais vantajosa e segura do que aqueles que vendem em varejo (pequenas quantidades, como nas bocas). E pior ainda aqueles que nada vendem, e são apenas foguete (vigia para avisar da polícia) e aviôzinho (que apenas transporta a droga), que são os trabalhos normalmente destinados aos mais novos, como crianças e adolescentes, que os tornam os primeiros a serem pegos pela polícia, pela sua circulação e exposição na comunidade (Bortolozzi, 2014). Além disso, Bortolozzi (2014) aponta que os mais novos ainda são destinados a carregar a arma – em um assalto, por exemplo – ou a assumirem a culpa das drogas, já que o tempo de internação em unidades socioeducativas é menor do que responder pelo código penal.

Na pesquisa de doutoramento de Carvalho (2020), o autor destacou que essas facções estavam essencialmente ligadas aos territórios de residência desses jovens, as periferias das cidades, e faziam parte da realidade cotidiana desses bairros. O acesso fácil a entrada nessas facções em seus territórios se dá pelo acirramento da questão social³(Marx, 2008) nas classes mais vulneráveis, levando-as a serem estigmatizadas socialmente. Essa estigmatização parte também de uma narrativa produzida pela grande mídia, que propaga ideias sensacionalistas ligando esses sujeitos e territórios ao crime e violência (Wacquant, 2003; Lúcio, 2018), construindo uma hegemonia ideológica que leva a sociedade a aceitar facilmente o aniquilamento daquela classe.

¹ O caso conhecido do Helicoca, onde o helicóptero do senador Zezé Perrella (MDB-MG) foi apreendido pela polícia federal com 445 kg de cocaína.

² Como o caso do empresário e influencer Renato Cariani, que está sendo investigado pelo Ministério Público por envolvimento no fornecimento de material base para a produção do crack para o PCC.

³ Marx não teorizou acerca das facções, mas abordou a questão social, que pode ser usada na interpretação desses fenômenos.

Mas, a realidade é que essa parcela da sociedade é mais privada, cotidianamente, de políticas sociais que poderiam realmente dar uma resposta a sua realidade, e quando observamos principalmente os nossos adolescentes e jovens, isso se agrava, quando não conseguem observar uma projeção de futuro real e concreta para suas vidas (Wacquant, 2003; Carvalho, 2020; Brito, 2022). Essa falta de projeção se dá em frente a um cenário já comentado, onde a educação é sucateada e não emancipadora; os bairros carecem de cultura, esporte e lazer; as famílias, muitas vezes chefiadas por mulheres, passam por dificuldades financeiras; os laços sociais são esfacelados pela violência presente nas tensões entre facções e polícia; o racismo estrutural que atravessa a vida desses adolescentes e jovens, tornando sua trajetória mais penosa; e diversos outros atravessamentos que podem ser definidores em seus percursos de vida (Ramos; Alberto, 2019; Alberto *et al.*, 2021; Brito, 2022; Prado, 2022).

Quando olhamos para a história das facções na realidade nordestina, esses grupos organizados – que vivem e se mantêm fora da lei – se dão já na virada para o século XXI. Ainda segundo Carvalho (2020), no Rio Grande do Norte, o território onde pesquisou, as facções começam a ser notadas nos bairros em meados de 2014. Ao contrário do sudeste, por exemplo, que começou a dar sinais no final do século XX e foi o berço das duas maiores facções do Brasil: o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital (Manso; Dias, 2018; Carvalho, 2020; Brito; 2022).

Antes de entrar nas relações mais diretas dos nossos sujeitos em questão com esses grupos, é importante retomar um ponto já apontado no primeiro capítulo, o surgimento, a manutenção e a expansão dessas facções. Para entender isso, temos que voltar para o final do século XX, nos anos 70 e 80 no país, quando já se sentia os primeiros ventos do final da ditadura militar. Nessa época, as polícias militares já tinham sido criadas e treinadas para agir contra um inimigo interno, que na época era a figura do comunista. O regime militar não foi marcado apenas pelas censuras, perseguições, desaparecimentos e mortes, mas também por uma corrupção interna das instituições de segurança – que encontravam meios alternativos de lucrar. Após o fim do regime, somado à falta de reforma institucional que deveria ter sido realizada à época, policiais e ex-policiais expandiram seu poder para lugares onde o Estado não alcançava, aproveitando da vulnerabilidade social e de negócios ilegais – como o jogo do bicho – para dominar determinados territórios (Manso, 2020).

Segundo Manso (2020), durante boa parte das décadas de 80 e 90, as milícias, ou grupos paramilitares, agiam à margem da lei, subjugando e extorquindo as comunidades em que atuavam, cobrando uma taxa de segurança por uma proteção que no final era contra eles mesmos. Além disso, tinham o monopólio da água, energia e gás, centralizando grande parte

do giro da economia em suas mãos. Esses grupos usavam da violência e do terror para manter a ordem e o controle nas comunidades, e faziam a vingança e a “limpeza social” com as próprias mãos, como foi o exemplo do massacre da Candelária em 1993, que vitimou 8 crianças e adolescentes que moravam ao redor da igreja da Candelária no Rio de Janeiro. Esse processo veio a culminar na realidade atual do grande Rio de Janeiro, onde, segundo o Mapa Histórico dos Grupos Armados (2024), com dados do ano anterior, mostra que 38,9% dos territórios dominados por algum grupo armado são dominados pelas milícias. Não existe uma linha delimitadora, mas esse processo de adulterar se dá muito antes do que é esperado na linha do desenvolvimento comum esperado para crianças e adolescentes.

o que caracteriza a passagem da infância à adultide nesse mercado não é a idade cronológica e sim a confiança, a capacidade e preparo para o trabalho, além da compreensão da responsabilidade individual, a opção de entrar no tráfico, seguir a hierarquia sob pena de punição por suas infrações e se responsabilizar pelo que venha a lhe acontecer, inclusive morrer (Bortolozzi, 2014. p. 47).

Além disso, desde cedo, são expostos a uma masculinidade violenta, em que a relação é mediada pelo poder, temor e sexualização, fazendo das facções um espaço androcêntrico, operando segundo regras do que se comprehende como masculino (Campos, 2019). A relação dentro da facção é marcada por um respeito baseado na hierarquia imposta pelo medo e pela violência, pois há uma competição e desconfiança constantes entre os pares e em relação aos de fora. Quem mata mais, quem agride mais e quem mais se impõe é aquele que será mais temido e, por isso, mais respeitado, sendo visto como o “bandidão” (Bortolozzi, 2014). A afirmação dessa masculinidade também se expressa no uso da arma de fogo, principal símbolo de poder e ferramenta de atuação (Prado, 2022).

Contudo, ao abordar a masculinidade, não se deve tratá-la no singular. Assim como todo processo humano, ela é produto da realidade social. E, se a realidade é construída e situada histórica, cultural e materialmente, ela também se apresenta de forma múltipla (Campos, 2019, p. 416). Da mesma forma que há diversos modos de viver a juventude, tornando esse grupo social heterogêneo, também existem múltiplas formas de ser e viver o masculino. Ao discutir as masculinidades negras e suas subjetividades, Campos (2019) destaca o lugar ocupado pelo homem negro, especialmente o periférico, nessa intersecção entre raça e classe. Por conta desses marcadores, ele experimenta experiências profundamente distintas das dos homens brancos. Isso se deve, primeiramente, ao fato de que o negro nunca foi reconhecido como humano: a ele foi historicamente atribuído o estatuto de objeto ou mercadoria, enquanto o ideal de humanidade é representado pelo sujeito branco,

heterossexual, cisgênero, economicamente estável e com direitos políticos assegurados (Campos, 2019, p. 410).

Dessa forma, o autor propõe quatro categorias de análise para compreender os marcadores de (des)humanização que moldam a performatividade da masculinidade do homem negro periférico. A primeira refere-se à narrativa histórica e colonial que associa o corpo negro ao perigo. Por essa lógica, “ele pode matar, logo pode ser matável: encarcerado, linchado ou despedaçado” (Campos, 2019, p. 413). Essa construção simbólica se confirma nos dados do Atlas da Violência (2024), que indicam que um jovem negro tem quase três vezes mais chances de morrer do que um jovem branco. Não por acaso, o autor destaca como expressões como “jovens infratores” e “menores delinquentes” são usadas de forma corriqueira. E, para a realidade paraibana, poderíamos ainda acrescentar o termo “mofí”⁴ - são construções pejorativas e periculosistas em torno desses jovens, inferiorizando-os como os “outros”, os mofí, aqueles passíveis a serem presos e/ou mortos. E Campos (2019) argumenta: “Os homens negros não querem morrer, e matam muitas vezes convencidos de que seriam menos homens se não o fizessem” (p. 414), confirmado o que o rapper mineiro Djonga canta na sua música “A cor púrpura” (2022), que aborda masculinidades negras periféricas: “É querido Deus, um homem matou outro homem por coisas que mamãe diz que são coisas de homem. Esse foi o primeiro contato verdadeiro que eu tive com o que me parece que é ser um homem”. O que nos leva à segunda categoria apontada pelo autor.

2 – Agora a categoria de análise se torna a relação com o trabalho, já que o corpo negro ainda está submetido à “exaustão, a um cansaço físico e existencial” (p. 414). Esse homem, explorado desde o Brasil colônia, sem políticas de inserção social após a abolição que dessem condições de profissionalização, além do marcador racial, vai ter seu ingresso digno ao mercado impedido. O que se sabe e se enxerga é que o homem negro tem que ser duas vezes melhor para ser notado e valorizado, submetendo-se constantemente à prova de que é capaz de ocupar aquele lugar. Não é de se estranhar que cadeiras importantes em nosso país, como ministros do Supremo Tribunal Federal, políticos do Executivo e Legislativo, além de juízes, desembargadores, médicos e engenheiros — profissões tidas como nobres — ainda carecem de profissionais negros. E retomando a música “A vida é desafio” de Racionais MC, que em sua introdução já apontava isso, quando Mano Brown declama: “Desde cedo a mão da gente fala assim: filho, por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor”. Então, diante desse cenário, Campos (2019) aponta que, além da exclusão estrutural desses homens do

⁴ Termo criado pelo ‘repórter’ do programa policial da TV Correio Emerson Machado, que ficou conhecido por chamar os jovens presos de mofí, diminutivo para “meu filho”.

mercado de trabalho formal e legal, vulnerabilizando-se ainda mais socialmente, existe a questão da autoestima colocada em jogo, quando não conseguem ascender socialmente pelo trabalho e não se sentem capazes. Se o trabalho é a principal atividade constituinte do homem (Marx, 2008), se ele não trabalha, então o que ele é?

3 – O terceiro vai tocar em uma questão mais íntima: a sexualidade. O homem negro, por nunca ser visto e entendido como humano, sempre foi animalizado e brutalizado, visto como primitivo. E por ter essa narrativa construída em torno dele, espera-se um vigor sexual acima da média, com o sujeito saindo da sua incompletude para se tornar um falo — aquele que é objeto fetichizado de desejo. Torna-se aquele que vai entregar o prazer, sem necessariamente envolver sentimentos afetivos, de maneira ativa e incansável. Os afetos são colocados em segundo plano, principalmente quando esse sujeito homem está envolvido com o tráfico, tornando-se objeto de desejo feminino, ainda mais fetichizado, onde, ao seu entorno, a quantidade de mulheres que tiver vai definir seu valor. Elucida-se essa relação contraditória do homem negro com o desejo e a sexualidade, porque "o homem negro, por essa ideia, não tem sexualidade, tem sexo. Não tem erotismo, tem coito. Não tem preferências e interesses, tem disponibilidade insaciável para tudo e todos" (p. 415). Ele se humaniza ao ser visto e desejado pelo outro, branco, que o (des)humaniza ao colocá-lo enquanto parte de um corpo, servidor do seu prazer.

4 – E a última categoria de análise encontrada pelo autor foi a saúde mental do homem negro. O homem negro, por nunca ser visto em um local de sensibilidade, delicadeza e afeto — ao contrário do "príncipe" branco —, sempre é ensinado a guardar suas dores, mágoas e preocupações dentro de si. As cobranças que ele se impõe, a falta de autoestima, o mundo do trabalho que não está aberto à sua cor e as relações fragilizadas, mediadas também pela violência, vão construir um panorama de profundo sofrimento. O grito engasgado na garganta, o sofrimento social (Sawaia, 1999) de ser quem é. E o autor bem destaca que "a insegurança e a instabilidade emocional têm se instalado com vigor nas interpretações das masculinidades negras. O suicídio, o abuso de álcool e drogas, a não verbalização dos sentimentos, o não lugar para a angústia, o conflito da paternidade, são alguns exemplos de seus dramas" (p. 415). Dramas que, para os homens, os colocam em um lugar de fragilidade e, por isso, devem ser evitados, ao custo de torná-los menos masculinos.

Essa lógica da fuga da delicadeza e vulnerabilidade, da desconfiança e da imposição do respeito pela violência (Bortolozzi, 2014; Campos, 2019) vai se entrecruzar com o riquíssimo trabalho etnográfico feito nas favelas do Rio de Janeiro por Alba Zaluar (1994), onde a identidade do ethos masculino vai estar ligada tanto à imagem do trabalhador quanto à

imagem do bandido. Mesmo que exista uma dicotomia entre trabalhador/bandido, os dois ocupam o mesmo lugar de homem provedor — aquele que consegue ter o poder material de garantir as condições de vida e consumo. Zaluar (2004) também contribui ao nos trazer a definição de ethos guerreiro, que seria uma hipermasculinidade atravessada pela violência e dominação, encontrada nas relações dentro das facções e instituições de privação de liberdade, como o homem "insubmisso", "dominador" e de personalidade "desafiadora".

Essa personalidade vai ser o que os sustenta dentro das unidades de internação, onde essas relações vão ser reproduzidas, inclusive pela presença marcante das facções dentro desses muros. As instituições são androcêntricas (Davis, 2018), pensadas por homens e para homens, então não seria diferente que, o tempo todo, esses jovens fossem interpelados a reproduzir e manter o personagem do ethos guerreiro (Zaluar, 2004), invencível e inabalável, como forma de provar seu poder e sua coragem. Não só esse ethos guerreiro vai aparecer na relação com os outros companheiros de quarto, mas também na relação com os agentes e familiares — principalmente as mulheres, já que, na regra oculta das prisões, os homens não podem olhar para a mulher de seus parceiros (Brito, 2022).

Portanto, a próxima seção será dedicada exatamente a analisar as vivências dentro dessas unidades socioeducativas de internação. Essa análise buscará construir uma linha histórica até os dias atuais, tendo o abolicionismo penal como saída para as prisões, já que elas nada de bom produzem socialmente e na vida dos sujeitos aos quais roubam tempo e vida. Essas unidades são os verdadeiros lugares dos dejetos humanos, aqueles que a sociedade ainda não conseguiu matar de corpo, mas encontra outras maneiras de pregar a morte em vida (Batista, 2011), como veremos a seguir.

CAPÍTULO 3 - PIXOTE AINDA VIVE EM NÓS: VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS EM UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS

3.1 A IMAGEM DA SOCIOEDUCAÇÃO

Essa seção começo me permitindo falar em primeira pessoa, como ensina Cardoso (1986) em *A aventura antropológica*, já que falar das unidades socioeducativas não é falar de um desconhecido para mim. Durante a graduação, minha familiarização com esses lugares foi mediada pela pesquisa e extensão, onde pude ter contato direto não só com os adolescentes e jovens que ocupavam aqueles muros, mas também com todos os profissionais, a dinâmica e a ambiência daquelas instituições. Essas unidades, esses rostos, as histórias de vida e as trocas compartilhadas me acompanharam até o final do trabalho de conclusão de curso, onde sabia que não era um final, mas o início de uma jornada que me trouxe até aqui. Durante toda a caminhada até o mestrado, quando passava em frente a essas unidades durante meus deslocamentos pela cidade, lembrava com carinho e angústia os tempos passados naqueles lugares — eram os afetos — me deixei ser profundamente afetada — que não me deixavam desistir de continuar pesquisando.

Lembro dos tantos impactos que tive, dos ambientes que circulei, das palavras que ouvi e das paredes que muitas vezes tive que encarar durante a espera costumeira para o início das nossas atividades nas unidades. Nunca entrei em prisões, sempre conheci o lado de fora e os rostos das mulheres ocupantes das filas de visitas, mas quando entrei a primeira vez ali, lembro de pensar que aquilo era bem perto do que eu imaginei de prisões — e eu sei hoje que prisões são bem piores que aqueles locais. As unidades tinham estruturas de prisões, dinâmicas de prisões, a linguagem empregada pelos operadores de segurança era linguagem de prisões, e o som das grades, chaves e chapas de metal parecia muito com aqueles que relataram ser das prisões. Então o que era aquele ambiente, que tinha todos os potenciais para ser uma prisão, mas era chamado de unidade socioeducativa?

A primeira unidade que conheci foi o CEJ (Centro Educativo do Jovem), que abrigava jovens que infelizmente haviam completado a maioridade dentro do sistema. Essa unidade ainda não havia passado por reformas; a entrada era pequena, com agentes que circulavam com jovens, que eram levados para cumprirem atividades de limpeza do ambiente, visitar os seus designados técnicos ou serem acompanhados para consultas médicas. Lembro que uma dessas vezes que fui, uma cena me marcou. Do lado de fora do CEJ, que divide estacionamento com o CSE (Centro Socioeducativo – a provisória), estava um agente socioeducativo vestido de maneira militarizada, sentado em uma cadeira, olhando dois jovens

— negros e cabisbaixos — capinar o mato com equipamentos velhos. Uma cena que me remeteu ao tempo colonial, quando o capataz observava os trabalhadores escravizados no modelo plantation (Davis, 2018).

Outro momento marcante das minhas idas para essa unidade em específico foram os agentes, que sempre olhavam as pesquisadoras com pena e de vez em quando tentavam amigavelmente — outras vezes nem tanto — nos informar que aqueles sujeitos eram “sem salvação”. Eu não acreditava naquilo, tentava ser educada, me segurando para não argumentar — porque se houvesse tensões entre nós e os agentes, nossas atividades seriam atrasadas o máximo possível. Eles tinham o ‘poder’ da unidade nas mãos. Uma dessas vezes, quando fui para um desses encontros com os jovens que eram PIBIC-EM, sentada nas cadeiras de espera após passar pela primeira leva de grades, olhei ao redor: o ambiente era azul bebê. Naquele momento, lembro de rir, porque já havia visitado o Rita Gadelha, a unidade feminina, e as cores das paredes eram rosa bebê. Naquela época não se tinha ainda a piada da que viria a ser a ministra dos Direitos Humanos, Damares, de que “meninas vestem rosa e meninos vestem azul”, mas as paredes já eram a sinalização do que viria, como uma ironia do destino. No mesmo dia, percebi na mesma parede azul bebê à minha frente, um cartaz com dizeres de autoajuda feito pelo diretor da época. Conseguí localizar dois erros de português gravíssimos naquela parede de cor duvidosa. Aquela entrada, para mim, se tornou o retrato mal pintado das unidades socioeducativas.

Posso citar inúmeras microviolências daqueles ambientes, como cruzes católicas nas salas das psicólogas; apelidos maldosos dos agentes com os jovens; o cheiro da comida — a janta que chegava às 17h — azeda; as salas de aula da escola com grades e tantas outras que na memória se perderam, porque infelizmente, quando se vai semanalmente para aquele lugar, a vista se acostuma com determinadas coisas. Lembro de uma atividade que fizemos em grupo — éramos eu, meu colega de pesquisa e outros quatro jovens. Já estávamos entre os últimos encontros com o grupo e tínhamos criado um laço de afeto e troca com eles. Nesse dia, como justificativa da troca de plantão, trancaram todos nós dentro da escola, com cadeado e corrente. Tentamos chamar alguém, mas ninguém vinha. Eles começaram a rir, todos nós começamos, e lembro que um deles falou: “é pra deixar vocês com medo”. Medo de quê? Acho que frustramos a tentativa. Meia hora depois, quando o mesmo agente que trancou veio abrir, encontrou a cena de sempre: uma conversa pacífica e até animada. Aquela meia hora trancados abriu uma confiança que eu nunca havia presenciado. Um dos jovens que acompanhámos durante quase um ano se abriu, contou o que havia feito para estar ali e se emocionou. Nós extensionistas nunca procuramos saber qual foi o ato infracional que os

levou até ali — não era nosso objetivo — mas percebi que aquela fala fora um ato de confiança. Agradeço a JV até hoje, ele me ensinou mais que muitos professores em sala de aula sobre empatia e humanidade.

Na época, como estudante de psicologia, outra coisa que me chamava atenção era a negação da subjetividade daqueles meninos — meninos, porque a infância foi retirada muito antes de ser vivida. Mesmas roupas, mesmos cortes, mesma maneira disciplinar de caminhar: mãos para trás e cabeça baixa. Era proibido qualquer outro corte de cabelo, tal como pintar de qualquer cor, como regra institucional — nunca entendi a periculosidade de um corte de cabelo. Ao mesmo tempo que era retirada a subjetividade que poderia se manifestar no ‘estilo’, percebia as resistências estéticas que eles tentavam manter: riscos na sobrancelha ou desenhos no que restava de cabelo. JV era um entusiasta desses estilos e sempre ficava feliz quando notávamos algo novo em seu visual, chegando a ficar com uma timidez infantil, afastando os olhos timidamente para o lado, com um sorriso contido. Eram aqueles pequenos momentos que construíram afetos que perduram até hoje em minha memória e coração.

Escrevo essa introdução antes da teoria propriamente dita para tentar mostrar o quanto a ciência é atravessada de humanidade, de vivências. Não consigo escrever sobre as unidades e todas suas violações sem lembrar das caminhadas por aqueles ambientes. Desta forma, acabamos de ver nas duas seções anteriores como se constroem as trajetórias de vida de adolescentes e jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas e o processo de faccionalização da vida desses sujeitos. Agora, presos nessas unidades socioeducativas, eles vão ter que ‘cumprir o que devem’ em condições bem diferentes das colocadas no ECA (1990) e no SINASE (2012),⁵ passando por uma revitimização, pagando uma dupla pena. A primeira, aquela pena jurídica imposta pelo Estado; a segunda, pelas condições precárias e violentas que esses locais impõem a esses sujeitos (Lúcio, 2018; Brito, 2022; Lúcio; Paiva; Brito, 2023). Frente a essa realidade, Davis (2018) nos coloca uma reflexão essencial:

Assim, pensamos na prisão como um destino reservado a outros, um destino reservado aos “malfeiteiros”, para usar um termo popularizado por George W. Bush. Devido ao poder persistente do racismo, os “criminosos” e “malfeiteiros” são, no imaginário coletivo, idealizados como pessoas de cor. A prisão, dessa forma, funciona ideologicamente como um local abstrato no qual os indesejáveis são depositados, livrando-nos da responsabilidade de pensar sobre as verdadeiras questões que afligem essas comunidades das quais os prisioneiros são oriundos em números tão desproporcionais. Esse é o trabalho ideológico que a prisão realiza - ela nos livra da responsabilidade de nos envolver seriamente com os problemas de nossa

⁵ O art. 49º do SINASE aborda os direitos dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, e ao comparar o que a literatura e a lei prevê, existe uma dissonância do que está no papel e o que é realizado na prática.

sociedade, especialmente com aqueles produzidos pelo racismo e, cada vez mais, pelo capitalismo global (p.16 e 17).

Além disso, fugimos da responsabilidade de procurar saber o que acontece dentro daquelas instituições, entre as quatro paredes e grades, qual é a real realidade de quem está encarcerado naqueles lugares. Davis (2018) aponta que nossa sociedade, no contexto capitalista, não perdeu as características da punição física como antes do séc. XVIII, pelo contrário, incorporou esses castigos para dentro dessas instituições, perpetuando a ideia de “crime e castigo”. Essas punições acontecem longe dos olhos dos cidadãos livres, dando uma falsa sensação de segurança e funcionamento dessas instituições, porém, contraditoriamente ao considerarmos “as prisões como algo natural, mas temos medo de enfrentar as realidades que elas produzem” (Davis, 2018. p.16). Essas realidades são acirradas no contexto das transformações globais e temporais do capitalismo. E conforme afirma Foucault (1999),

A prisão é o local onde o poder de punir, que não ousa mais se exercer com o rosto descoberto, organiza silenciosamente um campo de objetividade em que o castigo poderá funcionar em plena luz como terapêutica e a sentença se inscrever entre os discursos do saber (p. 284).

Portanto, como vimos nas seções anteriores, com as mudanças do capitalismo tem-se um cenário com cada vez menos necessidade de mão de obra — mesmo aquela explorada — e, portanto, esses excedentes se tornam obsoletos, sendo-lhes destinado um não lugar na divisão social do trabalho. Sem “serventia” para o sistema, constrói-se a narrativa de guerra às drogas para matar e prender esses mais que excedentes (Batista, 2011; Mbembe, 2014; Davis, 2018).

Essa realidade não é uma questão exclusiva dos Estados Unidos. No Sul Global, essa característica tende a se intensificar. As questões raciais se repetem com a mesma intensidade, ainda que com outras tonalidades, na realidade brasileira. As prisões também apresentam seletividade racial, sendo as unidades socioeducativas uma extensão dessa característica histórica dos processos de criminalização (Batista, 2011). Segundo o Levantamento SINASE (2021), 56% dos cadastrados eram negros e/ou pardos. As instituições de privação de liberdade fazem parte da história do Brasil, assim como os métodos raciais de subjugação, razão pela qual o país ocupa o terceiro lugar no ranking mundial de encarceramento.

Como demonstrado nas seções anteriores, uma das consequências da precarização da vida da juventude é a internação em unidades socioeducativas, resultado de trajetórias marginalizadas desde a infância. Essa política de encarceramento foi pensada desde a Proclamação da República e aprimorada no final do século XX e durante o século XXI. Tal

como aponta Angela Davis (2018), as prisões no Brasil são mediadas pelo contexto histórico do país. Não surpreende que, durante a redemocratização, o número de prisões aumentou significativamente, pois o novo contexto social e político exigia novos mecanismos de punição e controle da população. A prisão, especialmente após a importação da ideia de combate às drogas — uma guerra aos pobres —, multiplicou-se, ficando cada vez mais lotada, com estruturas insalubres que favorecem a proliferação de doenças (Bortolozzi, 2014).

Além disso, o castigo físico e suas variações permanecem como prática corrente no histórico de punições, desde o colonialismo até os dias atuais. As prisões são locais de maus-tratos, onde os considerados "dejetos da sociedade" são duplamente penalizados: cumprem sua pena imposta pelo Judiciário e o fazem em locais desumanos, insalubres e superlotados, vulneráveis a castigos físicos por sua condição. Esse lugar historicamente reservado a uma cor, que compõe a maioria da população empobrecida, estende-se à juventude, cujo primeiro contato com a institucionalização forçada do Estado, muitas vezes, se dá nas unidades socioeducativas (Alberto *et al.*, 2021; Brito, 2022; Prado, 2022; Lúcio; Paiva; Brito, 2023).

Essa realidade repercute na negação de direitos que atinge não apenas o corpo, mas também a subjetividade, somando uma nova forma de sofrimento aos sujeitos: "um híbrido de poder disciplinar e repressivo" (Vicentin, 2011, p. 104). O aprisionamento gera um sentimento de mortificação expresso em forma de exaustão, medo, desamparo e impotência, podendo levar ao suicídio (Vicentin, 2016). Em minha pesquisa de TCC, que investigou os impactos do encarceramento na saúde mental de adolescentes e jovens, identifiquei um agravamento da saúde mental após a internação. Foi relatado o início do uso de medicamentos para ansiedade e insônia, além de sentimentos de angústia, tristeza, medo e desesperança (Ramos; Alberto, 2023), o que Vicentin (2011) denomina de mortificação do eu. Segundo a ONU (2014), comunidades privadas de liberdade e pessoas racializadas são mais propensas ao suicídio — e, no contexto socioeducativo, essas categorias se sobrepõem, aumentando a vulnerabilidade. Sawaia (1999) denomina esse fenômeno de sofrimento ético-político, oriundo da situação social em que o sujeito se encontra, conceito materializado nesses adolescentes em sofrimento, como demonstram minha pesquisa e a realizada por Vicentin (2018), apresentada no livro *A vida em rebeldia: jovens em conflito com a lei*.

Esses espaços não operam sob a ótica da defesa dos direitos humanos nem do desenvolvimento biopsicossocial dos adolescentes. Ao contrário, muitas vezes os empurram para um ciclo de reincidência, culminando no sistema penitenciário. Isso se deve à escassez de cursos profissionalizantes — quando há, não contemplam todos; à oferta educacional

precária — com menos de duas horas diárias de aula, inferior às escolas convencionais; à ausência ou limitação de acesso à cultura — com atividades pontuais; e ao lazer reduzido ao "banho de sol" — linguagem herdada do sistema penitenciário (Lúcio, 2018; Alberto; Costa, org., 2021; Lúcio; Paiva; Brito, 2023).

Na revisão bibliográfica do meu TCC, encontrei diversas pesquisas que apontam as mesmas falhas estruturais: Boas, Cunha e Carvalho (2010); Vicentin (2016); Costa e Silva (2017); Nascimento, Uziel e Hernandez (2018); Walker e Herting (2020); a dissertação de Lúcio (2018); Silva *et al.* (2023); e o capítulo de Lúcio, Paiva e Brito (2023). Esses estudos relatam: superlotação; espaços insalubres com mofo e esgoto a céu aberto; jovens dormindo no chão por falta de camas; estruturas semelhantes a prisões, com grades e longas horas de ócio; medicalização de comportamentos; facilidade de acesso às facções; rebeliões; e abusos físicos, psicológicos e sexuais.

Esses abusos se concretizam em castigos cotidianos, como privação de vestes, isolamento e espancamentos, caracterizando-se como tortura segundo a Lei nº 9.455/1997. Além disso, o Brasil promulgou o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, por meio do Decreto nº 6.085, de 19 de abril de 2007, cujo objetivo é “estabelecer um sistema de visitas regulares efetuadas por órgãos nacionais e internacionais independentes a lugares onde pessoas são privadas de sua liberdade, com a intenção de prevenir a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes” (Brasil, 2007). Porém, tais dispositivos parecem ineficazes nos muros das unidades socioeducativas.

Apesar dessas normas legais e constitucionais, o que se observa é a contínua violação de direitos desses sujeitos, agravada pelo fato de serem adolescentes e jovens amparados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que estabelece como dever do Estado a promoção do cuidado e bem-estar. No entanto, o que se vê é a revitimização desses sujeitos, colocados em situação de maior vulnerabilidade, sem perspectivas reais de mudança. Segundo Costa, Alberto e Silva (2019), a realidade socioeducativa, nessas condições, gera desesperança quanto ao futuro, comprometendo a construção de um projeto de vida concreto e podendo empurrar esses jovens de volta ao cometimento de atos infracionais.

Essa situação não decorre apenas da realidade socioeducativa, mas também da forma como o Estado e a sociedade lidam com os problemas dessa população, oferecendo sempre a mão punitiva como solução. O que se faz urgente são políticas sociais que preencham as lacunas deixadas pelo capital: políticas raciais, de escuta, de inclusão, de participação política

e outras que evitem que esses sujeitos sejam lançados ao “não lugar” social. A prisão e a morte não podem ser consideradas destinos naturais.

Somente ao atuar nas fissuras do sistema, olhando para as trajetórias de vida desses jovens, poderemos construir uma realidade que os acolha. Que sua inclusão não seja a “inclusão perversa” referida por Sawaia (2003), mas uma inclusão plena, com voz ativa na construção de uma nova sociedade. Enquanto essa utopia não se concretiza, cabe a nós — acadêmicos, militantes e ativistas — reconstruir narrativas verdadeiras, ouvindo e deixando falar, por meio da pesquisa e da militância, esses sujeitos. O próximo capítulo será dedicado à pesquisa empírica, onde entrevistei seis jovens que contaram suas histórias para que possamos, enfim, ouvir.

3.2 RESISTÊNCIAS MARGINAIS

Diante das adversidades encontradas nas trajetórias desses adolescentes e jovens, ao contrário do que possa parecer, eles não se colocam como meros espectadores passivos diante das contradições vividas. Pelo contrário, constroem formas de existir e (re)existir nesses territórios materiais e subjetivos, enfrentando a marginalização imposta e criando estratégias próprias de contra-ataque, o que dá origem a uma resistência marginalizada.

Para compreender o que se entende por resistência marginalizada, é necessário primeiro considerar os sentidos individuais de ambas as palavras. A palavra “resistência” carrega um forte conteúdo simbólico, geralmente associado a lutas contra invasores, ditaduras e desigualdades sociais. Para Marx e Engels (1999), no *Manifesto do Partido Comunista*, essa terminologia está vinculada à luta de classes, ou seja, à luta revolucionária dos trabalhadores pela tomada dos meios de produção. Resistência, nesse contexto, implica revolução. A leitura neomarxista latino-americana reelabora esse conceito para a realidade do continente, sobretudo no que diz respeito aos jovens, ao teorizarem que:

Las experiencias muestran que los jóvenes en resistencia no solo ejercen posiciones contraculturales, sino también acciones de confrontación, sublevación y creación (re-existencias) que buscan responder a la necropolítica del Estado opresor, gestionada desde dispositivos de empobrecimiento de la población y eliminación sistemática de los opositores” (Amador-Baquiro; Muñoz-González, 2022).

Os autores, ao analisarem a realidade colombiana – semelhante à de outros países da América Latina, como o Brasil –, não enxergam a resistência apenas nos corpos

contra-hegemônicos, mas também nas formas como esses corpos invadem a ordem dominante, desafiando o controle do opressor:

Las prácticas de resistencia llevadas a cabo por los jóvenes en el estallido popular comprenden una red de relaciones, tanto de oposición y confrontación como de hibridación e invasión del orden dominante (Amador-Baquiro; Muñoz-González, 2022).

Essa invasão também se dá por meio da apropriação das práticas violentas do próprio opressor como estratégia de resistência. Inicialmente, essa violência se volta contra os iguais, que, pela ideologia dominante capitalista, tornam-se concorrentes, enquanto os verdadeiros inimigos lucram. Segundo Freire (2005), quando os oprimidos internalizam a lógica do opressor, a violência apenas muda de direção: “Os oprimidos, internalizando a imagem do opressor, chegam a temê-lo, a admirar-lhe e a imitá-lo” (Freire, 2005, p. 39). Não à toa, a guerra entre facções se estrutura sob ideologias semelhantes às das necropolíticas estatais (MBEMBE, 2018), como se observa na atuação das forças policiais.

Fanon (2022), em *Os condenados da terra*, defende que a violência é inevitável e legítima na luta dos povos colonizados. Contudo, inicialmente, a raiva não é direcionada contra o opressor, mas contra os próprios semelhantes – membros da comunidade, vizinhos, colegas –, resultado de séculos de humilhação, frustração e impotência. Mesmo assim, o Estado burguês mantém e fomenta essa lógica para garantir o controle sobre essas populações.

Embora o projeto de Estado vise promover a autodestruição entre os marginalizados, esses sujeitos ainda subvertem a ordem, resistindo por meio de sua estética, linguagem, musicalidade e presença. A resistência, nesse caso, transcende o plano político e torna-se questão de sobrevivência.

A resistência marginalizada aqui mencionada refere-se, sobretudo, àquelas pessoas que vivem à margem da sociedade. A marginalização, embora tradicionalmente vista de forma negativa, pode ser ressignificada por quem a vivencia como ponto de partida para novas formas de resistência. Jovens negros da periferia, por exemplo, ressignificam o estigma social que lhes é imposto, transformando sua condição em potência política e criativa. Eles reconfiguram a forma como são colocados à margem e rotulados socialmente (Coraucci, 2009).

Essa marginalização também pode ser analisada à luz da criminologia marginal – uma vertente da criminologia crítica latino-americana – que busca compreender a resistência dos povos negros periféricos diante do aparato punitivo estatal. Segundo Batista (2011), essa

criminologia se posiciona “à margem” do pensamento criminológico dominante, de base positivista e conservadora, o qual ignora as dimensões sociais da criminalização.

Outras formas de resistência marginalizada manifestam-se culturalmente por meio de expressões como o rap, o samba, o funk, entre outras (Ramos, 2025). Uma dessas expressões é a poesia marginal, que surge como instrumento potente de contestação. Poetas como Sérgio Vaz transformam a realidade periférica em versos insurgentes, afastando-se das normas tradicionais da poesia, e ampliando os horizontes do que é reconhecido como literatura legítima. Essa poesia, que nasce nas margens, é construída por jovens que vocalizam sua dor e existência por meio da palavra escrita, falada e cantada. Como explica Coelho (2024), trata-se de uma forma de subversão da ordem hegemônica da escrita, que recusa a métrica tradicional, as rimas obrigatórias e as formas institucionais. O poeta Sérgio Vaz, idealizador do projeto Cooperifa, sintetiza de forma exemplar o espírito dessa resistência:

Vítor nasceu... no Jardim das Margaridas.
Erva daninha, nunca teve primavera.
Cresceu sem pai, sem mãe, sem norte, sem seta.
Pés no chão, nunca teve bicicleta.
Já Hugo, não nasceu, estreou.
Pele branquinha, nunca teve inverno.
Tinha pai, tinha mãe, caderno e fada madrinha.
Vítor virou ladrão, Hugo salafrário.
Um roubava pro pão, o outro, pra reforçar o salário.
Um usava capuz, o outro, gravata.
Um roubava na luz, o outro, em noite de serenata.
Um vivia de cativeiro, o outro, de negócio.
Um não tinha amigo: parceiro.
O outro, tinha sócio.
Retrato falado, Vítor tinha a cara na notícia,
enquanto Hugo fazia pose pra revista.
O da pólvora apodrece penitente, o da caneta
enriquece impunemente.
A um, só resta virar crente, o outro, é candidato a presidente
(Os miseráveis - Sérgio Vaz).

Dessa forma, quando observamos jovens negros inseridos no sistema socioeducativo, identificamos diversas formas de resistência que se desenvolveram ao longo de suas trajetórias. Esses jovens enfrentaram inúmeras adversidades e, diante delas, construíram estratégias não apenas de sobrevivência, mas de "reexistência". O prefixo "re", comumente associado a termos ligados ao controle social, como "reeducação", "resiliência" ou "ressocialização" — ou, como apontam Vera Malaguti Batista (2011) e outros autores, as "ilusões do re" — ganha aqui outro significado: uma potência de resistência.

Essa resistência se materializa, por exemplo, quando, diante da pobreza e da violência, esses jovens se organizam em grupos, sejam eles culturais ou ilegais. Infelizmente, muitos

acabam sendo cooptados pelas fileiras do crime organizado, colocando-se em situações de risco (Cruz *et al.*, 2021; Miranda, 2022; Miranda; Paiva, 2023). Contudo, existem também outras formas de resistência: dentro das unidades socioeducativas, adolescentes e jovens constroem redes de solidariedade para sobreviver ao ambiente hostil. Em alguns momentos, recorrem a ações mais explícitas, como “bater grade”, em protesto diante de violações de direitos ou de necessidades não atendidas, especialmente frente à precariedade estrutural do sistema (Machado; Cruz, 2021).

Essas formas de resistência têm origem no sistema penitenciário, onde tais organizações surgiram como formas de solidariedade e enfrentamento às condições desumanas impostas pelo Estado. As duas maiores facções criminosas do Brasil, por exemplo, foram fundadas nesse contexto. Essa lógica de resistência à opressão estrutural explica, em parte, o motivo pelo qual essas organizações ainda conseguem atrair tantos jovens: o sistema penitenciário e o sistema socioeducativo seguem praticamente inalterados, sem apresentar uma perspectiva real de transformação, seja ela abolicionista ou mesmo reformista (Manso, 2018).

Para além das resistências coletivas, culturais e políticas — considerando que muitas das grandes revoluções foram protagonizadas por jovens —, existem também formas de resistência afetiva. Essas se expressam nas relações com familiares, companheiros(as) e filhos. Em muitos casos, a família representa o último laço que ancora esses sujeitos à vida e evita que mergulhem definitivamente no chamado "mundo do crime". Quando privados de liberdade, são justamente os vínculos familiares que mantêm esses jovens humanizados, oferecendo afeto em meio ao processo de desumanização institucional (Medeiros, 2015; Silva, 2023).

Entretanto, por serem estratégias gestadas nas classes populares, essas formas de resistência são frequentemente criminalizadas. Essa criminalização também aparece em episódios recentes, como o ocorrido em 29 de maio de 2025 com o artista MC Poze do Rodo. Apesar de ter alcançado fama e sucesso financeiro, foi internado em unidade socioeducativa durante a adolescência — fato amplamente divulgado pela mídia. Contudo, conforme preveem a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), após o cumprimento da medida socioeducativa e a maioridade, seu histórico deveria ser apagado, tanto do Judiciário quanto da memória social. Isso, porém, não se concretizou.

Mesmo após sua ascensão, Poze segue sendo constantemente vinculado à facção que domina a comunidade onde cresceu, o que justifica sua permanente revitimização e criminalização. Ao ser levado ao sistema penitenciário, não é tratado como cidadão, mas

como alguém obrigado a se identificar por uma sigla, associada ao território de origem — ainda que hoje viva em um condomínio de luxo na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro (Miranda; Paiva, 2023).

Esse caso ilustra como o estigma da marginalização se perpetua, mesmo quando há rompimento com as condições materiais de pobreza. A resistência marginal, portanto, é múltipla: cultural, política, afetiva e existencial. É uma resposta complexa e potente às violências estruturais e simbólicas que continuamente tentam manter determinados corpos e territórios à margem.

CAPÍTULO 4 - O CAMPO QUE FALA

O presente capítulo será dedicado à apresentação da metodologia de pesquisa, o campo e os sujeitos de pesquisa. O material produzido resulta das anotações no diário de campo, utilizada como instrumento um dos instrumentos metodológicos. Este último foi essencial para registrar reflexões, comentários e observações sobre o contexto das entrevistas — aspectos que, muitas vezes, não foram captados pela gravação. O diário permitiu, por exemplo, realizar comparações, interpretar gestos e expressões, além de acessar elementos subjetivos que extrapolavam o que o microfone era capaz de captar (Campos; Silva; Albuquerque, 2021).

4.1. CAMINHOS METODOLÓGICOS

Nesse sentido, a presente pesquisa foi conduzida a partir de uma abordagem qualitativa de caráter descritivo ou explicativo, com o objetivo de preencher lacunas e aprofundar a compreensão sobre a temática escolhida (Minayo, 2010). Mais especificamente, trata-se, conforme definição da própria autora, de uma “pesquisa social”, que reflete posições frente à realidade, momentos do desenvolvimento e da dinâmica social, bem como preocupações e interesses de classes e grupos determinados. A natureza qualitativa da pesquisa possibilita explorar com maior profundidade as contradições, crenças, valores e significados atribuídos pelos sujeitos investigados (Minayo, 2010).

O trabalho foi estruturado em três etapas. A primeira consistiu no levantamento bibliográfico aprofundado sobre o tema, com o intuito de sistematizar os aportes teórico-metodológicos que sustentam a pesquisa, a partir das discussões propostas por diferentes autoras e autores. Dessa etapa, resultaram os capítulos teóricos aqui apresentados.

A segunda etapa envolveu a escuta das histórias de vida dos sujeitos, com base em suas falas, resgatando experiências passadas para compreender melhor as realidades atuais e suas contradições. Utilizou-se, para tanto, um roteiro de entrevista semiestruturado (Minayo *et al.*, 2007), por se tratar de uma técnica que alia flexibilidade e direcionamento teórico. Esse tipo de entrevista baseia-se em um roteiro temático previamente definido, sem ser um questionário fechado, permitindo que o(a) pesquisador(a) explore questões centrais, ao mesmo tempo em que se abre para temas emergentes. Ainda segundo Minayo *et al.* (2007), essa técnica orienta a entrevista sem engessá-la, permitindo o uso da escuta ativa e de *probes* (estímulos como “me fale mais sobre isso”) para aprofundar as respostas.

Realizaram-se três entrevistas com cada sujeito, o que favoreceu a construção de vínculo, fator essencial em pesquisas com adolescentes e jovens em privação de liberdade, pois o ambiente em que se encontram tende a dificultar a abertura emocional. Essa escolha se mostrou acertada, uma vez que, ao longo das entrevistas, os participantes passaram a relatar aspectos que haviam omitido anteriormente.

No caso específico de Endrick, um dos entrevistados, foi necessário adaptar as perguntas e utilizar exemplos para facilitar a compreensão. Essa assimetria de capital cultural entre pesquisador e sujeito é também discutida por Minayo *et al.* (2007), que defendem o uso da entrevista semiestruturada como instrumento para reduzir distâncias e promover aproximação. Os tópicos abordados nas entrevistas incluíram infância, ausência do Estado e da sociedade, experiências de violência, cotidiano, envolvimento com o ato infracional, relação com facções, cumprimento da medida socioeducativa e, por fim, estratégias de (re)existência nesses contextos (Anexo I).

A terceira e última etapa consistiu na análise dos dados com base na proposta metodológica de Minayo *et al.* (2007) e Minayo (2010), denominada Análise de Conteúdo Temática. Esse método oferece diretrizes para a análise sistemática e interpretativa dos dados obtidos nas entrevistas, com foco na compreensão dos significados atribuídos pelos participantes às suas experiências. De acordo com Minayo (2010), trata-se de um processo que envolve compreensão, interpretação e articulação com conceitos como “vivência”, “experiência”, “senso comum” e “ação social”.

A análise foi desenvolvida em três fases: a) pré-análise, com transcrição e organização dos dados; b) exploração, com identificação dos núcleos temáticos recorrentes nas falas; e c) triangulação, articulando os discursos dos sujeitos com a teoria e demais referências adotadas. O tópico c) contou com a formação das classes e categorias de análises, que emergiram não só do que a literatura já vinha apontando, como foi abordado na revisão bibliográfica da dissertação, mas também de elementos subjetivos das falas dos sujeitos entrevistados, fazendo que essas categorias não fossem por acaso, mas se ligassem diretamente com a realidade da pesquisa. Por fim, a escolha por essa abordagem se justifica pela relevância de captar os sentidos atribuídos às trajetórias de vida dos adolescentes e jovens pesquisados, porque:

pode ser tomada como uma categoria teórica e metodológica que se processa a partir da articulação entre elementos objetivos e subjetivos e que resultam na reflexão sobre os percursos de vida narrados, considerando os eventos ocorridos e seus contextos, os espaços, as estruturas sociais, os projetos de vida e mesmo as fases de desenvolvimento (Alberto; Costa; 2021. p.29)

Além desses elementos, para complementação da pesquisa, se fez o uso do Diário de Campo como forma de captar e analisar o que está para além das narrativas de suas histórias de vida. O Diário de Campo é um instrumento pessoal, que tem o objetivo de registrar reflexões, comentários, além de ações silenciosas e observações do que está materializado nas perguntas e áudios transcritos, tentando trazer maior profundidade ao trabalho (Minayo; Deslandes; Neto; Gomes, 2007; Campos; Silva e Albuquerque, 2021).

Com relação aos procedimentos éticos da pesquisa, se baseou nas resoluções 466/12 e a 510/2012 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (MS; 2012), construindo um termo de Consentimento Livre e Esclarecido a ser apresentado junto aos sujeitos da pesquisa com o objetivo de garantir manutenção da confidencialidade, sigilo e anonimato para os que têm mais de 18 anos e do Termo de Assentimento e Termo de Autorização do Responsável para os que têm menos de 18 anos.

Para a entrada institucional, foi necessária a anuência da Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida FUNDAC/PB, que é a instituição responsável pela execução da medida socioeducativa de privação de liberdade nas unidades de internação no estado da Paraíba. Também foi submetido, apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba.

4. 2. FORA E DENTRO DAS PAREDES AZUIS: O CAMPO

Para a realização da pesquisa, foi necessário percorrer diversos caminhos até alcançar os sujeitos entrevistados. O primeiro passo consistiu na defesa do projeto de dissertação junto ao colegiado do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas (PPGDH), tendo sido este aprovado. A partir dessa etapa, iniciaram-se os contatos com a Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente Alice de Almeida (FUNDAC), órgão responsável pela aplicação das medidas socioeducativas no Estado da Paraíba.

O segundo passo envolveu a ida presencial à sede da FUNDAC, ocasião em que foram apresentados o projeto de pesquisa e os documentos comprobatórios do vínculo com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da aprovação institucional. Na sede, fui acolhida pela equipe e o projeto foi encaminhado ao setor responsável por intermediar as relações entre instituições de ensino superior e as unidades socioeducativas. Após a aprovação do presidente da FUNDAC, e com sua anuência, a representante do órgão entrou em contato com as direções das respectivas unidades para dar início à pesquisa.

A seleção dos participantes nas duas unidades ocorreu a partir de conversas prévias com os diretores responsáveis. Nessas reuniões, apresentei os principais fundamentos teóricos e os objetivos da pesquisa. A escolha dos adolescentes e jovens foi orientada tanto pelo que emergia da literatura quanto pelos relatos dos próprios gestores, que informaram não haver internos que não possuíssem algum tipo de vínculo com as facções.

No Centro Educacional do Jovem (CEJ), a diretora optou por indicar perfis diversos, com o objetivo de permitir uma compreensão mais ampla das realidades vivenciadas. Já no Centro Socioeducativo Edson Mota (CSE), houve uma situação distinta: durante uma das visitas, um adolescente afirmou que a pesquisa estaria sendo usada como justificativa para tirar do quarto os mais "agitados". Nessa unidade, o diretor sugeriu três adolescentes que haviam recebido a medida socioeducativa juntos, crescido na mesma cidade e eram vistos como os "meninos problema". Por ultrapassar o limite previsto de três participantes por unidade, optei por entrevistar apenas dois desses jovens, e transcrever apenas uma das entrevistas, evitando que a direção influenciasse excessivamente na amostra.

Após essa etapa, solicitei a ampliação do perfil dos participantes, o que me permitiu entrevistar mais três adolescentes no CSE, totalizando quatro sujeitos dessa unidade. Essa ampliação foi essencial para garantir maior diversidade e autonomia na seleção dos perfis, reforçando a integridade e o compromisso ético da pesquisa.

Além da escolha por parte dos diretores das unidades, se teve uma conversa com cada um dos adolescentes e jovens selecionados previamente pela direção. Nessa conversa foi explicado os objetivos da pesquisa, as etapas e os temas de cada uma das entrevistas, além de explicitar que a conversa seria gravada e como se daria a transcrição e o uso do material. Alguns no primeiro momento ficaram um pouco pesarosos, mas após o início da primeira entrevista se sentiram mais à vontade, não mostrando nenhuma negativa quanto ao uso de suas palavras para essa dissertação.

CEJ - Centro Educativo do Jovem

A primeira unidade visitada foi o CEJ (Centro Educativo do Jovem), que atende jovens de dezoito e vinte e um anos incompletos, no dia 28/11/2024 e que se localiza num bairro popular da cidade de João Pessoa, Mangabeira. A unidade ficava em uma via pouco movimentada, atrás do segundo maior Shopping da cidade, e a extensão territorial do CEJ, que dividia ambiente com o CEA (Centro Educativo do Adolescente), era quase o tamanho de um quarteirão inteiro (Figura 1). Era discreto, muros altos e brancos, com uma pequena guarita e um portão de rodinha azul. A placa que indicava a unidade também era discreta,

maior era aquela que estava à direita, como a indicação de que uma obra do governo estava sendo feita, a reforma do CEJ. Entre as idas e vindas do dia a dia, o CEJ por ser próximo a minha residência, sempre fez parte do meu cenário de deslocamento, e mesmo assim a unidade muitas vezes passou despercebida. Entre as tantas experiências de campo, os motos uber sempre ficaram curiosos ao pararem nos portões, um misto de descrença e curiosidade, um deles chegou a comentar que até aquele momento ele nunca havia visto o que era aquela instituição. Antes de entrar pela primeira vez, durante a graduação, eu também não sabia.

Com as memórias da graduação, e o aviso de reforma que estava exposto na área externa, senti o impacto ao entrar pelo primeiro portão e ver que as duas unidades estavam com estacionamento - que antes era de barro e em toda chuva formava grandes poças - totalmente reformado, com direito a cimento, marcações e gelo baiano. Entretanto, logo após a visita ao CEJ, no meu diário de campo coloquei “a primeira impressão da reforma não se sente ao entrar [no CEJ propriamente dito] as paredes continuam azuis e tudo do mesmo jeito que deixei antes da pandemia” (Diário de campo; 2024). A reforma não impactou inicialmente os jovens, mas sim aqueles que os vigiam e acompanham.

Porém, entre as diferenças, a que mais chamou atenção foi no modelo de gestão da unidade. O que eu havia conhecido durante as pesquisas de PIBIC e a Extensão era mais militarizado, e se sentia nitidamente o saber fazer mais ostensivo, inclusive pelo diretor à época ser um ex-policial militar. Segue o trecho:

O primeiro impacto positivo foi a receptividade, cheguei antes da hora e os agentes não foram contra. Pouco depois que cheguei, me encontrei com a diretora do CEJ, uma mulher simpática, sorridente e psicóloga, e está à frente da gestão da unidade a 1 ano e 2 meses (Diário de campo; 2024)

No primeiro momento, pareciam que muitas coisas tinham mudado, apenas por ter visto uma nova pessoa a frente, que era mulher e que ainda me ofereceu um *tour* pela unidade, me levando para conhecer para além das grades - o que como pesquisadora era sagrado. Conheci os quartos, tive contato com os quartos que estavam em reforma, e fui apresentada a todos os jovens que estavam em medida no momento. Naquele dia eram doze. Conheci três quartos, um da OKD, outro do CV e a protetiva, que tinha apenas um adolescente, que pertencia ao Novo Cangaço (facção que provém do Rio Grande do Norte). Todos eram escuros, tinham umidade no ar e não estavam com lotação maior que a capacidade. O quarto é um corredor com dois lados, separados por grades. As grades azuis, dividiram o corredor do convívio com aquele espaço que estávamos, e por trás das primeiras grades, os quartos, também com mais grades.

Conversei com todos os jovens pelas grades, eles se penduravam nelas e escutavam a explicação da pesquisa, mostrando interesses de participar ou não. A maioria queria, e posteriormente, com a fala dos jovens, entendi que era porque eles no momento estavam sem nenhuma atividade, vivendo o ócio improdutivo e não aguentando mais estar lá dentro, nos quartos, como mostra um momento perto do fim da primeira entrevista com Kaká “*P: 57 minutos, a gente ainda tem um tempinho. Tu se incomoda de conversar mais um pouco?* Kaká: *Oxe, incomoda nada, tá tão bom, é melhor do que tá ali dentro*”. Por fim, a diretora também cedeu que eu conhecesse a dinâmica de um dia de visitas, na outra semana fui a campo novamente na quarta-feira, pela manhã, começando oficialmente a pesquisa.

Figura 1: Localização do Centro Socioeducativo do Jovem, em João Pessoa – PB.



Fonte – Google Mapas, 2025.

Após a finalização das pesquisas no CEJ, foi marcada, através da mediação da FUNDAC, a entrada no CSE. O CSE, tal como o CEJ, se encontra no bairro de Mangabeira, entretanto um pouco mais no núcleo comercial e de deslocamento das pessoas do bairro. A unidade se localiza no complexo penitenciário, que ao seu lado mais a esquerda se encontra a penitenciária feminina Maria Júlia Maranhão e as suas costas o presídio masculino Desembargador Silvio Porto, conhecido como ‘a média’ (Figura 2). A sua frente, uma creche recém reformada. A fachada da unidade é discreta, podendo, não ironicamente, ser confundida com uma Escola, com suas paredes brancas intactas e as letras que indicavam sua serventia - e para quem não tivesse o olhar atento, e olhasse para além da entrada, onde existe um grande portão azul junto a uma pequena guarita, que dividia o CSE do resto do ‘mundão’, poderia passar batido. As duas unidades dividem isso em comum, a invisibilidade aos olhos da sociedade, tão normalizado que nos foge ao olhar, e desta forma também retira do seio

⁶ Como os adolescentes e jovens chamam o lado de fora.

social o incômodo de discutir sobre o que acontece lá dentro e quem são as pessoas que continuam a ocupar esses lugares (Davis; 2018).

O primeiro impacto com o CSE já apontava bem os desafios que seria pesquisar na unidade. Foi um lugar - físico e simbólico - de desconforto, muito mais incômodo do que era sentido nas visitas durante a graduação. Como escrevi no meu diário de campo após a primeira visita, no dia 10/02/2025:

O primeiro dia já demarcou a diferença entre as duas unidades. Desde a entrada da unidade as diferenças emergiram, da desconfiança do agente que guardava a guarita, da obrigatoriedade - mesmo na presença de um agente homem, que chegou a soltar uma cantada- de passar no *bodyscan*. Lá tive que me despir de tudo, brincos, anéis, cinto, presilha - e até mesmo a haste do meu sutiã foi apontada como defeito, porque era de ferro. Quando questionei o sentido da retirada do cinto, me falaram “eles são como ninjas, pegam que você nem nota.” Mesmo antes de entrar na unidade propriamente dita, já conseguia captar a visão que o corpo técnico tinha dos adolescentes (Diário de Campo; 2025).

Despi-me de tudo que havia aprendido no CEJ, pois um novo desafio se impunha. Percebi, desde o início, a diferença entre os adolescentes do CSE e os jovens do CEJ, o que marcava não apenas uma distinção etária, mas também diferenças significativas nas formas de se comunicar e narrar os acontecimentos solicitados — aspecto que será aprofundado na análise das categorias da pesquisa. Ao finalizar a etapa de campo no CSE, fui tomada por uma sensação ambígua de alívio e tristeza, que me mobilizou justamente quando me vi prestes a sucumbir ao fatalismo da realidade.

Após essa experiência, decidi retirar o afastamento do movimento do qual faço parte — o Levante Popular da Juventude — para retomar minha atuação orgânica, impulsionada pela urgência de enfrentar “o sofrimento que mutila o cotidiano” (Sawaia, 1998, p. 99), que exige não apenas uma resposta acadêmica, mas também uma ação política e social. Naquele momento, compreendi que a pesquisa já havia cumprido um papel fundamental em minha trajetória: o de me reconectar com a esperança — de voltar a *esperançar*.

Figura 2: Centro Socioeducativo Edson Mota.



Fonte – Google Mapas, 2025.

4.3 A ESCALADAÇÃO DOS SUJEITOS DE PESQUISA: QUEM SÃO NOSSOS JOGADORES?

A pesquisa tem como protagonistas quatro adolescentes e três jovens. Um dos adolescentes, inclusive, completou 18 anos ao longo da realização das entrevistas e foi transferido para o CEJ, onde fui ao seu encontro para concluir o processo. Todos os participantes estavam em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade. A escolha por dois recortes geracionais distintos se justifica pelo fato de corresponderem a diferentes períodos do desenvolvimento humano (Vygotsky, 1988), com percepções particulares sobre a vida e seu contexto social.

Todos os entrevistados são do sexo masculino, o que se justifica pelo perfil majoritário dos sujeitos em cumprimento de medidas socioeducativas no Brasil, conforme aponta o Levantamento SINASE (2024). Para garantir o anonimato dos participantes, optei por utilizar como pseudônimos nomes de jogadores de futebol. A escolha por esses nomes se deu por compartilharmos o mesmo apreço pelo esporte, o que acabou se tornando um elo importante para a criação de vínculo durante os encontros. No período em que realizei as entrevistas no CEJ, coincidiram o início da Champions League e o fim do Campeonato Brasileiro, o que proporcionou muitas conversas e me motivou a acompanhar os placares e os gols da semana, para manter uma interação mais próxima com eles. Entre tantas diferenças, a paixão pelo futebol nos aproximou.

Centro Socioeducativo Edson Mota

No CSE, entrevistei cinco adolescentes, optando pela transcrição e análise de quatro dessas entrevistas. As idades variavam entre 14 e 17 anos, e os participantes eram oriundos de diferentes localidades: dois do interior do estado — um de Juripiranga e outro de Pedras de Fogo — e dois da capital João Pessoa, sendo um do bairro da Penha e o outro do Bairro das Indústrias.

● Yamal

Com a história de Yamal, eu já havia tido um contato prévio no CEJ através do relato de Kaká, que me contou que havia um adolescente que tinha sido institucionalizado muito jovem, com apenas 12 anos. A curiosidade permaneceu desde a sua primeira menção, e Kaká fez questão que eu o entrevistasse, já que tinha tudo a ver com minha pesquisa. Quando cheguei no CSE, a única certeza que eu tinha era que eu tinha que ouvir sua história, entender como uma criança de 12 anos - porque era o que ele era - tinha ido parar naquele pedaço de inferno no meio da cidade de João Pessoa.

Quando o vi pela primeira vez, já com seus 14 anos completos, pela sua pequena estatura e seu corpo magro, ainda podia enxergar o menino de 12 anos que apareceu nos relatos de Kaká. No meu diário de campo, na data que o conheci (10/01/2025), escrevi que nunca havia conhecido na minha vida um adolescente com um olhar tão triste como o dele e desde aquele momento me deixei ser afetada pelo que viria. O olhar chegou antes das palavras, os não ditos foram muito mais gritantes do que as palavras que havia escolhido compartilhar comigo. O silêncio, a expressões tímidas e as marcas em seu corpo já contavam sua história antes mesmo dos relatos guardados no gravador, preenchendo as lacunas que as perguntas da entrevista não poderiam alcançar.

● Pelé

Quando conheci Pelé, já fui recebida com um sorriso no rosto e a descontração que foi típica em todos nossos encontros. Ele era alto, muito alto, e tinha traços de um adolescente que havia acabado de completar 17 anos, os braços mais longos que o resto do corpo, a voz ainda com traços de maturação e o rosto suave, com um olhar vivaz que denunciava seu senso de humor. A gente à primeira vista construiu uma conexão, tínhamos algo em comum, o amor pelo mar e pelo futebol.

Crescido na praia da Penha, sempre teve como pano de fundo a praia e a maresia. Antes de ser institucionalizado já estava longe dela, morando no Centro, e contava como sentia falta de morar nas suas “áreas”, e relatava a dor que sentia toda vez que o mar aparecia na televisão, como ele mesmo relata “*E eu aqui olhando pela televisão. Só olhando toda hora,*

pela televisão, os povo passando, tomando banho" (Entrevista 1). Seu jeito descontraído rendeu o apelido de Pelé, já que ele queria ser conhecido como o craque do Brasil, e Pelé era seu ídolo desde a infância.

• Gabigol

Gabigol foi uma experiência completamente diferente de todos os outros adolescentes que entrevistei, vivia uma relação de sentimentos dicotômicos em relação a ele. Ao mesmo tempo que respondia todas as perguntas sem medo, me trazendo elementos que eu nem mesmo sabia, muitos dos seus relatos me colocaram em desconforto, principalmente aqueles relacionados às suas relações com mulheres.

Com 17 anos, Gabigol fazia margem entre o perfil dos adolescentes do CSE, que eram mais eufóricos e energizados, e o perfil do CEJ, que tendiam a estar mais tranquilos e falar com mais cautela sobre os assuntos. Além disso, ele mesmo apresentava-se como um adolescente com mais condições financeiras que os demais, já que na ‘rua’ tinha um cargo importante e por isso, ganhava mais dinheiro. Em sua pele branca, que não via sol há muito tempo, exibia orgulhoso suas tatuagens, onde fazia questão de dizer que elas haviam custado muito, tomando seu tempo em uma das entrevistas para explicar o significado de cada uma delas. Em alguns momentos parecia adulto demais para sua idade, em outros, era apenas um adolescente de 17 anos procurando se reafirmar.

O que mais se destacou, além de sua eloquência durante a entrevista, foi que ele era o único que não gostava de futebol, e nenhum esporte chamava sua atenção. E de fato, foi o único que não teve como sonho de infância ser jogador de futebol. Porém, disse que como ele tinha que torcer para algum time, torcia para o Flamengo e, portanto, gostaria de ser chamado pelo apelido do ídolo e ex-jogador do time, Gabigol.

• Cristiano Ronaldo

Cristiano Ronaldo levou esse apelido porque não aceitaria outro, já que seu único e maior ídolo era o Cristiano Ronaldo (Ex-Real Madrid e dono de vários prêmios esportivos). Além disso, ele era o que merecia o título do jogador, já que tinha como marca principal da sua trajetória o impedimento da realização de ser jogador de futebol, como mostra esse trecho:

Eu acho que foi mais depois que eu desisti mais de jogar bola, esse negócio, aí eu comecei, tipo, eu vivi tipo sem alegria, eu pensei que a droga ia me trazer alegria (...) Minha mãe me tirou do esporte, mandou eu voltar para casa e eu, pronto, desisti de tudo (Cristiano Ronaldo; Entrevista 1).

Na segunda entrevista, ele relata que o fato de ter perdido a oportunidade de jogar profissionalmente foi o que o “revoltou” e, portanto, o levou a se envolver com outros jovens

que atuavam no tráfico de drogas. Assim, nada mais justo do que conceder a ele o apelido que remete ao seu maior sonho.

Cristiano Ronaldo fugia do perfil mais eufórico e fechado que eu havia notado nos demais participantes da pesquisa no CSE. A primeira imagem que guardo dele é seu sorriso ao me ver ao ser recebido na sala onde as entrevistas aconteciam. Desde o início, demonstrou ser acolhedor e participativo, repetindo o gesto que Kaká havia tido no CEJ: fez perguntas sobre mim, de onde eu vinha, para onde ia e sobre o que era a pesquisa. Foi o único que se identificou como negro sem hesitar.

Lembro-me de me impressionar rapidamente com a tranquilidade com que conversava comigo, como se fôssemos velhos amigos, demonstrando, em muitos momentos, uma consciência social bastante sensível sobre diferentes temas — especialmente questões raciais. Quando o conheci, ele tinha 17 anos, mas durante a segunda entrevista informou que seria transferido ao CEJ na semana seguinte, pois completaria 18 anos. Assim, nossa última entrevista ocorreu já no CEJ, com uma despedida que me cortou o coração, como registrei em meu diário de campo: “*Fiquei triste quando ele me olhou e perguntou: ‘A senhora não pode vir de novo? Pelo menos eu clareio minhas ideias conversando.’ E me doeu ter que responder negativamente, explicando que, infelizmente, não me permitiriam visitá-lo novamente*” (Diário de campo, 2025).

São momentos como esse, em que a despedida pesa, que renovam em mim o desejo de pesquisar e continuar sendo ouvidos atentos para todos os “Cristianos Ronaldos” que ainda não conheci.

Centro Socioeducativo do Jovem

No CEJ entrevistei três jovens, todos com 18 anos. Dois deles eram da grande João Pessoa, um de Cabedelo e outro de Bayeux, mais especificamente da comunidade Mutirão e os dois pertenciam ao Comando Vermelho. O terceiro era da cidade de Itambé, que junto com Pedras de Fogo, fazem a divisa entre Paraíba e Pernambuco, esse pertencia a Okaida.

• Kaká

O primeiro momento que vi Kaká foi durante o primeiro dia de entrevistas no CEJ, pela manhã, durante o horário de visitas. Eu estava sentada em uma mesa no canto da escola, conversando com uma das psicólogas, quando ele chegou e todos os adolescentes que estavam com suas famílias pararam para cumprimentá-lo. A tarde chegou com expectativas,

já que a diretora disse que eu ia ‘adorar’ conhecê-lo, e depois da primeira entrevista, que durou mais de uma hora, havia entendido o comentário. A gente se entendeu no primeiro momento que nos conhecemos.

Kaká era magro, alto e tinha o riso fácil. Durante todas as três entrevistas que realizei com ele, tenho poucas memórias que não sejam dele sorrindo ou gargalhando. Ele me achava engraçada, um pouco fora da caixinha e sempre que nossos mundos se chocavam, ele gargalhava como se fosse a coisa mais engraçada e dizia “tu é uma onda”. Ele era muito expressivo, e sempre precisava estar com as mãos ocupadas, seja riscando ou mexendo em algo, e já durante a segunda entrevista disponibilizei um papel e uma caneta para ele, o que também o fez gargalhar e aceitar de bom grado. Segue trecho do meu diário de campo do dia em que o conheci:

Todo tempo que falava, gesticulava, mudava de posição na cadeira e usava muito os olhos para se expressar. Ele segurou minha caneta em algum momento, e usava ela para se expressar, riscava a perna, riscou minha caixa do gravador (sem pedir, o que me fez graça) e sempre mantinha a mão ocupada. O olhar dele era bem marcante, mesmo com o sorriso fácil. Acho que ele me achou engraçada por ser diferente dele, mas também diferente das pessoas que circulavam na socioeducação e provavelmente na realidade social dele (Diário de Campo; 2024).

A primeira impressão foi muito boa, e esse clima se manteve durante todas as três entrevistas. Desses entrevistas, apenas a última durou menos de 1 horas, as outras ultrapassaram o tempo que havia estabelecido, porque ele sempre se dedicou a me contar tudo que perguntava e um pouco mais, compartilhando solidariamente sua vida comigo. O apelido foi escolhido por ele, na última entrevista, depois de muito pensar e em suas palavras “vai ser Kaká, pelos tempos do Milan” (Diário de Campo; 2024), e me presenteou com mais uma gargalhada, porque ele sabia que eu era torcedora do Napoli.

• Vini Jr.

Das dicotomias Vini Jr. era o que mais as tinha. Natural do Maranhão, mas criado em Cabedelo, no momento das entrevistas tinha 18 anos. Se entendia quanto homem negro e performava uma masculinidade rígida, que não se mantinha quando o microfone era desligado. Desde a primeira entrevista, após o encerramento, ele me segurava para conversar sobre as coisas relacionadas ao coração e à autoestima. Na frente do microfone, o *Ethos Guerreiro* (Zaluar; 2004) o interpelava, quando desligado, o jovem inseguro de 18 anos que se preocupava demasiadamente com sua aparência.

Ao contrário dos outros, Vini Jr. não foi um jovem que de cara criamos um vínculo, precisou da primeira entrevista inteira para que ele pudesse começar a confiar em mim. As

suas respostas eram sempre rígidas, e muitas vezes colocava o feminino como um problema, sem brechas para questionamento. De início, aquilo foi um impedimento, mas depois de cavar um pouco e ele escolher compartilhar, existia um coração quebrado e uma insegurança manifestada em uma comunicação mais agressiva.

Ao final da segunda entrevista, justamente quando abordamos questões relacionadas ao envolvimento com o tráfico de drogas — tema que, aliás, concentrou a maioria dos relatos mais violentos —, ele me perguntou se existia alguma solução para o problema de acne que apresentava no rosto, e o que poderia fazer para melhorar. Em seguida, perguntou se suas tatuagens eram bonitas, mostrando uma por uma, principalmente as que tinha no braço — e sim, eram bem-feitas.

Conversamos sobre aquilo de forma leve, quase desprevensiosa, e aquele momento foi muito marcante para a construção do nosso vínculo. Pela primeira vez, ele abriu o coração para falar sobre uma ex-namorada por quem ainda era apaixonado, mas com quem não podia mais ficar, pois a relação fazia mal aos dois.

É um menino que carrega muita raiva no coração, nas palavras dele “ódio”, mas ao mesmo tempo é um jovem que buscava afeto. Na entrevista falamos sobre afetos, mas ele desconversou, porém no final da entrevista, com o microfone já desligado me perguntou “Quando você pensa demais em uma pessoa, é porque ela está pensando em você?” eu disse que não exatamente, não querendo quebrar o momento (...) Quando questionei em quem ele estava pensando, falou de uma namorada, que quebraram o coração um do outro mutuamente, a única que ele gostou de verdade (...) Me pediu conselhos sobre o amor, que queria falar com ela e que sentia falta dela, e percebi certa vergonha da parte dele em falar sobre sentimentos, afeto... e amor. (Diário de Campo; 2024).

De todos que havia conhecido no CEJ, ele foi o único que pensei que não conversaria sobre amor, e como ironia, foi aquele que mais conversei sobre.

● Endrick

Endrick foi um jovem muito comentado pela diretora, que me disse que seria interessante para a pesquisa, já que poderia fazer o contraponto da realidade dele com a dos outros jovens. De fato, foi o que mais tive dificuldades durante a entrevista, tendo que adaptar as perguntas e mobilizar exemplos para que ele pudesse entender o que era perguntado.

Natural de Itambé, trabalhou no campo por muito tempo e tinha o sonho de ser jogador. Um jovem negro, baixinho e parecia ter mais que seus 18 anos, foi o mais tímido dos três, apenas se sentindo mais à vontade na última entrevista. Com ele, tive o contato com a realidade dura de quem vem do campo, escrachadamente vítima do trabalho infantil na cana

de açúcar, que o impediu de se desenvolver e ter acesso ao capital cultural e intelectual que facilitasse seu entendimento quanto a entrevista.

Na última entrevista, ao me questionar o que seria feito das suas falas, perguntou como o que narrava se transformaria em palavras escritas. Expliquei como era o processo de transcrição e ele pareceu encantado, e como coloco no meu diário de campo, quando escrevo sobre sua última entrevista “ele achou aquilo o máximo, deu para ver nos olhos dele - e pode ser uma interpretação subjetiva - a descoberta de algo novo. E naquele momento eu também havia descoberto algo novo ali, pelos olhos de Endrick, a beleza dos encontros” (Diário de Campo; 2024), e a profunda cisão entre meu mundo e o dele.

CAPÍTULO 5 - “FAVELA VIVE, SONHO TÁ A QUILÔMETRO, A MORTE TÁ A MILÍMETROS”: ANÁLISE E DISCUSSÃO

Essa seção é dedicada à análise e discussão dos dados obtidos por meio das entrevistas. Para tanto, com base em Minayo (2004), foram seguidos três passos fundamentais para identificar as temáticas recorrentes e relevantes a serem abordadas: a identificação dos temas recorrentes, isto é, aquilo que aparece de forma reiterada nas falas dos sujeitos e que guarda algum elemento comum; a organização desses temas em classes temáticas de análise, permitindo seu devido aprofundamento; e, por fim, a interpretação crítica a partir da literatura e de outros documentos relevantes, procedimento que se convencionou chamar de triangulação dos dados.

A partir dessa metodologia, os objetivos específicos foram organizados em três grandes classes temáticas de análise. Por meio da codificação dos dados, emergiram três categorias para cada classe, com o propósito de conferir densidade e profundidade aos temas recorrentes identificados. Toda a análise foi construída a partir da escuta atenta das falas dos sujeitos, articuladas com as anotações e reflexões sistematizadas no diário de campo.

5.1 VIOLAÇÕES ANTES DA PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Vini Jr.: Ah, mas porque o Estado nunca ajudou ninguém.

P: Tu diz em que sentido?

Vini Jr.: Tipo, por o Estado a pessoa morre pelo Estado.

(Vini Jr., 18 anos, CEJ)

Como já discutido nos capítulos teóricos desta dissertação, esta classe temática tem como objetivo principal responder ao primeiro objetivo da pesquisa: “identificar as principais vivências de violências sofridas pelos sujeitos pesquisados antes da privação de liberdade”. Serão, portanto, abordadas questões relacionadas tanto à ausência do Estado em seu caráter protetivo quanto à sua presença punitiva e violenta, conforme emergem das falas dos adolescentes e jovens entrevistados. Desde já, observa-se que o material empírico expressa com nitidez a dialética da inclusão/exclusão apresentada por Sawaia (1999), segundo a qual a exclusão não se configura como um simples “estar fora” do sistema, mas como um processo contraditório — e, por isso, dialético — denominado inclusão perversa, no qual os sujeitos marginalizados são incorporados de forma subordinada, violenta e desigual, reforçando a mesma estrutura que os opõe e aprisiona.

Com o intuito de aprofundar a análise proposta por Sawaia (1999), esta seção foi organizada em três categorias analíticas, construídas a partir das falas dos entrevistados e dos apontamentos já desenvolvidos pela literatura, especialmente no primeiro capítulo. As categorias são: *Violações no acesso a serviços básicos*, que discute as precariedades relacionadas à educação, saúde, cultura, lazer e assistência social; *Exposição à violência*, que trata tanto da violência promovida pelo Estado — sobretudo por meio da atuação policial — quanto da violência reproduzida pelas facções; e, por fim, *Trabalho infantil e vulnerabilidade social*, categoria que evidencia o caráter ausente do Estado protetivo na trajetória desses sujeitos.

Violações no Acesso às Condições Objetivas de Vida

Essa categoria consegue infelizmente representar *todas* as realidades dos entrevistados, que de alguma forma ou de outra tiveram o acesso a serviços básicos violados. Seja pela ausência desses serviços (como saúde, educação, transporte, lazer) ou pelo acesso precário, inclusive se deparando com o acesso impedido devido a disputas territoriais de facções.

Na primeira entrevista realizada com os adolescentes e jovens, uma das questões principais abordadas foi o acesso à escola, e como se deu sua vivência nesse ambiente. A escola não se mostrou um local de muito engajamento e não foi relacionada em nenhum momento, em *todas* as entrevistas, como um local de aprendizado. Entre 6 das 7 entrevistas transcritas e categorizadas, o único atrativo real que aparecia sobre esses locais era a ‘merenda’, a interação entre os colegas e a aula de educação física, onde podiam jogar futebol. As falas a seguir demarcam isso: “*Mais ou menos, mas tu tá ligado, né, que o cara quando era pirrai, só queria ir para a escola só para bagunçar e comer a merenda*” (Kaká, Entrevista 1); “*Não gostava de estudar, ficava mais (inaudível) mesmo na escola, só conversando, tirando onda*” (Vini Jr; Entrevista 1); Endrick, quando perguntado o significado da Escola para ele, respondeu “*Que eu achava legal, o futebol*” (Endrick; Entrevista 1).

Para além destes atributos vistos como positivos para os entrevistados, havia uma contradição de também ser um ambiente onde havia uma exposição a violência escolar, como terem sido vítimas de bullying. Como por exemplo Endrick e Pelé, que trazem para o centro do abandono escolar essas questões, “*Oxi os menino ficava me enchendo lá direto fazendo bullying e tal comigo*” (Pelé; Entrevista 1); “*Foi, eu disse a ele (ao pai) que não ia estudar mais não*” (Endrick; Entrevista 1), quando questionado o porquê de não querer mais estudar,

respondeu “*Ai mexia comigo e eu metia o cacete (...) A galera ficava bagunçando comigo*”, mas não quis comentar o caráter da violência dos colegas.

Por fim, todos os adolescentes e jovens entrevistados apresentaram defasagem escolar, que variava entre 1 a 5 anos de acordo com relação a idade e a série escolar que deveria estar cursando. Os motivos do abandono foram dos mais diversos, como a entrada para o envolvimento (Yamal); porque precisou trabalhar (Cristiano Ronaldo e Gabigol); por falta de “interesse” nos estudos (Vini Jr e Kaká); e por Bullying (Pelé e Endrick). Inclusive podendo ser mais de um desses motivos, a depender da trajetória de cada um deles. Todos indicaram que no momento da entrevista estavam acompanhando a escola dentro da unidade, alguns (Gabigol e Cristiano Ronaldo) estando no último ciclo - terceiro ano do ensino médio - e que apenas retornaram aos estudos dentro da unidade. A pesquisa feita por Silva *et al.* (2021), em João Pessoa, aponta os mesmos motivos para o abandono escolar que os encontrados aqui: conflito escolar com colegas; se evadir para poder trabalhar; o envolvimento com atos infracionais; e o desinteresse escolar, pela dificuldade de compreensão dos assuntos abordados.

Outrossim, confrontando a realidade trazida por eles com a CF (1988), existe uma ausência do total da constitucionalidade na política educacional a que tiveram acesso. O primeiro artigo que versa sobre a educação, o artigo 205º, já impõe que a educação deve visar o “pleno desenvolvimento da pessoa”, o que não acontece quando esse ambiente se torna hostil e não consegue cumprir sua tarefa de captar a atenção dos alunos para o processo educacional. E pensando na máxima que o antropólogo e sociólogo Darcy Ribeiro chega, ao analisar o contexto educacional de nosso país, de que “a crise da educação não é uma crise, é um projeto”, fica claro que esse projeto continua trabalhando intensamente, quando as classes populares continuam sendo aquelas atingidas pelo mau funcionamento escolar, que a longo prazo pode continuar a promover o ciclo intergeracional de pobreza das famílias ao qual fazem parte (Carvalho; 2020; Silva *et. al.*; 2021). Esse projeto, dito por Darcy Ribeiro, se materializa quando na monografia de conclusão de curso de Silva (2019) e o artigo de Miranda e Nogueira (2023) encontrou que existe uma correlação entre o cometimento de crimes e/ou atos infracionais, com a baixa escolaridade, já que é a escola que vai apresentar possíveis saídas para a mudança concreta da realidade da criança e do adolescente. Não se investir em educação de qualidade, (in) diretamente alimenta a situação social que leva a atribuição de um ato infracional (Silva *et al.*; 2021; Miranda; 2022).

Além disso, essa realidade corrobora com as pesquisas já supracitadas, realizadas pelo NUPEDIA, na realidade socioeducativa da cidade de João Pessoa - realidade ao qual faz parte

essa pesquisa de mestrado -, entre os anos de 2017-2019, através de entrevistas quali/quantitativas. No capítulo dedicado à questão educacional (Silva *et. al*; 2021) 90% dos entrevistados (124 adolescentes e/ou jovens) tinham deixado de estudar em algum momento da vida, e todos eles apresentavam alguma defasagem escolar, que podia variar de 1 a 8 anos, demonstrando que “a escolarização foi um processo interrompido” (p. 131), não linear. E aponta:

O frágil vínculo com a instituição escolar se mostra evidente. O abandono da escola pela falta de interesse, pelo trabalho infantil ou pelo envolvimento com os atos infracionais revela a dificuldade da instituição escolar, e da própria política social de educação, para lidar com uma atuação efetiva na direção da garantia de direitos e da proteção desses sujeitos (p. 131).

Pensando nisso, e dialogando com o grande pedagogo Paulo Freire (2005) em pedagogia do oprimido, à escola, à educação é o lugar onde o pensamento crítico e a prática de liberação deveriam ser estimuladas. Ela, como está agora, principalmente aquela ofertada aos sujeitos que fizeram parte dessa pesquisa, se torna um espaço de repropósito da opressão, sendo não convidativa e facilitando a reprodução do capital, os seus ideais e as consequências que advém disso - como a criminalização desses sujeitos.

Frente aos relatos, e confrontando com artigos como os de Gomes e Conceição (2014) e Silva, Alberto e Costa (2022), a escola não está se mostrando totalmente eficiente já que sua ação/inação diante a realidade de seus educandos continua “alimentando o círculo contínuo de fracasso, exclusão e marginalização” (Gomes; Conceição, 2014. p. 54), não se mostrando eficaz no acolhimento de educandos de realidade sociais mais vulnerabilizadas. Além disso, a partir das falas dos entrevistados, a escola não cumpre o papel de estar sempre em diálogo com a comunidade, e demais políticas, como CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência social) e conselhos tutelares, já que mesmo diante dos abandonos escolares, em nenhum momento foi citado a intervenção de algum desses órgãos.

Mas não foi só a ausência de uma educação de qualidade que apareceu na pesquisa. A saúde também foi uma pauta que emergiu em todas as entrevistas. Na maioria das falas, ela era secundarizada e não vista como essencial, como demonstra a fala de Endrick (entrevista 1) “*eu só ia de vez em quando, quando meu pai me chamava (...) Ficava doente, ficava em casa mesmo*”. Além disso, apareceu o acesso precário aos serviços de saúde, como a exemplo na fala de Kaká (Entrevista 1) quando perguntado sobre o acesso a serviços de saúde “*Oxe, nem*

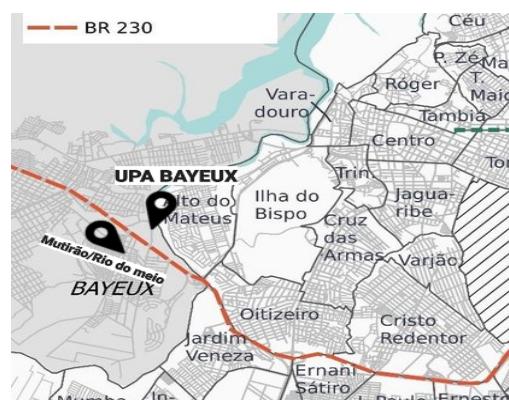
remédio lá nos posto de saúde não tinha, ó”, e quando questionado se o posto de saúde era ativo e funcionante, respondeu “*Funcionava, mas pra nada*”.

Mas essa realidade se agrava, quando Kaká relata que não conseguia ter acesso a UPA (Unidade de Pronto Atendimento) da sua região porque ficava em território ‘inimigo’ (Figura 3), mesmo a Unidade de Pronto Atendimento pertencer a sua cidade, como aponta a sua fala:

É, e já atrás já é a favela dos cara (*atrás da UPA*). Se os bichos daqui (*mostra no desenho*) derem um ataque aqui, nas área de nos, aí troca um tiro, aí se ele ver que nos foi baleado, eles fica já aqui com o carro aqui, ó, na frente da UPA esperando algum boy ir ser atendido na UPA, para quando o boy tiver entrando ele ir matar (Kaká, entrevista 2)

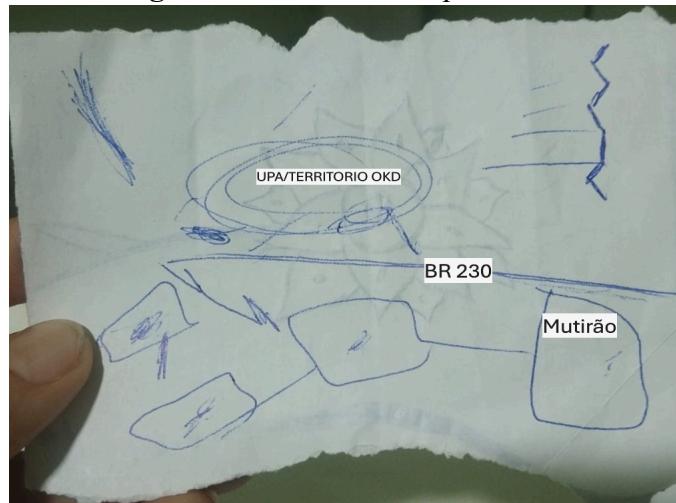
Kaká para me fazer entender, desenhou a divisão (Figura 4) entre as duas facções da mesma cidade, Bayeux, que era dividida por uma BR. De um lado, na comunidade do Mutirão, onde ele morava, pertencia ao Comando Vermelho, do outro lado, onde ficava a UPA, era território da OKD, facção rival.

Figura 3: Divisão territorial.



Fonte – Google Mapas, 2025.

Figura 4: Desenho feito por Kaká.



Fonte - Acervo pessoal da autora, 2025.

No livro promovido pelo NUPEDIA, organizado por Alberto e Costa (2021) não se aborda diretamente a questão do acesso à saúde, porém o acesso precário, ou o não acesso total ao serviço aparece entrelaçado com as outras questões levantadas nos capítulos. Os que não acessaram educação ou políticas de assistência social, também não conseguiram o acesso adequado às políticas de saúde. A precarização do sistema de saúde e seu acesso também é uma materialização da Necropolítica (Mbembe; 2018), onde funciona ativamente o fazer morrer, que se apresenta fortemente na fala de Kaká.

Esse entrelaçamento entre a dificuldade de acesso de uma política, associada também a falta de acesso às outras, é visto também na de assistência social. A assistência social também não aparece cumprindo eficazmente seu papel, quando os sujeitos da pesquisa apontam apenas o Bolsa Família como efeito da política. Ao falar da renda da mãe, Kaká afirmou que “*E ela só recebia bolsa família e tal*” (Kaká, entrevista 1); a mesma coisa acontece quando perguntado a Vini Jr. “*Eu acho que minha mãe recebe bolsa família*” (Vini Jr., entrevista 1); Cristiano Ronaldo, ao ser perguntado sobre algum benefício que a família ganhava, “*P: É, tua família recebe algum auxílio do governo? Cristiano Ronaldo: Bolsa Família é ela, né? P: É sim Cristiano Ronaldo: Apois é*” (Cristiano Ronaldo; Entrevista 1); “*P: A sua família recebeu algum benefício do governo? Pelé: Minha mãe recebia, mas foi cortada. P: Bolsa família? Pelé: Foi.*” (Pelé, Entrevista 1).

Em suas falas nota-se uma ausência ativa do CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), que parece ser um lugar apenas de cadastro para CadÚnico, e não faz seu papel ser a porta de entrada da assistência social. Esse papel ausente se apresenta quando não existe um acompanhamento familiar, já que quando perguntados sobre o motivo do corte da *bolsa família* (como Pelé, exemplo trazido acima), nenhum deles sabia informar. Nenhum dos entrevistados citou ter participado de algum ciclo de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (Brasil, 2005), onde deveria proporcionar atividades educativas e recreativas para crianças e adolescentes. Além disso, não falaram sobre atividades ou a presença da assistência social de outras formas, que deveria ser um mecanismo potente em suas vidas “uma vez que os grupos podem atuar como dispositivos para trabalhar o protagonismo, refletir sobre as situações de sofrimento psicossocial, promover a saúde mental e a afirmação da subjetividade e singularidade dos sujeitos” (Silva; Alberto; Costa, 2022. p.5).

A falta não pertence apenas às políticas de educação, saúde e assistência, os bairros e territórios também careciam de uma infraestrutura adequada. Entre os pesquisados, todos

apontaram pelo menos uma ausência em seu local de moradia, mostrando o abandono e/ou “esquecimento” do poder público em relação a seus bairros.

Oxe, uma praça, um aquele negócio de, de ginástica, né? Para os povo coisar, porque lá não tem. Mutirão é grande que só o caramba, mas não tem isso. O que mais? Pera ai, visse. Umas rua decente, né? Porque a maioria das rua lá é tudo aqueles buracos da misera. (Kaká; entrevista 1)

A estrutura do bairro de Kaká era precária. Conhecia o bairro de onde ele vinha, tentei não ser tendenciosa, mas tinha ido lá pouco antes da pesquisa para realizar atividades do movimento e era exatamente a realidade que ele relatava. Todas as ruas que passei tinham buracos, poças de chuva e não avistei nenhuma praça.

Já Gabigol relatou a dificuldade dos moradores do seu bairro (Bairro das indústrias) de se locomover, pela ausência de transporte público. Veja o trecho a seguir:

No BDI o povo sofre um pouquinho porque muitos trabalhador e tal, as senhora de idade tem que sair do BDI, da primeira etapa, da segunda etapa, terceira etapa, quarta etapa, vai lá pra o ponto final de ônibus, que é por trás de uma escola aí de (inaudível). Pronto, aí é muito longe de andar, os povo vai com sacola lá nas coisas, vai pro centro vem do centro. Aí era bom ter um ônibus rodando nera, ali dentro, e antes tinha um tal de ligeirinho, ai passava pelas etapa tudinha, ai depois tiraram esse ônibus (Gabigol, entrevista 1)

No relato de Gabigol também se apresenta o sucateamento do serviço público, com a retirada de um ônibus que facilitava a locomoção dos moradores do bairro, que tem uma grande extensão territorial e fica longe do centro, já na estrada de quem vai para Recife. Novamente, a pesquisa em questão é um eco do que já foi encontrado nas pesquisas realizadas anteriormente, tanto na Paraíba, quanto no Rio Grande do Norte e São Paulo (Trassi; Malvasi; 2010; Malvasi; 2017; Paiva; Miranda; 2017; Carvalho; 2020; Org. Alberto; Costa; 2021).

Mas quando se aborda seus bairros e territórios, não é só a falta de estrutura que chama atenção. Na verdade, quando pedidos para falar sobre seus bairros, a primeira resposta está ligada a se é tranquilo ou não o local: *Pesquisadora: Como era o bairro em que você morava?* *Pelé: Era normal, tranquilo* (Pelé, Entrevista 1); *P: O bairro na cidade, como era o bairro?* *Cristiano Ronaldo: É tranquilo* (Cristiano Ronaldo, entrevista 1). Essas respostas apareciam como uma necessidade de defender o seu território, inclusive como uma forma de fugir da criminalização normalmente relacionada a eles. Isso porque, segundo Takeiti e Vicentin (2019), as teorias e a sociedade enxergam a periferia na oscilação entre a vitimização e a criminalização, já que se faz uma ligação entre as condições de raça, classe e políticas como traços identitários, criando uma associação perversa entre juventude, pobreza e violência.

Essas formas de ausência ativa do Estado precariza ainda mais a vida desses sujeitos e suas famílias, levando a uma busca constante por formas de autossustentação. Não só os familiares se inserem em mais de um trabalho para conseguir manter a família, como também esses sujeitos procuram formas de ajudar dentro de casa. O trabalho infantil é um dos maiores violadores de direitos de crianças e adolescentes, visto pela sociedade como o remédio para criminalidade urbana, mas se apresenta como veneno na trajetória desses sujeitos. Portanto, a próxima categoria vai ser dedicada a analisar criticamente essa inserção precoce no mundo do trabalho.

O trabalho Precoce

A pesquisa e o olhar para o trabalho infantil se fizeram presente durante toda a trajetória acadêmica, o que influenciou diretamente a escolha dessa temática para o mestrado. Pesquisas realizadas durante a graduação ajudaram a confirmar a suspeita de que existe, sim, uma íntima relação entre ter trabalhado na infância e estar em cumprimento de alguma medida socioeducativa (Bortolozzi; Alberto; Costa, 2014; 2021). Portanto, entende-se trabalho infantil como qualquer trabalho realizado por menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz (ECA, 1990). Ele também é proibido pela Constituição Federal (1988), e é vedado em qualquer das piores formas (OIT, 1999) antes dos 18 anos completos. A Organização Internacional do Trabalho define como piores formas de trabalho infantil aqueles que possam prejudicar a saúde, a segurança e a moral das crianças e adolescentes. Entre essas formas, estão incluídos os trabalhos realizados na rua, na produção agrícola e no tráfico de drogas.

Entre os trabalhos realizados por esses sujeitos, apareceram: lava-jato; hamburgueria; padaria; como motoboy; cortando cabelo; carregando frete; carregando tijolo; ajudando em salão de beleza; cortando cana; ajudando com boi e cavalo; vendendo drink; pescando; soldando; em borracharia; calçamento de rua; depósito de reciclagem; mercadinho; como pintor; de ajudante de pedreiro; vendendo fruta; e com o tráfico de drogas. O tráfico não é inicialmente relatado como trabalho, como se percebe na fala de Kaká (Entrevista 1), quando perguntado se com o dinheiro do trabalho — ainda não mencionado o tráfico — ele ajudava em casa: "*Ajudava, mas só que era de outra forma.*" Quando questionado se não era por trabalho, ele sintetizou: "*É trabalho, mas só que é trabalho ilegal né.*"

Esses trabalhos estão fora do que é estabelecido pelas legislações que protegem essas crianças (ECA, 1990; OIT, 1999), além de colocarem em risco a vida e o desenvolvimento desses sujeitos (Silva; Costa, 2021). Os pesquisadores do NUPEDIA utilizam a terminologia

"trabalho precoce" frente à precariedade acentuada, especialmente em atividades ilegais e/ou ilícitas, para contemplar a entrada antes dos 16 anos de idade. Além disso, todos relataram terem passado por mais de um trabalho, destacando uma violação constante de sua proteção e a situação social cruel em que eles e suas famílias se encontravam. Quanto às idades em que iniciaram a trabalhar, elas variaram entre 8 e 16 anos, fugindo totalmente do que estabelece o ECA (1990) e a OIT (1999). Entretanto, quando envolvidos em atividades no tráfico, esses adolescentes passaram a ser vistos pelo sistema judiciário e pela polícia, sendo criminalizados justamente quando o Estado falhou em protegê-los. Contudo, isso não é uma simples falha de política pública, e sim parte de um projeto neoliberal, racista e necropolítico que transforma adolescentes e jovens negros e periféricos em sujeitos do direito, e não sujeitos de direito, relegando-lhes apenas o olhar punitivo (Alberto; Costa, 2021; Miranda, 2022; Silva; Mata, 2024).

Essa precariedade se torna mais evidente ao analisar os motivos que levaram esses jovens a começarem a trabalhar. Os adolescentes e jovens entrevistados mencionaram questões diretamente relacionadas às suas condições objetivas de vida e consumo (Alberto; Costa, 2021). Entre as motivações relatadas, destacam-se: "*para não precisar estar pedindo dinheiro ao meu pai*" (Cristiano Ronaldo, Entrevista 1); Cristiano Ronaldo também mencionou que, desde os 12 anos, já ajudava em casa com o dinheiro que ganhava: "*Pagava a internet, eu uso, né? Pagava pouco da energia, dividia a água também*". Já Yamal (Entrevista 1), ao ser questionado sobre o motivo de ter começado a trabalhar, respondeu: "*Desde quando tava faltando algumas coisinhas aí.*" P: "*Que tipo de coisa faltava?*" Yamal: "*Mistura, feijão, arroz.*" Pelé relatou que começou a trabalhar aos 10 anos, e que "minha avó precisava lá (...) aí eu tinha que trabalhar também pra ajudar dentro de casa." (Entrevista 1). O mesmo adolescente afirmou que, com 11 anos, já não se sentia mais criança, pois "comecei a trabalhar lá, pra ajudar minha avó" (Entrevista 1). Outra motivação foi o desejo por bens de consumo, mesmo que precocemente, como narra Gabigol: "*pegando frete, com 8 anos. Saía de 3 horas da manhã de casa e chegava de dez, onze horas. Oitenta, cento e pouco no bolso. Aí eu comprava uma ideia pra mim, chapéu, óculos, essas ideias.*" (Entrevista 1). Outro exemplo é Endrick (Entrevista 1), que trabalhou na cana-de-açúcar porque "meu pai não tinha dinheiro, não tinha a condição de dar dinheiro a nós. Pra nós comprar algumas ideia pra nós."

Todos relataram questões ligadas a bens de consumo ou dificuldades financeiras em casa, assumindo responsabilidades que não correspondiam à sua idade, num processo de adultização precoce (Alberto, 2012; Ramos; Alberto, 2019). Isso também facilitava o contato com atividades ilícitas, já que com o dinheiro do trabalho podiam comprar drogas, geralmente

adquiridas de pessoas inseridas em atividades ilegais. Essa realidade aparece na fala de Yamal (Entrevista 1), ao ser questionado sobre seu primeiro contato com a maconha: "*Não, eu ia lá e comprava.*" P: "*A maconha?*" Yamal: "*É.*" P: "*E onde tu conseguiu o dinheiro pra comprar a maconha?*" Yamal: "*Tava carregando o frete, ajudando meu pai.*"

O trabalho infantil é um sintoma do esfacelamento das relações trabalhistas e das políticas públicas de proteção no neoliberalismo, além de expressar uma cultura de massas que privilegia o ter em detrimento do ser (Ramos; Alberto, 2019; Goes *et al.*, 2021; Miranda, 2022). Ademais, ter sido vítima do trabalho precoce traz consequências significativas para o desenvolvimento biopsicossocial dos sujeitos: físicas (pelo esforço precoce ou até mesmo risco de morte), psicológicas (pela ausência de tempo e espaço para o desenvolvimento saudável e construção de projetos de vida) e sociais (por ser um obstáculo ao rompimento do ciclo intergeracional da pobreza, afastando-os da escola e da aprendizagem) (Alberto, 2002; Alberto; Costa, 2021).

Por fim, o trabalho precoce evidencia como a desproteção pode ser um dos caminhos que levam à atribuição de atos infracionais. Pesquisas realizadas pelo NUPEDIA (2017–2019) atestam que uma das mais graves consequências do trabalho infantil é a internação em unidades socioeducativas (Alberto; Costa, 2021). Essa desproteção desemboca na última categoria de análise desta classe temática: a exposição à violência, que pode se dar tanto pela convivência nos territórios quanto pela atuação direta do Estado — como será visto a seguir.

A Violência

A violência (Costa, 2018; Miranda, 2022; Silva; Mata, 2024) foi e continua sendo uma constante na vida dos sujeitos entrevistados. Em algum momento da trajetória descrita por eles, ela se faz presente — quase sempre de forma cruel e letal. Essa presença é tão entrelaçada à vivência cotidiana que, ainda na primeira categoria, relacionada à violência estrutural (Almeida, 2018), ela já se manifesta materialmente através da pobreza e da ausência de políticas públicas estatais. No entanto, nesta categoria, a abordagem será mais direta, ou seja, será analisada a vivência e a sobrevivência em contextos de violências extremas.

Dentre os diferentes tipos de violência vivenciados ou presenciados, destacou-se de forma notável a violência policial. Essa forma de violência emergiu nas falas dos participantes mesmo antes de qualquer envolvimento com atividades ilegais, sendo a instituição policial sistematicamente retratada como uma das principais violadoras de direitos humanos. Yamal (Entrevista 2), que teve a medida atribuída aos 12 anos de idade, afirma: "*Fui parado mais de uma vez*". Quando questionado sobre o motivo dessas abordagens, respondeu: "*Porque o cara*

tá andando na beca, ele tá vendo o cara tá ali, todo escamoso”. Além disso, relatou ter sofrido diversas violências por parte da polícia durante essas abordagens, mesmo sem portar nada que pudesse justificá-las:

P: A polícia já parou alguma vez? Yamal: Já parou, já. P: Já parou? Parou por quê? Yamal: Para ver se tinha droga, se tinha arma. P: E foi de boa a abordagem? Yamal: Foi. Se tivesse uns cordão na pessoa, de prata, ele puxava para torar. Torava a chinela do cara. P: Mesmo não tendo nada? Yamal: É, pegava o punhal assim, vinham cortar o pé do cara (Yamal; Entrevista 1)

P: Eles chegaram a bater tu? Yamal: Já. P: Mesmo sem nada? Yamal: Oxe, sim. P: Fizeram o quê? Yamal: Deram uma moi de tapa na minha cara. P: E eles justificaram como? Yamal: Que tinha morrido um cara na feira que os boy do outro lado chegou lá e matou o cara (...) Ele me revistou “bora”, (inaudível) ai chegou dentro da viatura assim, ai apontou o fuzil na minha cara aqui, ficou travando e destravando a arma, e dizendo: “Se você não disser quem foi, eu vou dar um tiro” e eu “eu não sei de nada não, não fui eu não” Ai ele pegou “esses carai não diz não”. Pegou, levou pra delegacia, chegou lá e tome, tome apanhar. (...) Aí depois ele pegou a pistola assim, colocou o pente, e botou nas minhas costas e disse: “se você me disser, eu vou dar um jeito de tirar daqui”. Ai eu “eu não sei de nada não” ele “eu vou contar até três: um, dois, três...” e eu “eu não sei de nada não”. Ai ele abriu a janela, dai tem um bagulho bem alto assim, ai ele pegou por aqui, ó, pela camisa e “Se você não disser, eu jogo você daqui, ó.” E eu falei: “Rapaz, ai quem sabe é você.” Aí ele pegou e puxou de volta. Ai ele puxou, e tome dá de novo, tome dá. Ai fui lá passar no delegado, ai então escrevi lá o que disseram, aí fui liberado (Entrevista 2)

Yamal descreve situações em que se encontra em um “vazio de direito” (Agamben, s.d., p. 17), quando uma criança com menos de 12 anos sofre, por parte do Estado que deveria tutelá-la, a penalidade de simplesmente ser quem é e se vestir como quer. As consequências dessa exposição precoce a mediações violentas moldam sua subjetividade em um processo de mortificação, no qual os “processos violentos marcam não só o corpo, mas, fundamentalmente, a consciência na forma de se orientar no mundo por meio da submissão, do silenciamento, do assujeitamento, do apassivamento” (Silva; Mata, s.d., p. 90). Esse assujeitamento se revela, inclusive, na naturalização da morte, expressa com uma frieza que choca, como na seguinte fala sobre sua própria condição: “*P: Tu não pensa não em tipo, por quê tem perigo de morte, né? Yamal: É, os cara lá do outro lado vai querer matar eu. P: Tu não tem medo não de morrer? Yamal: Tá, se morrer enterra*” (Yamal, Entrevista 2). Quando insistido no assunto, ele mantém a visão: “*Ninguém nasceu pra semente (...) Um dia todo mundo vai morrer*” (Yamal, Entrevista 2).

Infelizmente, o relato de Yamal é apenas mais uma evidência do caráter estrutural e institucional da violência exercida pelo aparato policial nas periferias urbanas, especialmente contra adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (Feffermann, 2006; Vicentin, 2011; Malvasi, 2012; Gomes; Conceição, 2014; Paiva; Miranda, 2017; Alencar,

2019; Silva, 2019; Miranda, 2022; Prado, 2022; Almeida, 2023; Miranda; Paiva, 2023). Longe de ser exceção, episódios como esses inserem-se numa lógica de controle social que emprega o terror estatal como ferramenta de gestão dos corpos racializados e empobrecidos (Wacquant, 2003; Mbembe, 2018). A polícia, enquanto aparato repressivo do Estado burguês, atua como agente executor da necropolítica (Mbembe, 2018), administrando a vida e a morte desses sujeitos em um cenário onde a punição se sobrepõe à proteção.

Sob o pretexto da chamada “guerra às drogas”, consolidou-se uma prática sistemática de tortura, humilhação, execuções extrajudiciais e intimidação — mecanismos não apenas tolerados, mas estruturantes da política de segurança pública. Como apontam Feffermann (2006), Vicentin (2011), Malvasi (2012), Gomes e Conceição (2014), Paiva e Miranda (2017), entre outros (Alencar, 2019; Silva, 2019; Miranda, 2022; Prado, 2022; Almeida, 2023; Miranda; Paiva, 2023), a seletividade penal recai quase exclusivamente sobre jovens negros e pobres, reafirmando o estigma do “infrator” como inimigo interno. Nesse contexto, a ação policial não se orienta à mediação de conflitos ou à proteção da cidadania, mas à manutenção de uma ordem social profundamente desigual, em que a juventude periférica é tratada como excedente descartável. A lógica do encarceramento e da repressão — intensificada nas instituições socioeducativas — evidencia-se como parte de um projeto político mais amplo de contenção e extermínio seletivo, voltado ao reequilíbrio do capital, no qual o aprisionamento já não representa a pena máxima, mas sim a pena de morte com aval estatal (Miranda, 2022).

Contudo, a violência e a tortura policial não é a única à qual esses sujeitos estão expostos desde cedo. Yamal mais uma vez nos elucida com suas palavras, descrevendo sua experiência: “*P: Se alguém te perguntasse, como era o bairro que tu cresceu? Como tu diria que ele é, o bairro?* Yamal: *Rapaz, meio violento, às ora aquietá. Aí se a pessoa ficar direto na esquina, a pessoa é capaz de morrer*”. Yamal tem 14 anos e, desde muito novo, convive com essa realidade na periferia de Juripiranga, sua cidade natal. Kaká também compartilha relato semelhante sobre a comunidade do Mutirão, em Bayeux: “*P: Me conta como é o teu bairro. Kaká: Meu bairro é daquele modelo, visse. É violento demais*” (Kaká, Entrevista 1). Em João Pessoa, Gabigol recorda-se de um dos bairros em que viveu: “*P: Como era assim, todos esses bairros?* Gabigol: *BDI é de boa, Veneza é carregado*”. Quando questionado sobre o que significava “carregado”, ele respondeu: “*Tipo assim, porque é peia direto nos outros, é povo roubando, povo saindo atrás, essas coisas, não tem?*” (Gabigol, Entrevista 1).

Além disso, Gabigol (Entrevista 1) relata que, nos confrontos entre facções — ainda quando não era envolvido —, sua família foi diretamente atingida. Segundo ele, integrantes da facção “Estados Unidos” assassinaram seu primo, sua tia e seu tio diante de seus olhos.

“Mataram três pessoas da minha família na minha frente assim, eu era pequeno. Eu presenciei, aí eu cresci revoltado com aqueles bicho.” Aos 12 anos, já envolvido com a facção rival (OKD), sobreviveu pela primeira vez a essa guerra:

Aí os bicho foram matar nos e tal, o quintal da minha vó é mato não tem? Ai eu peguei *tum*, os bicho foi lá e ‘e aí fulano’ chamando do meu irmão. Perguntando onde meu irmão tava, meu irmão é Gibi. ‘E ai Gibi, e tal’ aí eu ‘Cala a boca parceiro’, e nos tava só de morcego, que é cueca no caso. Aí eu ‘Bota a cara não, parceiro’, meu irmão botou, aí ‘esses misera tão ai parceiro e tal’ aí *ba ba* (*imitando tiro*) deram no cadeado, isso eu tinha 12 anos e meu irmão tinha 14 aí nós subiu no muro que da na mata, na hora que eu subi no muro, no telhado na minha avó, é tiro. Mais de três bichos lá cima dando tiro. Eu só fiz só pegar o revólver e *pá, pá* (Gabigol; Entrevista 1)

O que se nota de interessante, por exemplo, é que a presença das facções — ligadas ao tráfico de drogas — não era, por si só, a definição de uma situação de violência, mas sim as consequências decorrentes dessa presença, como as disputas territoriais e a presença ostensiva da polícia. Isso acaba por transformar a relação com o território em algo ambivalente. Por exemplo, Gabigol havia afirmado anteriormente que o BDI era um bairro tranquilo. Contudo, foi justamente nesse local que ele teve seu primeiro contato com pessoas envolvidas com o tráfico: “*P: Como era o BDI naquela época? Gabigol: É tranquilo lá! Morava na rua xxx ali, na segunda entrada lá. Era tranquilo. Lá nunca se envolvi não, só fazia só pegar a visão da situação que rolava, a criminalidade*” (Gabigol, Entrevista 1).

A intenção aqui não é estabelecer uma associação irresponsável entre morar em periferias e ter contato com pessoas envolvidas em atividades ilícitas, como se houvesse uma relação matemática inevitável que tivesse como único desfecho o envolvimento com o crime. No entanto, é importante destacar que, à medida que as facções perderam parte dos códigos éticos que pautavam sua gênese — como a proibição do aliciamento de crianças e adolescentes — esses sujeitos passaram a se aproximar, cada vez mais cedo, desses grupos, colocando sua vida e desenvolvimento em risco (Manso, 2018; Silva, 2019; Costa; Mendes; Guedes, 2021; Miranda, 2022; Prado, 2022).

Diante dessas duas formas de exposição à violência — a institucional, por parte do Estado, e a comunitária, por parte das facções — não se pode ignorar o papel ativo do próprio Estado na perpetuação desses cenários nas periferias brasileiras. Seja por ação (violenta e seletiva), seja por omissão (ausência de políticas públicas efetivas), o Estado contribui para a manutenção de uma lógica que transforma esses adolescentes e jovens em figuras do *homo sacer* (Agamben, 2004), ou seja, sujeitos que podem ser mortos, mas não sacrificados, destituídos de qualquer valor jurídico ou simbólico, e que existem à margem do pacto civilizatório.

sujeito a ser exterminado - personifica-se no indivíduo que desvia da norma jurídica cometendo crimes de rua ou naqueles que carregam no corpo determinados marcadores sociais - como cor, gênero, território e classe social - que coincidem com os atributos sociais dos sujeitos que compõe o sistema prisional e socioeducativo, caracterizando o que pode ser definido como um processo de criminalização ex-ante, ou seja, uma criminalização por suposição (Miranda; 2022. p. 66)

Esse processo de criminalização das questões sociais vividas pelos sujeitos os afasta, cada vez mais, das políticas públicas de proteção e os aproxima das facções, que surgem como agentes de acolhimento, oferecendo soluções aparentemente fáceis, porém extremamente perigosas. Contudo, observa-se uma ambivalência marcante em suas falas. Ao mesmo tempo em que afirmam que seus territórios são tranquilos, emergem nas entrevistas relatos explícitos de exposição à violência, sobretudo mediada por marcadores de raça e classe. Dessa forma, os territórios habitados antes da privação de liberdade tornam-se espaços nos quais o estado de exceção se revela permanente (Agamben, 2004).

Essas violências cotidianas convertem suas realidades em verdadeiros campos de guerra, mesmo antes de qualquer envolvimento com atividades socialmente ou juridicamente classificadas como infracionais. Tais experiências não apenas afetam profundamente suas trajetórias de vida, mas também criam as condições que facilitam o aliciamento por grupos organizados, tornando o crime uma das poucas alternativas percebidas como viáveis.

A próxima classe temática será dedicada a contemplar o segundo objetivo desta dissertação, qual seja: “Investigar a relação entre as violações de direitos e o cometimento de atos infracionais”. O envolvimento com atos infracionais se apresenta, nas falas dos entrevistados, como fortemente relacionado à aproximação com facções, quase sempre motivado por fatores materiais. Ou seja, assim como no trabalho precoce, a busca por dinheiro — como forma de subsistência e acesso ao consumo — aparece como motor central dessa trajetória.

5.2 RELAÇÃO ENTRE VIOLAÇÕES E ATOS INFRACIONAIS

“Ninguém incentiva um favelado a ler, escrever;
Nós já nascemos preparados pra morrer;
Nos proibiram de sonhar, se foderam; Somos o monstro que vocês criaram, seu pesadelo”
(Favela Vive 2 - Funkeiro, 2017)

Essa classe temática segue e complementa a anterior, demonstrando as consequências das trajetórias vulnerabilizadas pelo capitalismo, onde reproduz um ciclo de pobreza e

exclusão, para a manutenção e remodelação do modo de produção. É o que Misce (2019) vai chamar de sujeição criminal que é próximo ao que Wacquant (2003) chama de criminalização da pobreza, ou seja, o processo social que antecipa previamente a incriminação, produzindo socialmente o que é o sujeito propenso ao crime, mesmo antes de existir qualquer indício de violação das leis. Essa sujeição se dá por uma crise que abarca classe, raça e as instituições, que advém da acumulação social de desvantagens, onde o processo histórico de desvantagens acabou levando a população, principalmente jovem, a encontrar meios informais e ilegais de renda (Misce; 2019).

Portanto, a partir das falas, e em confronto com a teoria, dessa classe temática emergiram três grandes categorias: O ‘envolvimento’, fala usada por Gabigol ao começar a ter contato com pessoas que já estavam no mercado ilegal, onde será abordado como atribuição de um ato infracional surge como resposta aos processos de exclusão social, principalmente em seus territórios; a segunda categoria nomeada de Facções, que tocara diretamente em suas vivências nesses grupos e as relações com o ‘inimigo’, o jovem da facção rival; e por fim, o aprisionamento, que aparece como uma das consequências das violações anteriores em suas vidas.

O ‘envolvimento’

Nesta categoria a proposta é demonstrar como a atribuição de um ato infracional é uma resposta ao processo de exclusão social e violações prévias (Sawaia; 1999), como o de ter abandonado a escola para trabalhar - também no tráfico de drogas. O nome dessa categoria se relaciona com todo o contexto que diz respeito do momento que se tem o primeiro contato com o “crime” até o momento em que ele se considera dentro do envolvimento (Goes *et al.*; 2021). Além disso, o “envolvimento” também sinaliza o fim, para eles, de um ciclo importante, o da infância “*P: E o que marcou assim a mudança da infância para não ser mais criança? Kaká: Quando, assim, que eu me envolvi, né?*” (Kaká; Entrevista 1); “*P: O que fez tu parar de ser criança? Yamal: Tá. Eu fui vendo assim, oxe. Esse negócio aí não dá certo, não. Peguei, 11 anos tava envolvido*” (Yamal; Entrevista 1).

Antes de começar qualquer atividade com o “envolvimento”, existe o contato com pessoas que fumam e/ou vendem, normalmente são indivíduos que já fazem parte do ciclo social do adolescente, ou eram próximos. O entendimento de envolvimento não se dá igual para todos eles, por exemplo, Cristiano Ronaldo (Entrevista 2) diz que começou a se envolver quando começou a jogar bola e fumar com os meninos que já estavam envolvidos “*É, por causa da amizade, né, jogando bola e começou a fumar maconha e aí começou o*

envolvimento, como é, vende droga, esse negócio". Já Yamal (entrevista 1) considera se envolver apenas quando se começa a vender, "Não, não se envolveu diretamente não, né. Ficava ajudando umas meninas, depois fumando maconha e tal, mas eu não vendia esses negócio ainda não, teve um dia que eu vi que tava dando dinheiro, peguei cheguei nuns boy perguntando pra vender".

Já o primeiro contato, se deu através de pessoas próximas e familiares, por exemplo, Pelé (Entrevista 2) se envolveu porque o irmão já estava envolvido.

Aí tava lá em casa. Eu tava morando na casa do da minha namorada, né? Aí eu vim de lá para morar com ele, aí a situação aí tava meio complicada aí em casa, na casa dele aí também. Aí eu fui e disse: "Oxe, eu vou traficar mai tu também, e tal". Ele disse "tá certo, apoi bora". Aí nós foi. (Pelé; Entrevista 2).

Já Vini Jr. (Entrevista 2) tinha a prima "*P: E como foi o primeiro contato? Vini Jr: É porque minha prima é do Rio também, tem um tio meu que é envolvido aí. Minha prima é do Comando Vermelho, ela tá no Rio. Nem precisa de muito contato e tal*" e pessoas próximas com quem sempre conviveu, facilitando ainda mais seu contato "*P: mas e com as pessoas daqui, como foi? Vini Jr: Foi a mesma coisa, que eu conheço desde de pequeno*".

A proximidade com pessoas que estão envolvidas em atividades ilegais e/ou ilícitas muitas vezes está ligada às relações territoriais. Territórios esses que ainda sofrem com o processo histórico das formações das favelas, comunidades formadas por sujeitos "libertos" na pós abolição e pelo êxodo rural, onde a burguesia branca não comportou em suas cidades essa imigração em massa, jogando-os para longe de seus olhos, nas periferias e morros, longe dos centros urbanos (Rodrigues; Furno, 2019). Como visto nos capítulos teóricos, esses sujeitos libertos não tiveram acesso a nenhuma forma de trabalho, formação ou profissionalização, obrigando-os a escolher a precariedade laboral, a fome ou por vezes, as atividades ilegais (Zaluar, 2004; Oliveira, 2018; Silva, 2019). Os sujeitos das pesquisas são a consequência desse passado nefasto, advindos de bairros empobrecidos, onde muitas vezes existe a presença marcante do tráfico de drogas em suas portas e esquinas, onde vêm seus familiares e amigos ganhando dinheiro "fácil" nessas atividades, levando-os também a aderirem a essa modalidade para ganhar dinheiro e/ou status.

Entretanto, não é pelo simples contato com essas pessoas que se dão as motivações para o envolvimento. As causas foram as mais diversas: Gabigol (Entrevista 2) disse que havia pedido a prima, que era envolvida em outro bairro, "*para bater a mola*" e quanto a motivação "*querendo comprar um celular massa, umas coisas do tipo assim, bem material*".

Pelé (Entrevista; 1) reforça a questão financeira como motivação principal para se envolver “*aí a renda de casa não tava muito boa aí tava faltando as coisas também dentro de casa e tal e fui e comecei a me envolver*”; Endrick (Entrevista 2), que trabalhou no corte de cana-de-açúcar, compartilhou a mesmas questões, “*P: E o que te levou a se envolver? Endrick: que não tinha condição*”; Já Cristiano Ronaldo (Entrevista 2), que desde os 12 anos trabalhava, afirmou que a decisão não foi financeira, mas porque porque teve seu sonho retirado “*eu acho que foi por causa que eu queria um negócio, ela (a mãe) tipo me tirou do time assim, eu me revoltei*”, Cristiano Ronaldo estava na base de um time profissional, ia jogar em outro Estado, quando a mãe por medo de que ele viajasse, o retirou do clube. No meu diário de campo eu contei o quanto impactada havia ficado com a história dele, e escrevi “*quando ele falou do fim do sonho dele, senti que um poucos dos meus também tinham acabado, mas olhando nos olhos dele eu vi que era uma mágoa que eu nunca tinha sentido. Tão fácil como sonhou, terminou*” (Diário de Campo; 14 de Janeiro de 2025).

O retorno financeiro e o status foram as principais questões que emergiram quanto aos ganhos no envolvimento. Se antes eles recebiam pouco nos empregos informais, quando eram trabalhadores precoces, ao entrarem nos trabalhos atribuídos a ilegalidade, tiveram acesso a quantias que ultrapassam até mesmo um salário-mínimo semanalmente. Além disso, apontaram que ganharam mais visibilidade nas “áreas” deles, como mulheres, bens materiais e status na comunidade, vivendo da ‘ostentação’, e talvez sendo vistos pela primeira vez na vida (Gomes; Conceição; 2014; Alberto; Costa, orgs.; 2021; Miranda; 2022; Almeida; 2023). As falas a seguir demonstram isso:

A primeira vez foi porque dinheiro. Para mostrar, pra pegar cumade, e pra gastar, pegar cumade, o cara precisa de dinheiro (...) Fazia live com os bicho, os bichos arreando⁷ na boca, os bichos dançando com as peça⁸ e tal. As cumade ficavam arreando. Fazia reels, postava reels. Nos tirava fotos, com as cumade de quatro e tal, as peças no rabo delas assim e tal (Gabigol; Entrevista 2).

Aí meu irmão era envolvido já, né? Aí eu via ele com as armas e tal, com droga, com dinheiro, cordão de prata. Roupa massa aí, eu disse: "Eita, carai, tu é doido, é??" Eu vou fazer isso também que eu vou ficar desse jeito e tal (Kaká; Entrevista 1).

Fazia em uma semana fazia 5.000. P: Fazia? Era tudo teu ou devia dar parte pro dono? Cristiano Ronaldo: Era meio a meio. P: Meio a meio? Então tu ganhava 2.000/1.500, por semana? Cristiano Ronaldo: Por semana. P: Quanto era teu salário na padaria? Cristiano Ronaldo: Era 1.200. P: Isso no mês inteiro de trabalho? Cristiano Ronaldo: No mês inteiro (Cristiano Ronaldo; Entrevista 2).

⁷ Arreando: Gíria Nordestina para dizer que está brincando, tirando onda.

⁸ Peças: Gíria para armas de fogo.

Já Vini Jr. (Entrevista 2) ganhava mais até do que 4 salários-mínimos por semana “P: *E deixa te perguntar, em uma semana, tu fazia quanto? Vini Jr: Rapaz, fazia dinheiro visse, coisa de 10.000 por aí ou mais. Dependendo da semana e dependendo do cliente*”. Ele gastava com roupa, mulheres e festa, chegando a gastar 500 reais em um calção de marca “*Eu deixei um short aí no CSE foi 500 conto da Hang Loose*”.

Kaká (Entrevista 1) aponta outros “benefícios” que podem atrair os adolescentes para o ‘crime’, mas ao mesmo tempo relata as consequências que vêm disso:

Não, porque quem tá de fora pensa que o crime é daquele modelo, o cara vai ter mulher, vai ter respeito, mas o cara não sabe que perde o sossego do cara (...) que os homy da um enquadro no cara, que tira uma foto e que bota no grupo, já era. Qualquer viatura que parar o cara, os bichos conhece (Kaká; Entrevista 2).

No capitalismo neoliberal, o desejo pelo consumo de bens materiais ou de status social, vão alicerçar as socializações dos adolescentes e jovens, que em seu desenvolvimento são afetados diretamente pelas questões socioeconômica e culturais que os rodeiam. Porque estar no tráfico, envolvido “é ao mesmo tempo uma contravenção, uma prática ilícita, um risco, um meio de subsistência, de sociabilidade, de construção identitária, de renda, de status social, de resistência” (Almeida; 2023. p.197). Se antes eles eram invisíveis, a partir do momento em que vestem determinada marca, possuem mulheres, drogas e bens materiais, “passam a ser reconhecidos socialmente, ainda que de forma subversiva” (Gomes; Conceição; 2014. p. 52).

Porém, apesar de parecer um mundo com muitas ‘regalias’, ganhando dinheiro que denominam ‘fácil’, as consequências são cruéis, destrutivas e na visão dos entrevistados, incontornáveis. Pelé (Entrevista 2) falou de como a violência policial chegava à tortura, quando os abordavam durante os plantões⁹ de trabalho.

Se a pessoa tivesse com a petequinha¹⁰ ele queria achar o resto. Batia que só a bixiga lá, levava nós pra debaixo do viaduto para bater. (...) Aquele viaduto debaixo, perto da antiga delegacia ali, da primeira delegacia ali. Aqueles viaduto ali, dos cabaré. Que tem um galpão lá. Tem um galpão lá debaixo. P: Sim, que é perto da rua da areia. Sei qual é. Pelé: Ele abria lá o galpão lá, o galpão todo escuro. Já tinha pedaço de madeira, cabo de fio, um bocado de coisa lá já. P: Por que? Pelé: É, para saber onde tava as drogas. P: E como é que vocês aguentavam? Pelé: Nós não dizia não. Aí a gente... batia, batia que só a bixiga lá em nós, mas nós não dizia não. P: Menino, como tu aguentava sem falar? Pelé: Sei não. Botava arma na boca da pessoa, engatilhava assim a arma e botava na cabeça (Pelé; Entrevista 2).

⁹ Relataram que davam plantão nas comunidades, para avistar possíveis ataques ou a polícia.

¹⁰ Um sacolé de cocaína.

Além de Pelé, Kaká (Entrevista 2) contou que estava andando na comunidade com seu amigo, e foram abordados pela polícia. Durante a abordagem perceberam que o outro adolescente tinha uma marca de bala em uma perna “*Aí o bicho, policial, foi e perguntou: “Isso foi o quê, boy? Foi um tiro, foi?*” *Aí o boy foi e disse: “Foi.” Quando dei fé o bicho chegou com aquela bota e só de bicudo, homy. Onde foi o tiro*”. E durante a abordagem ele também foi vítima.

P: Bateu com o quê? Com a mão ou com? Kaká: Foi, com a mão, mas depois eles, teve um policial que disse assim, “Minha mão já tá doendo, pega um taco aí, um taco aí” o bicho veio com um taco daquele que joga beisebol. P: Um taco de beisebol? Kaká: Foi, e eu juro perante a... e é porque não gosto nem de jurar, mas foi. (Kaká; Entrevista 2).

Além de Pelé, outros relataram violência policial, que mostravam métodos de crueldade advindos das práticas de tortura da época da ditadura (Manso; 2020), como o uso do saco - método que ficou famoso após ser reproduzido por Capitão Nascimento em Tropa de Elite 1.

Quando o cara, eu estava saindo da... da farmácia, aí eu tava com um teste gravidez no bolso e com, acho que eu estava com 60 reais no bolso também. Aí pegaram aí “cadê as droga, não sei o quê”, aí botaram dentro da viatura, aí me levaram para o sítio, aí colocaram o saco, começaram a bater no saco. “Cadê, aí outros parceiros, não sei o quê, cadê as droga?” Aí me levaram em casa, aí só pegaram só duas dolas de maconha que eu fumava, deixava em casa, né? Aí pegaram, chegaram na delegacia e botaram mais forjado para mim, colocaram mais crack para mim (Cristiano Ronaldo; Entrevista 2).

A violência policial não foi uma exceção nos relatos dos adolescentes e jovens entrevistados, pelo contrário, se apresentou como regra quando eram parados ou apreendidos, corroborando com a literatura encontrada (Malvasi; 2012; Gomes; Conceição; 2014; Bortolozzi; 2014; Miranda; 2022; Almeida; 2023). A corrupção policial também apareceu, não só quando faziam o *forjado*, mas também quando aceitavam dinheiro como suborno “*Tipo, pegaram a gente, dentro da casa de fumacinha e pegaram, ai pegaram “ó eu quero 5.000 reais só para liberar vocês tudinho, né?” Pegou, e a gente deu e pronto, liberou a gente*” (Cristiano Ronaldo; Entrevista 2). Essa não é a única corrupção relatada, quando Cristiano Ronaldo (Entrevista 2) fala que “*tipo assim, se eu tiver com 5 kg, eles vão pegar 2 kg para eles e vai apresentar só 3 kg para na delegacia, tipo, vai fazer mais 2 kg do dinheiro assim*”. Quando perguntado o que acontecia com os outros Kg que não eram entregues, respondeu “*Eles vendem (...) vende para outro lado*” (Entrevista 2).

Além de serem torturados pela polícia, ainda existiam os conflitos com as outras facções, onde eles tinham que “*Os caras vai dar ataque, a gente vai matar e assim continua.*

Mata e morre, mata e morre" (Vini Jr.; Entrevista 2). Portanto, a próxima categoria vai ser dedicada às facções, não só pelo seu caráter mortífero na vida desses sujeitos, mas também pelo poder de influência que elas têm na vida dos adolescentes e jovens entrevistados.

As Facções

*P: Mas tu lembra de uma época que não existiu nenhuma facção,
não tinha nada de...*

*Cristiano Ronaldo: (Interrompe) Sempre existiu.
(Cristiano Ronaldo, 17 anos, CSE)*

Antes de apresentar as falas dos entrevistados, é importante situar quais são os grupos que atualmente ocupam a maioria dos territórios e contam com o maior número de filiados nas ruas da Grande João Pessoa e nas unidades socioeducativas. Todos os sujeitos participantes da pesquisa se identificavam com uma das duas principais siglas em atuação na região: Okaida (OKD) — nome inspirado no grupo Al-Qaeda — ou o Comando Vermelho (CV).

Trata-se de uma configuração recente (iniciada por volta de 2023), pois anteriormente o domínio do tráfico de drogas no Estado da Paraíba se dividia majoritariamente entre duas facções, realidade que vem se remodelando com o tempo. Essas facções eram a OKD e os Estados Unidos (EUA), ambas surgidas em meados dos anos 2000, com a OKD sendo a primeira a se constituir. Os nomes de ambas remetem aos atentados de 11 de setembro de 2001, organizados por Osama Bin Laden. A OKD adotou o nome Al-Qaeda como referência simbólica, que, adaptado ao português informal, tornou-se "Okaida", e é popularmente identificada pela sigla OKD. Por sua vez, o grupo Estados Unidos (EUA) adotou esse nome justamente como forma de antagonismo à OKD, espelhando o conflito geopolítico do Oriente Médio. Desde então, as duas organizações mantêm uma rivalidade constante (Santos, 2015; Alves, 2023).

Essas facções, no entanto, não se consolidaram de forma isolada. Segundo Santos (2015), até meados de 2010, a OKD possuía relações comerciais com as duas grandes facções de abrangência nacional: o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), embora esses vínculos tenham oscilado ao longo do tempo. Em 2011, após a morte de uma das lideranças da OKD por um integrante do PCC, houve o rompimento dessa aliança, o que levou o grupo rival EUA a estreitar laços com o PCC na Paraíba. Nesse contexto, a OKD

passou a atuar de forma mais autônoma, embora mantendo algumas articulações comerciais com o CV.

Nos últimos anos, esse cenário se alterou novamente. De acordo com Alves (2023), os EUA vêm perdendo força nos conflitos com a nova OKD, ao mesmo tempo em que se integram ao Comando Vermelho e ao Bonde do Cangaço. Essa perda de espaço é visível tanto no sistema prisional quanto nas unidades socioeducativas, conforme registrado em meu diário de campo:

Ela disse (à diretora) que muitos deles têm uma enorme identificação com suas facções, principalmente os do CV (Comando Vermelho), e que exaltavam que matavam pela sigla (...) Ela também sinalizou que antes eram apenas duas facções (OKD e EUA) e agora existiam quatro, e não entende como isso foi acontecer. Disse que atualmente o maior número eram os jovens filiados ao CV, e o menor número eram os dos EUA. Apontou que mudou muitas coisas de quando assumiu (4 anos atrás), já que o CV era quase inexistente na socioeducação (Diário de Campo; 28/11/2024).

Além disso, no diário de campo escrevi que os meninos pertencentes aos EUA, nas duas unidades visitadas, pareciam mais acuados e tensos, como se soubessem que estavam em menor número, principalmente no CSE - que fizeram questão de ficar longe das grades quando entrei no quarto “*O vice-diretor passou me apresentando e a minha pesquisa, me comuniquei também, muitos estavam interessados, em todos os quartos. Menos dos EUA, que tinham poucos meninos e pareciam acuados, não chegando a se aproximar das grades, como nas outras alas visitadas*” (Diário de Campo; 10/01/2025). Isso se confirma também com Pelé (Entrevista 2), que traz sua perspectiva sobre o avanço do comando vermelho na cidade de João Pessoa “*Foi diminuindo, aí colocando OKD e CV, OKD e CV agora só OKD e CV, não vê aí Estados Unidos mais não, pintado não*”.

Por mais que o CV seja a facção atualmente com mais membros nas unidades que visitei, é a Nova OKD que detém o poder da maioria do território Paraibano, chegando a ter membros em Pernambuco e Ceará (Barbosa; 2023; Viana; 2024). Se antes a OKD tinha algum tipo de acordo comercial com o CV, de 2023 até o momento atual isso se transformou, não só pelo novo modelo de direção que a Nova OKD começa a adotar (mais organizado), mas também porque entra em conflito como a intencionalidade de expansão que o CV objetiva, já que disputa territórios em todo o Brasil contra o PCC (Alves; 2023; G1 Paraíba; 2024). Frente às mudanças nas relações no comércio de drogas, e segundo a matéria divulgada pelo G1 Paraíba (2024), a Polícia Civil do Estado da Paraíba aponta que o aumento de mortes violentas no estado pode ter forte ligação com o conflito entre essas duas facções, na disputa de território principalmente na região metropolitana da capital Paraibana - o que coincide com

os territórios da maioria dos entrevistados que dizem pertencer ao CV, que são de Cabedelo, Bayeux, Santa Rita - e Juripiranga, que é próxima.

Na mesma investigação dessas mortes, o policial civil entrevistado pelo G1 Paraíba (2024) explica o *modus operandi* que o CV vem usando para entrar nos territórios pretendidos na cidade: o uso da violência, os ataques e o estado de guerra contra os membros da Nova OKD. Para conseguir tomar o poderio, o CV acaba exercendo mais violência em seus territórios, como a expulsão de moradores quando ocupam uma nova comunidade, o sequestro de suas casas e os homicídios injustificados de pessoas sem qualquer ‘envolvimento’. Isso afeta diretamente os territórios de moradia dos entrevistados, colocando-os em situações de quase morte o tempo todo.

Entretanto, o depoimento de Kaká (Entrevista 2) denuncia outra coisa, que pode estar mais imbricada com corrupções e acordos que a Nova OKD acaba fazendo com algumas instituições (Alves; 2023), trazendo uma contranarrativa.

Esses bichos da OKD fecha com a secretaria aí, ó. P: E é? Kaká: É não, é? Oxe, tu é doido, é? Olha, quando os bichos lá vai dar ataque lá na área, os bichos passa... Se eles for lá de 3 horas da manhã, fica até o dia amanhecer trocando tiro, não chega uma viatura. Só depois que eles vão simbora... Se nós for dar um ataque, que quando nós der três tiros, chega umas 10 viaturas. P: Então isso acontece mesmo? Kaká: Tá, acontece! O cara não vê um bicho da OKD sendo preso não. P: Por isso até que vocês são maioria aqui dentro? Kaká: É, o cara não vê não, bicho da OKD sendo preso não. Nem morrendo. Os bichos lá, civil lá, militar chega já metendo bala, homy. Lá na favela.

A fala de Kaká coincide com o mesmo período em que veio a público uma denúncia envolvendo a primeira-dama do atual prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena (PP), por supostamente manter contato com membros da Nova OKD. De acordo com os registros, a primeira-dama teria trocado mensagens nas quais negociava cargos na prefeitura em troca de apoio político da facção, que, por sua vez, impediria a realização de campanhas de adversários em territórios sob seu domínio (Lucena, 2024).

Outra fala bastante simbólica é a de Cristiano Ronaldo (Entrevista 2), quando questionado sobre quem realmente lucrava com o tráfico e com a guerra entre facções. Sua resposta foi direta:

Eu acho que na minha na minha mente assim, eu acho que acho que essas droga todinha vem do governador esse negócio. Porque vem de fora esse negócio, para entrar para para o Brasil esse negócio. Acho que é esse povo mesmo do governo assim, que... que ganha mais (Cristiano Ronaldo; Entrevista 2).

Bruno Paes Manso (2018) já sinaliza há muito tempo a entrada das facções nas repartições públicas como problema, principalmente nas repartições municipais. O autor sinaliza a gravidade da corrupção das instituições do Estado, que acabam “transferindo” dinheiro público para o controle de organizações criminosas, mas também de como isso afeta diretamente a vida da população mais empobrecida, acirrando ainda mais os projetos de morte dentro das comunidades, ao retirarem do Estado o controle de suas instituições.

Independentemente de qual seja a narrativa, o único denominador comum é a faccionalização da vida desses sujeitos, que se tornam as vítimas principais dessa guerra. As facções estão tão presentes, que no momento da pesquisa, nenhum dos entrevistados, agentes ou direção comentou de algum adolescente ou jovem que não era faccionado. Entre os 8 entrevistados, e os 7 transcritos, a divisão entre facções era a seguinte: Comando Vermelho (5); Okaida (3). Nos critérios de seleção pedidos pela direção, em nenhum momento foi mencionado a necessidade de entrevistar adolescentes ou jovens que estivessem necessariamente em algum desses dois grupos. Entretanto, a direção acabou selecionando-os devido a predominância dessas duas organizações nas unidades.

Nesse sentido, na segunda entrevista também buscou-se entender como se dava a filiação a sua facção. O que foi encontrado era que a escolha era determinada pelo seu território, não tendo emergido nenhuma outra motivação entre os entrevistados (Carvalho; 2020). Por exemplo Gabigol (Entrevista 2), relata que sempre morou em território da OKD e portanto não poderia morar em outro lugar devido a isso “*eu sou OKD, todos os cantos que eu morei é OKD. Aí eu vou, vamo supor pro Padre Zé, que é Estados Unidos, é cangaço lá, os bichos vai matar eu*”. Já Endrick (Entrevista 2), quando fala da conjuntura das facções em Itambé (onde morava) e Pedras de fogo, que são divididas apenas por uma rua, conta que “*Era tudo CV, às minhas áreas. Itambé era CV, e Pedras de Fogo era OKD. Aí pegou, o chefe lá da onde eu moro, virou a Nova OKD, ai lá em pedras de fogo virou CV*”, o que se entende pelo seu depoimento é que a partir do momento que o chefe muda de facção, a cidade também mudava, e automaticamente, envolvido ou não, ele se tornava da facção designada por aquele que comandava (Miranda; 2022; Prado; 2022). Mas é na fala de Kaká (Entrevista 1) que isso fica mais claro, demonstrando sua forte lealdade ao território ao qual pertencia “*Eu sou cria daqui, homy, de onde eu moro, se é aqui virar polícia, eu viro polícia, homy. Eu fecho com a minha quebrada*”.

Por lealdade ou por determinação daquele que comandava a facção com mais incidência no território, as facções determinavam seu direito de ir e vir “*Oxe, aqui em João Pessoa ia vir fazer o quê aqui, homy? Que aqui tudo é OKD*” (Kaká; Entrevista 2); “*Afetou*

um pouquinho. Porque ela mora em Cabedelo. E o irmão dela também é envolvido. Aí eu tô meio naquela também de voltar a namorar com ela e tal, porque se o irmão dela ficar sabendo, vai querer matar a pessoa” (Pelé; Entrevista 2) . E determinam também seu direito de viver ou não “*Na facção que eu to é de boa, mai depende das outra querendo matar o cara*” (Endrick; Entrevista 2); “*Que a pessoa postasse uma foto assim, os bichos já pegavam e decretavam (da outra facção) o cara, ‘olha esse ai é Kaká e tal. Quando pegar é... pode matar e tal’*” (Kaká; Entrevista 2).

A guerra entre as facções afetava todo o conjunto de suas vidas, inclusive relações de amizade. Quando um território entrava em guerra, e mudava a facção que dominava a comunidade, os que não padeciam tinham duas opções: integrar-se à facção atual ou fugir para um território da facção ao qual pertencia. Essa relação era tão forte, que amigos viram inimigos de um dia para o outro, a troca de afetos se torna a troca de tiros. O adolescente a partir daquele momento tinha que cortar qualquer vínculo com seu amigo que acabou escolhendo uma opção diferente da sua, inclusive podendo ser ele mesmo o alvo do seu ex-parceiro (Carvalho; 2020; Miranda; 2022; Prado; 2022). Essa triste realidade não é uma exceção, é uma realidade que se repete.

Cristiano Ronaldo: Acho que é, sei não, eu não sei como explicar isso, já tive amigo já que foi cresceu e estudou na mesma escola que eu, e virou tipo, Okada. P: Aí no momento que ele virou OKD, ele não pode mais ser teu amigo? Cristiano Ronaldo: Pode não. P: O que acontece se vcs ficarem mantendo a amizade? Cristiano Ronaldo: ‘Esse aqui tá de fechando com o outro e tá levando informação de uma facção para outra’. P: E aí vocês tem que cortar o laço. E se vocês dois se encontraram na rua, por exemplo, assim do nada, o que acontece? Cristiano Ronaldo: Ou eu ou ele. P: Mesmo você tendo sido amigo de toda uma vida. Cristiano Ronaldo: Até se for um irmão meu, homy, tem que matar (Cristiano Ronaldo; Entrevista 1).

Kaká: Tinha um boy lá que, que eu andava lá no Rio do Meio de cueca, homy. Ele pegava eu nos braços e ele ia me matar. P: Como tu se sentiu? Kaká: Oxê, eu olhei para ele, eu disse: “Tá doido, tu ia fazer isso com eu”. Ele disse: “Não, eu não ia fazer não” Mas só que eu tinha, tava com o celular dele. Eu vi os áudios dele dizendo que ia me matar geral, e tal. (...) P: Como tu se sentiu ao ver uma pessoa que tu conhecias, pronto para te matar? Kaká: Oxê, eu fiquei de coração partido, né? Mas ao mesmo tempo cheio de ódio (Kaká; Entrevista 1).

P: Já aconteceu de, por exemplo, tu crescer com alguém e essa pessoa ir para outra facção, ficar no CV no lugar da Nova OKD. Endrick: Teve vários, nas antrolas¹¹, tinha uns boy que morava lá e virou CV. P: E como fica a amizade de vocês? Endrick: Querem me matar. P: então tipo não se torna mais amigo? Endrick: É. P: E como fica a amizade? Endrick: querendo matar um outro (Endrick; Entrevista 2)

As relações de amizade não só são esfaceladas pelas inimizades, a morte de amigos, família “*mataram o meu primo, mataram minha tia, mataram meu tio, mataram três pessoas da minha família na minha frente assim*” (Gabigol; Entrevista 1) e conhecidos também é uma constante nos relatos. A morte emerge de diferentes formas nas falas desses adolescentes e

¹¹ Antrola: Gíria para dizer ‘nas antigas’.

jovens, sempre de forma trágica e naturalizada, como algo esperado, fossilizado em seu cotidiano. “P: Tu já perdeu amigos com essas guerras? Pelé: Já, um bocado. Fatalidade, polícia, um bocado de coisa já. De guerra também. (...) Já perdi muita pessoa, mas... É, faz parte da vida, né? P: Faz parte da vida mesmo? Pelé: Faz” (Pelé; Entrevista 2); “P: Tu já conheceu gente que morreu por causa desses conflitos? Endrick: Já, morreu muito, na coco¹². P: Como era? Polícia, bote? Endrick: Alemão¹³ mesmo, matou os pirrai que viviam junto comigo. P: E tu, como ficou com isso? Endrick: O cara fica revoltado” (Endrick; Entrevista 2); P: Tu perdeu amigos? Cristiano Ronaldo: Já. (...) Dois. P: Dois amigos? E como foi pra tu? Cristiano Ronaldo: Sei lá, acho que foi, foi triste esse negócio, porque eu oxe só, só doideira esse negócio, né? (...) Todo dia morrendo, na televisão só aparece isso (Cristiano Ronaldo; Entrevista 2). A normalização, a revolta e a tristeza demonstram as formas de lidar com essas perdas, mobilizando-os para vingança ou permanência nas facções. Na fala de Cristiano Ronaldo também emerge o sensacionalismo televisivo, que ao meio-dia noticiam o obituário do dia, normalizando socialmente a carnificina e servindo de aparato ideológico para que essa guerra continue (Lúcio; 2018; Miranda; 2022).

A permanência nessas organizações é atravessada diretamente pela guerra entre as facções, já que quando se filiam ou se ‘cadastram’ em alguma dessas siglas, automaticamente fica “decretado” pelo rival. Sair das facções era um desejo da maioria dos entrevistados, entretanto não era apenas a vontade e a quitação das dívidas que permitiriam a saída, dependia também do desprendimento total do seu bairro, sua comunidade, da sua quebrada. Esses locais acabam se tornando perigosos para esses sujeitos, um território onde a morte flerta constantemente com eles e a única saída que parece possível é retornar para o exército faccional ou cortar laços com seus locais de origem. A conversa com Endrick (Entrevista 2) demonstra isso:

Endrick: Sair dessa vida, mai é difícil demais. P: Por que é difícil? Endrick: Porque o cara já é decretado já, pelo rival. Tem rival por todo canto. P: Se tu quisesse sair hoje, tu poderia? Endrick: Pode, sai pros outros canto, que ninguém me conhece. P: Não pode voltar para casa, para o teu bairro? Endrick: Pro meu bairro, posso não. P: Por que, o que acontece? Endrick: As ota facção pode saber, e matar o cara (Endrick; Entrevista 2).

Outra entrevista que me tocou profundamente foi com Kaká, que durante todo o percurso da pesquisa foi um grande companheiro ao compartilhar sua vida de maneira tão aberta e generosa. Quando Kaká (Entrevista 2) foi perguntado se queria sair ‘dessa vida’,

¹² Na covardia.

¹³ Forma de chamar pessoas da facção rival.

como dizem eles, mostrou uma profunda vontade, mesmo que contraditoriamente se visse preso a aquela realidade.

Kaká: Já, eu penso direto porque, entendeu? Essa vida não tem futuro não. P: E o que seria a tua decisão para sim ou para não sair? Kaká: Assim. Porque eu penso assim, em sair porque eu queria, quero ter filho, né? Ter uma família. E a pessoa nessa vida, a pessoa fazer um filho e qualquer momento morrer e o filho da pessoa crescer sem um pai e tal, é ruim demais. P: Então, o que te motiva a querer sair é... Kaká: É minha família também, minha mãe, minhas irmãs. Minha mulher fala demais para a pessoa sair e a pessoa pensa, né? Porque a pessoa não quer viver nessa vida para o resto da vida. Não quer morrer. Que a pessoa morrer nessa vida, tu é doida é. É triste. P: Qual tu acha que são as principais consequências de tá nessa vida? Kaká: A consequência que tem é só duas, uma é cadeia ou cemitério (Kaká; Entrevista 2).

Quando questionado acerca do que o levaria a permanecer na facção, respondeu:

Kaká: O motivo é só a pessoa continuar no mesmo canto que a pessoa mora. P: Se tu quiser sair hoje da facção, mesmo morando lá, o que tu precisaria fazer? Kaká: Eu digo que não tem como não, porque, oia, a pessoa sair, a pessoa chegar lá nos boy: “oia parceiro, eu não quero me envolver mais não e tal”. Aí eu penso assim, né? Eu penso assim, aí chega, aí tipo assim, aqui não é o outro lado da pista, aí os bichos vêm lá e *tum*, dá um ataque aqui onde eu moro. Aí o cara não tá envolvido mais. Aí tá “oxe parceiro, só foi Kaká sair e tal, que os bichos vem aí e tal, acho que esse bicho tá bem falando com os cara lá e tal. Vamo matar esse bicho ô” (...) Aí pronto, o cara vai morrer pelos cara mesmo, que o cara vivia junto. Ou senão pelos cara que pegar o cara e... oxe, o cara não é envolvido mais, mas para eles o cara é, né? Que o cara já derramou o sangue lá. P: Tá tipo, marcado? Kaká: Marcado. E quem é nessa vida se o cara derramar o sangue, o sangue do cara vai ser derramado também. Não tem pra onde correr não (Kaká; Entrevista 2).

E Cristiano Ronaldo (Entrevista 2) vai além, mostrando que não é apenas se transferir de bairro ou território que vai permitir seu desprendimento à facção, ou sua fuga da guerra, precisa ir além. Fugir não só do seu Estado natal, mas também da sua resposta a violência que gerencia o seu cotidiano, e o dos seus iguais.

Eu acho que sair da facção, eu acho que tem que ir para outro lugar, sem ser da minha (Facção). E da minha do meu bairro que eu era, porque tipo, eu vou ver os menino morrendo, esses negócio e não vou ter mais paz para mim. Tipo se eu moro na mesma cidade que eu, que eu moro hoje em dia, eu tenho que, tipo, tenho que ir para outra cidade, outro Estado, para construir uma família (Cristiano Ronaldo; Entrevista 2).

A tensão não se reduzia apenas a guerra entre o CV e a OKD, ou contra a própria polícia, dentro dessas organizações, pelo seu modelo hierárquico - empresarial até - acontecem disputas internas entre os membros. Inveja, ‘olho gordo’, ou disputas de poder vão

permear as relações desses adolescentes e jovens dentro das facções, criando uma socialização violenta (Miranda; 2022), atravessada fortemente por uma masculinidade que performa o *Ethos Guerreiro* que Zaluar bem abordou (1999).

Cristiano Ronaldo: Eu acho que sim, viu? Porque tipo, o meu corre¹⁴ tava mais de bala e pegou e tipo continua aquele um negócio de inveja. Porque eu tô vendendo mais e ele tá vendendo menos, tipo, já tentaram me matar já por causa disso. P: Como foi essa situação? Me explica. Cristiano Ronaldo: Tipo, a pessoa tá no corre assim, tipo, quer apagar, tá ligado, para pegar aquele corre, tipo, eu tô vendendo a mais de bala, ele quer me apagar para ele ficar no corre. P: Mas ele não é do mesmo grupo? C: Maí isso aí que se chama judas. P: E tem isso dentro? Eu achei que era muito união que tinha. Cristiano Ronaldo: É, esse negócio não é facção? Ninguém tem amigo não nesse negócio não (Cristiano Ronaldo; 2).

O relato de Cristiano Ronaldo ganha ainda mais força quando ele menciona que passou a ser mais visado pelos outros membros da facção, em razão do cargo que ocupava: gerente, braço direito do chefe. Essa posição de destaque o tornava alvo de disputas internas e inveja. Nessa mesma linha, os relatos de Vini Jr. (Entrevista 2) ecoam a experiência de Cristiano Ronaldo: “Tem muita maldade, inveja, o povo tentando ferrar o cara.” Ao ser questionado sobre o motivo, Vini Jr. respondeu: “*Porque é uma inveja pelo que a pessoa é. Tipo, se a pessoa fazer muito dinheiro, o povo inveja logo, quer logo.*” Gabigol (Entrevista 2) reforça essas dinâmicas recorrentes, revelando uma constante desconfiança em relação aos próprios companheiros.

É, o cara tem que fazer o do cara e tá ligeiro¹⁵ na situação. Porque se, vamos supor, eu tô vendendo mais que a senhora, a senhora vai ficar invejando meu progresso, vai ficar querendo que eu dê uma mancada para poder cobrar uma pisa em mim. Aí a pessoa tem que tar ligeiro, 24 por 48. O cara tem que esperar a moscada¹⁶, mas não moscar, se a pessoa moscar, 3, 4, 5, 6 que não gosta do cara, vai ser os primeiros a moer para querer pegar a pessoa (Gabigol; Entrevista 2).

A relação dentro das facções não era pautada apenas pela inveja; havia um conjunto de regras internas que todos deviam seguir, com punições previstas para o descumprimento dessas normas e uma hierarquia bem definida, à qual os membros precisavam se submeter. Isso revela um modelo organizativo funcional, ainda que informal. Por exemplo, Gabigol (Entrevista 2) relata que, antes de qualquer acerto de contas, como a cobrança de uma dívida ou um conflito com outro membro, era necessário levar a questão ao “conselho” da facção,

¹⁴ Corre pode se referir tanto ao local de trabalho, quanto ao cargo ocupado.

¹⁵ Atento.

¹⁶ O erro.

que avaliava a situação e decidia qual seria a punição adequada: “Hoje em dia, antes de eu matar a pessoa, tem que chegar no presidente, tem que chegar no conselheiro, tem que chegar num moi de gente, homy, pra poder ver se vai derrubar o bicho, escutar o lado dele, escutar o lado da pessoa.” As sanções pelo descumprimento das regras incluíam as chamadas “mangueiradas”, prática cruel e degradante que deixava os adolescentes vulneráveis à violência física como forma de correção.

Que a minha mangueira que eu dava nos outros eu apanhei com ela. Porque o boy roubou minha pulseira, aí meu patrão mandou dar uma pisa de mangueira nele, como disse a senhora que não pode mais cobrar de barrote. Aí eu fui dar de barrote num boy que quebrou o braço do boy. Aí na facção lá de nois, se eu quebro o braço da senhora, meu braço é quebrado, se eu furar a senhora, eu sou furado, se eu der um tiro, eu levo um tiro. Aí pronto, o bicho queria quebrar meu braço, aí meu patrão moeu, moeu, moeu, aí 50 mangueirada, aí moeu, moeu, baixou para 30, moeu, moeu, baixou para 20. Aí levei as 20 (Cristiano Ronaldo; Entrevista 2).

Não ironicamente essa prática vai se denominar de disciplina “*a disciplina quando alguém tá roubando nas áreas de nós, (...) a gente vai e pega e cobra a disciplina lá e devolve as coisas. P: Como é a disciplina? É um tribunal? Pelé: Não, dava mangueirada, dava 10, 20 mangueirada, aí liberava*” (Pelé; Entrevista 2). Ela não era só cobrada entre os membros da mesma facção, mas também com os usuários, principalmente de Crack “*Mangueira, agora, mangueira de bujão. A primeira mancada que o cara que der, é 50, a segunda é 100, a terceira 150 e bota pra vazar do bairro. P: Tem alguém que levou mais? Gabigol: Mangueirada? Chegou um bicho que chegou a levar 250. Um noiado ai?*” (Gabigol; Entrevista 1); “*Tipo mais com relação com os noiado, tipo os noiados quer compra pedaço tipo, faz uma conta alta assim e não paga, aí a pessoa dá uma disciplina nele*” (Cristiano Ronaldo; Entrevista 2).

Outras regras perpassam a vida dos adolescentes e jovens que estão inseridos em uma facção, e as comunidades que estão sob o jugo delas. Uma relação ambivalente, entre a proteção e a punição. As regras mais citadas foram: “*Não posso fumar maconha na frente das crianças, não pode tar na boca de fumo mostrando a arma para quem tá passando. A arma tem que ta na cintura e por cima a roupa aqui ó*” (Gabigol; Entrevista 2); “*Tem, tem regra, não pode roubar na nas áreas e nem pode fumar em perto de criança*” (Cristiano Ronaldo; Entrevista 2); “*Não pode fumar na frente das crianças, não pode vender também na frente das crianças. Cobrar disciplina também, tem que ser longe no canto escuro para ninguém ver*” (Pelé; Entrevista 2); “*Não mexe com familia, não usa droga de frente à criança, não aceitar roubo*” (Vini Jr; Entrevista 2). As regras se assemelham nas duas facções, entretanto, segundo os entrevistados, o que os diferenciava do ‘inimigo’ era exatamente a fidelidade às regras,

apontando que os integrantes das outras facções não mostravam respeito a essas imposições “*P: O que acha que tem a tua de diferente das outras? (...) Vini Jr.: O respeito*”. (Vini Jr.; Entrevista 2).

Entretanto, eram essas facções que ajudavam aqueles que precisavam, aqueles que o Estado não alcançava. Por exemplo, Gabigol (Entrevista 2) contou que faziam festas na comunidade, mediante a pagamento e doação de alimento, para que o arrecadado fosse para os que precisavam:

A entrada era 10 reais e 1kg de alimento. Ai por evento o que, tinha uns 200 kg de alimento, 150 Kg de alimento. Ai nós fazia a festa na sexta, sábado e domingo. Como era na segunda, de 4 horas da tarde, eu distribuía os alimentos para os povo (Gabigol; Entrevista 2).

Cristiano Ronaldo (Entrevista 2) também relata o olhar para a necessidade da comunidade “*Tipo, gente que tá precisando, é, de comida, esse negócio, a gente vai, se junta assim, dá dinheiro, paga uma conta, é, faz uma feira assim, uma feira básica*”. Kaká (Entrevista 1) relata que além de comida, gás e feira, eles tentavam manter uma ética dentro da facção:

É, precisa porque também tinha gente, que tinha muito mulher assim que tinha muito filho dentro da comunidade, aí o dinheiro que pegava, antes de receber dinheiro, já tava devendo aos outros, aí era os cartão de crédito assim na mão dos outros. Quando recebia o dinheiro, os povo já pegava o dinheiro, aí ficava naquela situação. E chegava em nós querendo vender droga, aí nós também não deixava, porque se for presa e os pirai, como é que vai ficar? (Kaká; Entrevista 2).

A relação com a comunidade, com a quebrada, era contraditória. Ao mesmo tempo que ajudavam, faziam imposições de regras — como matar a pessoa que denunciou o tráfico — e sabiam do poder que tinham entre os moradores, como demonstra a fala de Kaká (Entrevista 2): “*Porque nós não quer que o morador tenha medo não. Nós ajuda os morador, mas só que querendo ou não, ele sabe o tanto que nós é violento, né? E tal. Qualquer coisa, morre e tal*”. Cristiano Ronaldo (Entrevista 2) complementa: “*Eu acho que a comunidade, tipo, tem um medo, né? Tipo, desse da gente assim que é envolvido, tipo, a gente toma as casa, fazer alguma coisa com a família*”.

Além disso, o vínculo com a comunidade simbolizava não só um local de pertencimento, mas também de proteção, já que, em troca das benesses que por vezes o tráfico promovia, os moradores escondiam e protegiam esses adolescentes. Essa proteção acontecia muitas vezes porque os moradores conheciam esses sujeitos desde crianças, acompanhando

suas trajetórias até a cooptação para o mercado ilegal: “*também quando os homi enquadrava nós, os povo dizia que era um menino tranquilo e tal. Os povo dizia*” (Pelé; Entrevista 2). Nesse sentido, Kaká (Entrevista 2) falou que, durante os plantões na comunidade, também eram ajudados: “*pastel, às vezes nós pedia uma moradora fazer cuscuz*”; Vini Jr. (Entrevista 2) relata a ajuda dos moradores durante operações policiais: “*Tipo, quando os homem vem e o cara corre, e aí tem para onde ir. Os moradores ajuda demais. Os moradores é tudo. Se não fosse os moradores, tinha nem como sobreviver homy*”.

Suas falas demonstram a forte influência que essas organizações têm em suas vidas, gerenciando todas as relações que os rodeiam. A literatura que abarca esses sujeitos já vinha apontando isso, mas suas falas confirmam que as práticas continuam, independentemente do espaço temporal analisado (Zaluar, 1999; Feffermann, 2006; Malvasi, 2012; Gomes; Conceição, 2021; Ramos; Alberto, 2019; Alberto; Costa, Orgs., 2021; Carvalho, 2020; Prado, 2022; Miranda, 2022; Almeida, 2023). Mais grave ainda é que esse aumento das facções, segundo o relatório *Redução de adolescentes em medidas socioeducativas no Brasil (2013-2021): Condicionantes e percepções* (2024), realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, tem relação com a diminuição de adolescentes institucionalizados. Ou seja, mais facções, menos institucionalizações.

Entretanto, essas facções não são as portadoras da paz e do abolicionismo, porque, contraditoriamente, o crescimento delas vem acompanhado também do aumento da mortalidade juvenil nas regiões em que atuam. Ainda segundo esses dados (CNJ, 2024), essas organizações criminosas estão ganhando cada vez mais espaço no Norte e Nordeste do Brasil, onde acabam gerando conflitos armados por disputas de territórios (principalmente com a nacionalização das duas principais facções, CV e PCC), aumentando a vulnerabilidade a riscos de morte. Por fim, o relatório supracitado também aponta uma triste correlação do aumento de homicídios por armas de fogo em estados como Sergipe, Piauí e o nosso, a Paraíba, com a diminuição da institucionalização desses sujeitos.

Ao que parece, seguem trabalhando intensamente os projetos de morte (Mbembe, 2018) que mediam o descarte dos corpos obsoletes para o capitalismo, já que, com a modernização das formas de trabalho e o desemprego mediando os baixos custos por essas atividades, “as grandes massas, outrora indispensáveis à produção de mercadorias, tornam-se descartáveis, supérfluas em relação ao modo de reprodução do sistema e da produção de riquezas” (Alencar, 2019). E mais uma vez, os descartáveis continuam sendo os mesmos que trouxemos pelos tempos como herança vil: os pretos, pobres e periféricos.

Esse sequestro das vidas desses adolescentes e jovens para o tráfico, através das facções, fez com que Cristiano Ronaldo, após a segunda entrevista, fizesse um paralelo interessante que descrevi em meu diário de campo de 14/01/2025: “*Hoje, após o microfone desligar, conversamos um pouco. Me fez uma analogia muito interessante, disse que estar na facção é o mesmo que estar no tráfico humano, você fica refém daquela vida, sem escolha*”. Essa analogia faz todo o sentido quando, a partir das falas dos entrevistados, se observa que eles não têm mais escolha sobre seu futuro, corpos e vidas. Esse adolescente e/ou jovem se torna mero objeto de manipulação para uso nessa guerra (Miranda, 2022).

Esses adolescentes e jovens deveriam ser protegidos dessas organizações, procurando ações efetivas que os afastem da vinculação a esses grupos. Isso perpassa combater a “abissal desigualdade socioeconômica, que deixa os indivíduos cativos na base da pirâmide social, sujeitos a todo tipo de violência estatal e com um futuro que, quando muito, reserva postos de trabalho precários e degradantes” (Miranda, 2022, p. 152), sobrando os trabalhos ilegais como saída para o processo de exclusão econômico-social. O Estado, ao não cumprir sua tarefa na promoção dos direitos, fortalece os vínculos comunitários, territoriais e de pertencimento desses sujeitos com essas facções, como uma resposta violenta ao modelo capitalista neoliberal de sociedade, que perpetua sua gestão da miséria (Wacquant, 2003; Miranda; Paiva, 2023) através da penalização, ao se envolverem com atos tipificados como infracionais. Em consequência disso, a eles não são atribuídas medidas protetivas — como se espera nos ideais de proteção da criança e do adolescente — mas sim aquelas de privação de liberdade, levando a “camisa” e o método organizativo da facção para dentro dos muros socioeducativos.

A medida socioeducativa de internação

As medidas socioeducativas se apresentam como uma das consequências não só do trabalho infantil, mas também do histórico de exclusão social que esses adolescentes e jovens passaram em suas vidas. Ademais, seu envolvimento nas suas respectivas facções facilitou sua entrada no sistema socioeducativo. Dentro das unidades e no olhar da sociedade, ao serem carimbados a esses grupos seu estigma de periculosidade aumenta, estigma que acaba sendo reproduzido também pelos trabalhadores das unidades socioeducativas (Misse; 2019; Carvalho; 2020).

As facções, da mesma forma que gerenciava a vida desses sujeitos fora da socioeducação, acabam tomando espaço também dentro dela (Miranda; 2022). As unidades não se tornam mais um espaço de responsabilização, de reparação de danos e

“ressocialização” (ECA; 1990) desses adolescentes e jovens, pelo contrário, reforça ainda mais a disciplinarização dos seus corpos.

Entre as formas de reprodução da realidade extramuros, que a instituição parece não ter nenhum controle, existem as regras de convivência interna que devem ser respeitadas. Desde a entrada na unidade, ao momento das visitas e convivência, todos os momentos são atravessados por alguma regra ditada entre eles. Gabigol (Entrevista 3) aponta que existe um tempo concedido para a adaptação do novo chegado, tendo um prazo para a internalização das regras antes de começar a ser “cobrado” *“Sempre os boy do bloco dá ideia, aí o bicho tem que ter um prazo de 2 semanas para pegar a visão da cadeia. Depois de 2 semanas ele já é cobrado do que ele fazer de errado”*. As regras eram as mais diversas, como palavras proibidas, atitudes censuradas e subjetividades mutiladas.

Os dias de visita criavam uma dinâmica diferente no dia a dia da unidade, o que também impõe regras diferentes na unidade. Por exemplo, durante o dia a dia, nas atividades ou atendimentos, eles usam a farda da escola estadual ou a camisa branca cedida pela FUNDAC - usadas também durante as entrevistas. Já nos dias de visita o código de vestimenta mudava, se tornando mais rígido, com um certo pudorismo em relação as familiares que vinham visitar *“P: E tem alguma regra pro dia de visitas? Pelé: Duas camisas. P: Duas camisas? Por que duas camisas? Pelé: Por que é transparente essa camisa. (...) P: Mas, e daí que é transparente a camisa? Pelé: É que eu sei não. É regra”* (Pelé; Entrevista 3). A fala de Pelé demonstra a aceitação irrestrita às regras, sem se questionar o porquê da motivação por trás. Mas é Gabigol (Entrevista 3) que explica melhor:

A pessoa não pode ir com uma camisa dessa só, que é transparente, entende? Se suar um pouquinho, dá para mostrar parte do peito, dá para mostrar os bicos do peito. Tem que ir de duas camisas e tal. Se for só com uma camisa, cobrado também (Gabigol; Entrevista 3).

Ao ser questionado do motivo da existência da regra, fica explícito o respeito familiar, e implícito a reprodução de ideias machistas, com aparência de proteção, ao não deixar brecha para que suas mulheres, ou familiares do sexo feminino, sejam ‘expostas’ a outros homens *“Vem a mulher, vem o amor de várias pessoas, vem mãe, vem irmã, vem vó. Aí não é obrigado, né, tá vendo outro ladrão assim. O cara tem que respeitar os familiares do outro, se desrespeitar é aquilo lá”* (Gabigol; Entrevista 3). Essas regras eram impostas principalmente no CSE, onde havia mais adolescentes institucionalizados. No CEJ essa regras das camisas não alcançava, não só porque os jovens não comentaram nas entrevistas, como também tive a oportunidade de acompanhar um dia de visitas e todos estavam apenas com uma camisa.

Porém, existia uma que era comum entre as duas unidades, não poder fazer contato visual com a visita do outro adolescente e/ou jovem “*Chegou lá, um fica de costas para a visita do outro, pra não tá olhando*” (Gabigol; Entrevista 3), “*Não pode olhar uma para a sagrada do outro*” (Pelé; Entrevista 3).

Nesse sentido, uma das regras que percebi foi a contínua reprodução de signos de uma masculinidade fragilizada, maquiada de respeito, que foi a obrigatoriedade de estar com uma camisa na presença de qualquer mulher, independentemente se na ‘rua’ eles não sentissem problema de sair sem ela (Campos; 2019; Prado; 2019; Costa; 2019). Tanto no CEJ, quanto no CSE, ao visitar os quartos tive que esperar que o agente entrasse primeiro e avisasse que uma mulher ia entrar, e esperavam até que todos estivessem cobertos para liberar a entrada nas alas. Esse registro não pude captar nas entrevistas, mas consegui no Diário de Campo (28/11/2024) da primeira visita ao CEJ, onde visitei toda a unidade junto a diretora, e escrevi “*Conheci os quartos. Antes de entrar na ala, um agente foi na frente e eu quis segui-lo, mas ela me segurou pelo braço e riu, dizendo que esperasse que eles botassem as camisas, já que não poderiam ficar sem elas na frente de mulheres*”.

Na terceira e última entrevista com Gabigol, um dos maiores informantes dessa pesquisa, que me detalhou todas as regras, outra que me chamou bastante atenção. Essa regra era a de proibição do uso de certas palavras, como as palavras *nasceu*, *grávida* ou qualquer nome que remetesse a animais com *chifre*.

O cara chega, não pode falar *nasceu*. Falar *nascer* é cacheada, falar *grávida* é cacheada. Tem que falar tudo zero malícia pra pessoa, se não falar zero malícia... Ursô, boi, vaca, cabra, carneiro, qualquer parada que tenha chifre, tem que falar zero malícia (...) Eu digo assim a senhora e tal, dizer, oxe, vamos supor “a senhora parece uma cabra e tal.” Cabra tem chifre, que a senhora é corna e tal, entendeu? Nesse tipo, nessa malícia os cara leva.

A presença também de gírias próprias do ambiente socioeducativo me levou em muitos momentos a interpelá-lo a me explicar o que significava “*Aí isso é cacheada, cacheada é mancada, entendeu?*” (Gabigol; Entrevista 3). Se acontecer de algum dos adolescentes chegar a falar essas palavras no momento errado, seria cobrado “*Vamos supor, o bicho ‘não sei o que, não sei o que, parceiro. Fui matar o bicho aí e ele levei um boi do caralho’, o cara ‘cacheou, seu mizera, vai dizer isso, é parceiro*” (Gabigol; Entrevista 3).

O dia de visita é sagrado para os adolescentes, e qualquer intercorrência nesses momentos levaria também a uma cobrança posteriormente “*não pode também tá gritando ‘miserá’ essas ideias e tal, não pode tar falando de coisas maliciosas, você for falar, o cara fala baixo. Se for para rolar qualquer cobrança no dia da visita, só pode cobrar depois da*

visita, e tal" (Gabigol; Entrevista 3); Vini Jr. (Entrevista 3) relata a mesma coisa no CEJ, que não pode acontecer tensões durante a visita, onde ele mesmo já foi cobrado por isso "Porque teve um bolo lá, eu fui e joguei no lixo, encabulado, o bolo da visita. Aí os boy queria cobrar, eu disse: "Oxe, vai cobrar nada aqui não". Aí ficaram com raiva, que eu deixei cobrar".

A visita é o momento sacro onde os adolescentes e jovens conseguem ter contato com o mundo externo, com seus laços de afetos e as notícias de fora, tendo grande impacto no comportamento dentro das unidades e na saúde mental destes (Malvasi; 2012; Carvalho; 2020; Ramos; Alberto; 2023). Mas alguns, não tinham visitas, devido a distância ou a questão socioeconômica das famílias, como Endrick (Entrevista 3) "*P: E tu ainda tá sem visita? Endrick: Tá. 7 meses já sem visita*", porque o pai e a irmã não tinham dinheiro para vir de Itambé até João Pessoa. Sabe-se que a presença das famílias no processo socioeducativo é essencial, entretanto, as mesmas desigualdades que levaram ao aprisionamento do adolescente são as mesmas que não vão permitir a presença desse elo tão fundamental nos dias de visita (Sawaia; 1999; Malvasi; 2011; Azevedo; Amorim; Alberto; 2017).

A socialização dentro das unidades, para além das regras, se faz através da violência, trazendo para dentro dos muros socioeducativos as mesmas dinâmicas da rua, onde ninguém era amigo de ninguém "*Acho que é mais negócio tipo assim, um querendo desmerecer a linha do outro, não sei o quê. Aí sempre não tinha umas intriga assim*" (Cristiano Ronaldo; Entrevista 2); Kaká (Entrevista 3) deixa mais nítido como essas relações se entrelaçam com o lado de fora, quando foi defender Yamal na época que ainda estava no CSE, que era 'oprimido' pelos adolescentes do quarto do outro lado da ala, e teve que ter a autorização externa para lidar com a situação.

Nós começou a debater lá com esse boy, homy. Aí eu disse: "Oxe, eu vou esticar a linha lá para o mundão". Aí ele disse: "Oxe, a tua linha nós tora no dente". Eu disse: "É, apoi tá certo. Fique tranquilo". Aí eu fui e estiquei a linha lá para fora. Aí veio, eu disse que podia pegar e dale espetada, que não ia dar em nada não (Kaká; Entrevista 3).

Kaká continua seu relato sobre Yamal, descrevendo todo tipo de violência contra ele, dos materiais, as psicológicas e físicas:

Oxê, ele apanha que só, os boy dá nele que só o carai, homy. Os negócio vem para ele da visita, os boy toma (...) Oxe, não, até a televisão sabe, que os boy pegava a televisão dele assim, ficava pegando assim e soltando no chão, *bum* (...) O conversor dele assim, pegava e abria assim no meio, ó, que nem isso aqui, pegava assim abria, ele começava a chorar. Pedindo por favor, os boy não fazer isso (Kaká; Entrevista 3)

As sequelas dessas violências (Marx; 2013; Fanon; 2022) permaneceram e transparecem no corpo de Yamal, que como relatado no meu Diário de Campo, ele foi o adolescente com o olhar mais triste que já havia visto em minha vida. Além disso, como efeito do encarceramento e das relações dentro da unidade, ele cortou seu braço com a sigla CV “*P: Por que o comando vermelho é tão importante a ponto de tu desenhar ele no teu braço? Yamal: Eu desenhei porque eu quis né? Peguei um negócio, fazer um CV com isso aqui, peguei fui, fiz aqui, ó*” (Yamal; Entrevista 3). Nesse momento ele me mostrou como fez o primeiro risco, e com olhar atento, questionei:

P: Então o primeiro traço quando tu fez não foi pensando em fazer CV, depois veio a ideia de fazer o CV. Yamal: Foi. P: Então tu começou a se machucar por quê? Yamal: Porque eu quis né, fui aqui, ai eu... (*pausa mostrando o primeiro corte que fez e se mostrando arrependido*) fazer um CV homi, pera aí.

Yamal admitiu que a ideia inicial não era escrever a sigla, mas como se cortar era sinal de fraqueza entre os adolescentes, o levou a dar um outro sentido a aquela dor perante os outros. Os adolescentes tinham visão negativa das questões de saúde mental, o que poderia ter sido uma das motivações para que ele escondesse o verdadeiro significado por trás dos cortes, como pode demonstrar a fala de Gabigol (Entrevista 3) “*Tem uns que é meio doido do juízo. Toma remédio para dormir*” e de Endrick (Entrevista 3), que também denuncia a medicalização da vida desses sujeitos “*P: Tu toma remédio que é para dormir, para depressão, essas coisas? Endrick: Não, eu não tenho isso não. (...) Os boy lá, a maioria. Dos boy quem não toma remédio é eu. Tudin toma*”. Na minha pesquisa de conclusão de curso já identificava esses processos de medicalização, porém, durante as entrevistas para esta dissertação, o cenário me pareceu bem pior, quando quase todos, até Gabigol que tinha um olhar mais preconceituoso, relataram ansiedade e problemas para dormir, e fazendo uso de medicamento tarjados para isso (Ramos; Alberto; 2023).

Outras violências surgiram nos relatos dos adolescentes, como aquelas praticadas pelos agentes socioeducativos, nos chamados *procedimentos*. Os procedimentos eram momentos em que os agentes entravam nas alas e faziam a revista, seja de rotina a procura de qualquer material incriminatório, seja como resposta a situações de tensão, a exemplo de brigas e ‘bateção’ de grade. Os adolescentes e jovens relataram diversos abusos, que contrariam totalmente não só o ECA (1990), mas os critérios estabelecidos pelo SINASE (2012) para o atendimento socioeducativo. “*P: E o procedimento é o quê? Cristiano Ronaldo: Gás e spray de pimenta*” (Cristiano Ronaldo; Entrevista 3). Já Kaká (Entrevista 3) ao contar

sobre os procedimentos que tinha levado quando ainda estava no CSE, relatou também o uso de algemas “*Kaká: É nada. Oxe, os bichos algemam o cara, e tome gás. P: Eles algemam vocês para dar gás? Kaká: É, não tem nem como o cara proteger a cara da pessoa*”.

Além desses absurdos já relatados, existiam violações estruturais nas unidades. Como a falta de uma alimentação adequada, estrutura socioeducativa precária, acesso a saúde que perpassa o constrangimento, poucas horas de aulas e cursos profissionalizantes limitados. Realidade que a literatura e levantamentos como os do CNJ (2019; 2024) já vinham apontando.

Em relação à alimentação, emergiu as seguintes falas na terceira entrevista realizada com eles: que a “*Comida é ruim. (...) , tem umas que é menos sal, tem uma que eu e o pessoal tá comendo já faz 4 meses, que eu tô comendo essa comida e era a mesma coisa, já tô enjoando já*” (Cristiano Ronaldo); Gabigol por sua vez, descreve como era variedade da comida:

Aqui só rolou massa no Natal, com uma carne na nata aí, um arroz refogado e tal. Só porque era natal mesmo (...) O hambúrguer é só o pão, alface, tomate e um hambúrguer. Não tem um queijo, não tem um salame pelo menos. Todo domingo é hambúrguer (...) uma carne cozinhada, que já vem fria, fica com as gorduras tudo grudado, como carne de feijão. Eu nem como. Nós chama de carne de rato ou carne de cachorro. Não tem como não (Gabigol; Entrevista 3).

Já Kaká relata o sabor distinto que tinham as comidas distribuídas pela empresa terceirizada que presta serviço a FUNDAC:

Oxe, é ruim demais homy. Eu nem almoço a maioria das vezes. (...) Que é rim, homy. O feijão é um gosto estranho do caramba. (...) Não, azedo não. É porque é um gosto estranho, sei lá, que gosto estranho do carai. Tem vez que o feijão tá com gosto de milho. P: E não tem nenhuma comida de milho? Kaká: Não tem não, fico sem entender, ó. (...) O arroz tem vez que vem insosso que só o carai. A maioria das vezes, mas tem vez que parece que bota 1 kg de sal, homy. P: Vixe Maria, e a saúde de vocês vai para o lixo, né? Kaká: É ou não? Aí macarrão insosso, aí vem a carne, a carne cozinhada, oxe, é um gosto estranho do caramba (Kaká; Entrevista 3).

Pelé (Entrevista 3) por outro lado é mais direto, afirmando que sim, a comida vinha “*Fria, estragada. (...) A carne também vem estragada. A carne de ontem mesmo. Só não veio estragada porque não sei não. Mas a carne que vem ontem, vem direto estragada*”. Os outros entrevistados também deram descrições parecidas, aparecendo a palavra “ruim” em unanimidade para se referir a alimentação ofertada pela FUNDAC.

As estruturas parecem as mesmas que foram levantadas durante meu trabalho de conclusão de curso (Ramos; Alberto; 2023), em 2021, que já se assemelhava a aquelas que o

CNJ levantou em 2019: insalubres, com características semelhantes a prisão e locais degradantes para saúde e moral dos adolescente e jovens.

Os colchões tava... Eles guardam dentro de um uma sala, uma cheia de colchão aí. Tipo, ai entra esses coisas aí, gato, e é timbu, rato, esses negócio. E quando chega a gente pega aqueles colchões para dormir, né? Aí me deu um mói de alergia esse negócio (...) Não, eu já pipoquei as minhas costas todinhas (Cristiano Ronaldo; Entrevista 3).

O atendimento em saúde mais especializado é realizado fora da instituição, que por mais que retire o adolescente e/ou jovem da instituição para os cuidados necessários, os colocam em situações vexatórias.

P: Como é chegar no ambiente, que vai de escolta, né? Endrick: Vai, vai no do GAR. P: O famoso GAR. Ai vai de escolta até lá? Endrick: É, e vai policial. P: As pessoas olham? Endrick: Fica, o cara algemado. P: Como tu se sentiu? Endrick: Normal. (...) Ligo não. Fica tudo olhando. (...) Boto cara feia e saio (Endrick; Entrevista 3).

P: Então, quando chega tu assim com os policiais, o que acontece na clínica assim, a galera olha? Vini Jr.: A galera fica olhando, não tira o olho, aí viaja nisso (...) É, não pode tirar algema não. P: Durante toda a consulta? Vini Jr.: É, aí só se a médica pedir, o médico, aí eles os policiais rodeiam todinho a pessoa, é porque é GAR, é pior que polícia militar (Vini Jr.; Entrevista 3)

Além disso, existe o controle dos horários para tudo, inclusive para a higienização, como aponta Endrick ao comparar o CEJ, onde está atualmente, com o CSE:

Endrick: Porque é chuveiro 24 horas no banheiro, quando o cara quiser. Direto o banho ligado, banho aqui não. P: Não é não? Tem hora para tomar banho? Endrick: É P: Que horas é a hora de tomar banho? Endrick: De manhã. O que, umas 7 hora para 8 hora. De meio-dia tem vez que nem liga. De noite, de 7 horas.

Já Gabigol mostra mais gritantemente como funciona o controle de horários quando foi perguntado da sua rotina, mostrando que as unidades socioeducativas são instituições estrategicamente pensadas para controle e disciplina dos corpos, nos moldes que Foucault (1999) aborda em ‘Vigiar e Punir’.

A pessoa, de manhã logo cedo, quando tá tendo escola, 7 horas da manhã abre a tranca, aí todo mundo toma banho e se arruma, a de 7:20, 7:30 a gente vai para escola. Aí na escola é seis aula. Quando é 11:30 acaba, aí de 11:30, de vez em quando, nós vai diretamente pro refeitório para almoçar e volta pra a cela de novo. De vez em quando vai da escola para a cela. Aí lá paga o almoço pra gente, tem um prazo de 11 horas até 1 hora no máximo. Mas ele não chega de uma hora não, chega antes do almoço. Depois que almoça, aí assiste o jornal, fica assistindo o jornal, depois num tempinho dá um soninho, dorme, acorda 2 horas. Passa umas novela, passa o filme da tarde, assiste. Fica brincando lá, faz artesanato, fica tirando brincadeira um com o outro. Quando é 5 horas, bate a tranca, 4:20, 4:40 bate a tranca, aí fica todo mundo no seu quarto, aí fica ninguém no convívio. Aí, quando é de noite, fica lá, todo mundo também assiste, só assistindo e conversando baixinho, não pode aglomerar. Aí pronto, de boa, no dia de manhã na mesma rotina, assim vai. E de tarde tem um banho de sol. Como nós estuda de manhã, tem um banho de sol

de tarde. Já como não tá tendo escola, o banho de sol de nos é de manhã (Gabigol; Entrevista 3).

Na fala de Gabigol, além dos horários e regras explicitamente expostas, aparece o linguajar de prisão, expressões como “tranca” “cela” “pagar” “banho de sol” que denunciam suas visões sobre as unidades, comparando-as a penitenciárias. Os banhos de sol, segundo os relatos, duram no máximo uma hora, tempo em que eles aproveitam para jogar futebol, conversar e circular pelo ambiente.

A estrutura era tida como ruim para os participantes, e Kaká descreve como é a situação do seu quarto no CEJ:

Porque a pessoa já tá aqui dentro, né? Já é sujo e tal, aí a pessoa quer ver os negócios organizados, né? (...) P: O que é sujo lá dentro? K: Oxe, tudo, as paredes. O banheiro, banheiro, é paia demais. P: E como vocês usam banheiro, com todo respeito, para fazer o número dois? K: Eu fico acocorado, de coca (risos) (...) A luz a gente que tem, ó. A gente bota a extensão e bota a luz e acende, porque essa ala aí não tem nenhuma luz, ó. Parece uma caverna dos flistons, homy (...) Na ideia homy. Os agentes chegam lá e diz “que escuridão do carai”, é só entra com lanterna lá, os agentes. Quando a gente apagar a luz que desliga a televisão, oxi, parece uma caverna, ó (...) Muriçoca é mato (Kaká; Entrevista 3).

Diante de todo esse percurso criminalizador, até o cumprimento de uma medida socioeducativa, as suas vidas vão sendo esfaceladas privando-os de sonhar com qualquer tipo de construção de futuro, de sonhos. Quando perguntados como se viam daqui a alguns anos, as respostas impressionaram, porque o futuro parecia incerto (Silva; Alberto; Costa, 2022), não por não saber que caminho seguir, mas por não saber se estará vivo.

P: E quais são teus planos? Tipo, o Endrick. Daqui a 5 anos, como tu se vê? Endrick: E que eu não sei, se eu tiver vivo daqui pra lá P: Por que tu pensa assim? Endrick: Muito inimigo, né? P: Isso te atrapalha de pensar que pode não tá vivo daqui a 5 anos? Endrick: A maioria pensa né (Silêncio) (Endrick; Entrevista 3).

Vou ficar de boa, isso não tem futuro e tal. Tenho três pirrai pra criar agora. Aí eu vou trabalhar com o padre lá na na ideia dele lá, no depósito dele e ficar sossegado. Da casa pra o trabalho. Não posso estar andando mais por aí de bobeira. Não posso tar em bobeira boca de fumo. Não posso tar bobeira, senão os bichos pega o cara na covardia e mata o cara. Né só os boy não, é a polícia (Gabigol; Entrevista 3).

P: Quando sai daqui, quais teus próximos sonhos e planos? Pelé: Não sei não (risos) Não sei se eu vou sair dessa vida, não sei se eu vou ficar ainda. Só sei só quando eu sair lá fora. P: Por que? Só sabe quando sair Pelé: Por que? Depende, né? Lá fora como tá, não sei, como vai ser depois quando eu sair daqui. Se eu vou arrumar emprego, não sei se vou voltar a vender droga. P: Mas qual é a tua vontade? Pelé: É, sair e construir outra família (Pelé; Entrevista 3).

Não era só a incerteza se estaria vivo ou não que influenciavam no planejamento de futuro, já que pensavam em formas de sair ‘dessa vida’ e não necessariamente em seus sonhos e vontades próprias. Vygotsky (2007) enfatiza que os projetos de vida não são construídos de forma isolada, mas por meio da mediação com instrumentos culturais (linguagem, senso

comum, normas) e da interação com outros, como na família, escola, grupos culturais e comunidade. E se as metas e sonhos pessoais são internalizados a partir de significados sociais (Vygotsky; 2007), como a centralidade do trabalho para a saída do ‘crime’, quando toca adolescentes e jovens em medidas socioeducativas esses significados ficam mais fortes. Para ser aceito socialmente, constroem caminhos que são vistos como positivos aceitáveis socialmente “*É construir uma família, meu trabalho, a minha moto, minha casa. É também ter uma filha, né?*” (Cristiano Ronaldo; Entrevista 3); “*Aí eu vou trabalhar com o padre lá na na ideia dele lá, no depósito dele e ficar sossegado. Da casa pra o trabalho*” (Gabigol; Entrevista 3); e até mesmo Yamal (Entrevista 3), com 14 anos, internalizou o mesmo discurso “*Quais são teus planos e teus sonhos pro futuro? Vou estudar, né? Arrumar um trabalho e sair dessa vida*”.

Mas esses adolescentes e jovens não passam simplesmente pela vida, sempre e constantemente estão resistindo às formas de opressão e morte que são colocadas sobre eles. O rebelar-se, ou a teimosia de manter-se vivo contra todas as estatísticas que apontam o contrário, é uma das tantas formas que esses sujeitos têm de se fazer humanos nessas realidades. Nesse sentido, a próxima seção será dedicada a ilustrar como se dão esses processos de resistência, em três categorias que emergiram, que são as estratégias subjetivas, coletivas e afetivas, para tentar abranger as particularidades de cada uma.

5.3 FORMAS DE RESISTÊNCIA

“*Nem sei como to aqui, maldição ou benção (...) Combinaram de nos matar; combinamos de ficar vivo*”.
(Voz - Dougnow e Djonga, 2019).

Por fim, a classe temática Formas de Resistência, a partir dos entendimentos de Marx e Engels (1999) e de também a luz de Fanon (2022), pelo que foi mais trazido pelos adolescentes e jovens, puderam emergir outras três categorias: As subjetivas, onde pode aparecer o silenciamento da dor, a fuga pela medicação ou até mesmo a ressignificação da realidade; as estratégias coletivas, onde existe o apoio mútuo dos sujeitos institucionalizados a situação de privação de liberdade, mas emerge também durante a convivência comunitária em seus territórios; e por fim, as resistências afetivas, que dizem muito respeito a relação familiar e/ou com suas companheiras, sendo ponto importante para a impulsionar ‘sair dessa vida’.

Dentre as falas dos entrevistados, muitas vezes essas resistências vão aparecer em uma dicotomia, do que é esperado socialmente, e do que está à margem do senso comum da sociabilidade burguesa. Desta forma, é imperativo apontar que sempre a “defesa do

dominado, do oprimido, do discriminado é ambígua. Aquele que não pode atacar frontalmente procura formas simbólicas ou alternativas para oferecer resistência a essas forças mais poderosas” (Moura; 2023, p.62).

Estratégias subjetivas de resistência

Antes da privação de liberdade, frente às diversas adversidades que encontraram em suas trajetórias, emergiram diversas estratégias subjetivas de resistência, que variavam entre a resignação e o envolvimento em práticas consideradas ilegais. Para esses jovens, tais estratégias se configuraram como formas de sobrevivência. A resignação diante das condições materiais e simbólicas de vida apareceram de forma recorrente em suas falas, expressando-se não como mera aceitação passiva, mas como uma resistência silenciosa, um modo de não sucumbir completamente às ausências e privações vividas (Ary; Troccoli; 2022).

Embora, à primeira vista, a resignação não pareça constituir uma forma de resistência, ela se manifesta, paradoxalmente, como um modo de resistência subjetiva à desintegração do eu. É nesse sentido que a fala de Endrick (Entrevista 3) expressa:

P: Mas depois de ter passado por tudo isso, não foi fácil, foi? Chegar até aqui?
Endrick: Foi nada, foi tudo difícil. P: Foi tudo difícil, mas tu ainda tá aqui vivo na minha frente falando comigo. O que tu fez para aguentar tudo isso? Endrick:
(Silêncio) Tá, é o jeito, né? (Endrick; Entrevista 3).

Frente a essa resposta quase que evasiva, insisti em perguntar como ele fazia no dia a dia, e a diversão e o envolvimento apareceram como respostas: “*Ligava não, saía... chamava os boy, tem vez que era para roubar, parceiro chegava na minha para matar, eu ia, aí dava errado. Voltava, baratinava*” P: *O que é baratinar?* (...) Endrick: *Chama as meninas, os boys, aí nos vai baratinar*” (Endrick; Entrevista 3); Pelé (Entrevista 3) segue nesse sentido, trazendo outros traumas para equação “*Eu entrei no crime porque falta de dinheiro também, tava faltando e tal, as coisas para dentro de casa. Aí foi por isso que eu entrei também. Aí os homi perguntavam e eu dizia: “oxe, entrei porque eu perdi minha mãe e revolta”*”. Esses relatos corroboram com as análises que indicam o envolvimento com práticas criminais como uma das poucas alternativas de sobrevivência e resistência à necropolítica que atravessa os corpos e vidas desses jovens periféricos (Goés et al., 2021; Miranda; 2022; Miranda; Paiva; 2023), como a vida de Endrick, que desde cedo foi inserido no trabalho, até mesmo na exploração da cana de açúcar, não tem fundamental completo e seu território não projeta nenhuma mudança de vida concreta. O envolvimento aparece, então, como um dos poucos

recursos disponíveis para resistência e afirmação de sua existência em um contexto de múltiplas violências e negligências estatais

Além disso, nas falas de Kaká (Entrevista 2; 3), surgem estratégias subjetivas associadas ao uso de substâncias psicoativas como forma de anestesiar o sofrimento e lidar com o medo da morte, bem como com as preocupações familiares “Eu não vou mentir, eu já roubei celular assim, mas para dar para eles, homy. E minha irmã não tinha condição de comprar” (Entrevista 2) e:

Se a pessoa for agir emoção, dá errado, por isso que eu tomava muito remédio e eu usava muita maconha, pra raciocinar as coisas. (...) Minha família, eu também ficava preocupado com meu irmão também, porque meu irmão é é doido, endoideado aquela porra. E ele, ele gosta de trabalhar porque ele tem profissão, não tem? Ele é gafeador. Aí ele era envolvido, mas gostava de trabalhar. Aí ele saía todo dia de moto para trabalhar, eu ficava nervoso, oxe tá doido (...) Eu não vou mentir, eu já roubei celular assim, mas para dar para eles, homy. E minha irmã não tinha condição de comprar (Entrevista 3).

Essas práticas, embora frequentemente associadas ao risco e à vulnerabilidade, podem ser lidas também como tentativas de manutenção psíquica e resistência subjetiva frente à violência cotidiana e às obrigações impostas pelas responsabilidades familiares precoces (Machado; Cruz.; 2021).

O lúdico também apareceu como manifestação dessa subjetividade em luta, onde ao mesmo tempo que as condições objetivas de vida empurravam para uma adultização precoce, as brincadeiras se tornavam essa ponte para preservar seu ‘eu’.

É, porque lá no Mutirão, isso aí já é de geração em geração das antigas. Lá tem tempo de tudo, tem tempo de pipa, tem tempo de bola de fundo, tem tempo de peão. Até hoje tem, homy. Até hoje quando eu tava envolvido que dava tempo de pipa, eu comprava uma linha, uma pipa e ficava no meio da favela, soltando pipa (Kaká; Entrevista 1).

Resistir ao processo de adultização precoce é uma das formas de microrresistência que atravessam as juventudes periféricas, conforme apontam Machado e Cruz (2021), ao descreverem como o biopoder transforma a infância em uma etapa abreviada, marcada pela imposição de responsabilidades, violências e pela negação do direito ao brincar. Mesmo com a inserção precoce no mundo do “envolvimento”, há espaço para afirmar a permanência do “eu infantil” frente à necropolítica cotidiana, criando sociabilidades baseadas no prazer e no lúdico, e não apenas na sobrevivência. Tais práticas, embora simples e aparentemente inofensivas, configuram-se como microrresistência importantes, que não necessariamente se organizam de modo político tradicional, mas que afirmam outros modos de vida.

Já no interior das unidades socioeducativas, essas estratégias subjetivas continuam a se manifestar. A projeção de um futuro alternativo, distante do envolvimento criminal, se apresenta como forma de resistência simbólica e subjetiva (Cruz *et al.*; 2021), mesmo que marcada pela ambivalência da iminente morte em outros momentos de seus relatos. Entretanto, no sentido de projeção, expressa Cristiano Ronaldo (Entrevista 3):

Deixo pra traz e deixo... penso em viver outra vida. Tipo, esqueci aquela vida que eu já vivi e tentar reviver outra vida, criar, tipo, esquecer, pensar outras coisas, outras paradas para esquecer aquilo que eu já tive (...) Acho que ir embora daqui e ir para outro canto. Ir pra Curitiba atrás de trabalho.

Entre outras formas estratégias de suportar a privação de liberdade, a produção de artesanato dentro das unidades surge como uma saída, porém uma saída ambivalente: por um lado, constitui um recurso para o enfrentamento do tempo e da ociosidade, atuando como uma forma de resistência ao tédio e à angústia; por outro, é percebida como um aprendizado sem projeção para o futuro, sendo mais um dispositivo institucional de controle do tempo do que de emancipação (Bayer; 2022). Endrick (Entrevista 3) ilustra essa dimensão em sua fala, ao se concentrar na produção para aliviar a preocupação com a família: “*Tem vez que eu fico pensando para Deus ajudar meu irmão de todos os inimigos, minha família todinha. Aí depois vou fazer Arté*¹⁷. *Aí o cara, o castelo*¹⁸ *já vai saindo da mente do cara*”; da mesma forma Yamal (Entrevista 3) expressa “*P: Tu disse que faz artesanato pra não ficar pensando, não cansa de fazer artesanato? Yamal: É bom que passa o tempo*”.

O ócio, apontado como uma das principais queixas da vivência socioeducativa, se configura como uma experiência que afeta diretamente a saúde mental, constituindo uma das maiores batalhas diárias dentro dessas instituições (Hashizume; Pedrosa; 2023). Vini Jr. (Entrevista 3) sintetiza essa dinâmica: “*Rapaz, é que o cara escuta uma musiquinha, tem um cigarro, um artesanato, aí ainda passa o tempo, mas fora isso*”.

Embora a literatura sobre o tema ainda seja incipiente em abordar diretamente as resistências subjetivas de adolescentes e jovens no sistema socioeducativo, os dados analisados revelam que tais resistências se expressam de maneira complexa e muitas vezes silenciosa. Quando interpelados sobre seus modos de sobreviver às adversidades da vida e do processo socioeducativo, os jovens raramente nomeiam suas práticas como resistência, associando-as, antes, à necessidade de permanecer vivos em contextos de permanente ameaça (Silva; Diogo; 2023; Santos; 2025). O que emerge majoritariamente nas resistências subjetivas dos entrevistados perpassa o processo de “mortificação do eu” (Goffman, 1961), que implica

¹⁷ Diminutivo para Artesanato.

¹⁸ Gíria que relaciona pensamento com preocupação.

uma tentativa de adaptação às normas institucionais, mas também uma forma de resistência ao sofrimento imposto pelas instituições socioeducativas (Ramos; Alberto; 2023; Santos; Peralta; 2021).

Entretanto, são as estratégias coletivas que se fazem mais presentes nas falas desses sujeitos, mostrando que a coletividade ainda é a maior arma que se tem quando as violações são compartilhadas, mesmo que o impacto não seja capaz de produzir mudanças estruturais (Mendes; 2022).

Resistências Coletivas

*“Uma porção de dedo pra nós, ó
Medo pra nós, ó, arma pra nós, ó
Até se tá com nós, tá apontada pra nós, ó
Cá entre nós, ó
Como é que desata esses nós?”
(Nós - Djonga, 2021)*

Essas estratégias coletivas materializam-se na ação conjunta desses sujeitos que, diante de opressões, violências ou desigualdades, criam estratégias para enfrentar, subverter ou transformar tais condições. Na rua, faziam o papel do Estado para os seus, dentro das unidades, uma rede de apoio invisível, até para eles mesmos. E por mais que existisse rixas e conflitos entre eles, era a convivência coletiva, com os pares, que fazia a privação ser menos ‘venenosa’, como demonstram as falas de Cristiano Ronaldo (Entrevista 3) quando perguntado como era o CEA “*Eu tinha que aguentar, era veneno*” e Gabigol (Entrevista 3) ao falar sobre o processo de institucionalização “*É veneno mas o cara tira*”.

Essas formas de viver, resistir e ajudar as pessoas com quem se tem vínculos territoriais e comunitários, representa o real jargão “*nós por nós*” que o Movimento Negro adotou ou o “*Povo cuidando do Povo*” que o MST e o Levante Popular da Juventude criaram durante a pandemia da COVID-19. Como já apontado, os adolescentes e jovens, sempre que podiam ou eram solicitados, para ajudar a si e sua comunidade, faziam doações, festas ou davam do próprio dinheiro, mostrando um compromisso comunitário que vai além de qualquer vínculo com a sigla X ou Y. “*Aí para os boyzinho assim, que a gente via assim que ia para a escola e tal. A gente chegava lá e dava o dinheiro para comprar uma sandália, uma roupa*” (Kaká; Entrevista 2). Nesse sentido, também Gabigol (Entrevista 2) apontou a solidariedade com a comunidade, usando das festas que promoviam para próprio lazer - que é

negado a essa classe temática - para arrecadar alimento para a população da comunidade em que morava.

Eu não fazia essas festas? e tal. A entrada era 10 reais e um kilo de alimento. Ai por evento o que, tinha uns 200 kg de alimento, 150 Kg de alimento. Ai nós fazia a festa na sexta, sábado e domingo. Como era na segunda, de 4 horas da tarde, eu distribuía os alimentos para os povo (Gabigol; Entrevista 2)

Essa solidariedade não se reduzia apenas ao convívio comunitário, a prática também se estendia para as unidades socioeducativas. Mesmo que na classe temática anterior tenha aparecido que existiam conflitos entre os adolescentes e/ou jovens, a solidariedade, principalmente com aqueles que estavam passando por momentos difíceis - como estar sem a visita familiar ou sofrer opressão na mão de outros adolescentes - apareceu fortemente em suas falas.

Aqui na cadeia mesmo, os boy que não tem visita e tal. Graças a Deus eu tenho minhas visita, aí se o boy tiver precisando de uma ideia, um morcego¹⁹ ou outra coisa, por mim mesmo eu vou lá, o bicho nem pede, eu mesmo ajudo ‘áí parceiro e tal, para tu aí tal’. Quando chega a minha feira, eu vou nos três blocos, que é Três blocos, tem boy que ta a um ano aqui, e não tem nenhuma visita. Ai quando chega, chega logo biscoito para mim. Áí eu dou dois pra um, outro pro outro, pa outro. As vezes homy, de nove biscoito, fico só com dois. Áí sabe que eu do pros povo, eles nem pede (Gabigol; Entrevista 3).

Além de demonstrar um senso de comunitário, Gabigol também entende aquele ato de doação como uma maneira de se reafirmar ‘bom’, já que cotidianamente colocam esses jovens como “perigosos” “anormais” e “desviantes” (Machado; Cruz; 2021). Como demonstra a continuação da narrativa dele:

P: Tu não sente falta não? Quando tu dá assim? G: Não... tá! Pra mim tá todo mundo tá na mesma merda. O cara vai tá luxando e outras pessoas passando dificuldade? Isso é uma ideia dentro mim. Só sou ruim quando o bicho que tirar eu, agora o bicho normal assim, eu tenho um coração bom demais (Gabigol; Entrevista 3).

Além da doação, também existia a proteção com os mais fracos. Como já citado, Kaká foi quem me trouxe o conhecimento da história de Yamal, e foi através do relato dele sobre as vivências que o adolescente passava, que decidi entrevistá-lo.

Oxê, ele apanha que só, os boy dá nele que só o carai, homy. Os negócio vem para ele da visita, os boy toma (...) Tá, oxê, isso é uma tirada, o cara vai estar se aproveitando dos outros é? E mais um boy indefeso, que não pode fazer nada. E oxê, isso é uma tirada, a mãe do cara compra um negócio para o cara. Gasta o dinheiro. Gasta o dinheiro, aí os boy vai lá e toma. (Kaká; Entrevista 3)

¹⁹ Gíria utilizada na socioeducação para denominar cueca.

Kaká não aceitava a prática opressiva dos outros adolescentes, e mesmo que a medida que tenha adotado foi se comunicar com o lado externo, pedindo para que viesse a ordem de fora para os outros pararem de atormentar Yamal, não deixava de expressar seus descontento aos outros:

Ai eu disse “oxe, você fica oprimindo o boi aí, é? Oxe, você tá pensando que você é quem, para estar oprimindo o boy dentro da cadeia? E é de chegar na rua, homy. Vá para a rua. Que o que é seu vai estar esperando lá, homy (Kaká; Entrevista 3).

A atitude de Kaká, ao proteger Yamal diante das práticas opressivas de outros adolescentes e ao denunciar a violência cotidiana na unidade em sua narrativa, exemplifica o que Bezerra e Leite (2020) chama de resistência coletiva afetiva, em seu estudo sobre "resistências afetivas e emoções políticas". Essas autoras mostram que os vínculos de proteção e solidariedade entre os jovens, mesmo em contextos de violações, funcionam como formas de resistência, não estruturadas politicamente, mas potentes na preservação da dignidade individual e coletiva.

Para além dessas questões mais gritantes, existiam as microrresistências cotidianas, como a importância do convívio para o bem estar dos entrevistados. Vini Jr. (Entrevista 3) aponta o lúdico novamente, como uma forma de passar o tempo e socializar com os demais. No momento da entrevista, ele se encontrava no CEJ, porém conseguiu trazer a perspectiva também do CSE. No CEJ, eles não tinham direito a nenhum jogo, seja carte ou dominó, porém ele expressou como driblava aquelas regras "*A gente já fez já uma dama no papel e foi pegando as tampas, foi pegando de tampa em tampa*"; quando fala do CSE, demonstra que lá era melhor, já que "*lá o bom é que pode entrar domino, mas só de plástico*". Essa fala dele me pareceu estranha, já que na primeira visita ao CEJ, ao entrar na sala da diretoria, encontrei uma mesa cheia de jogos de caixa, cartas e dominó, mas, contraditoriamente, nenhum dos jovens apontou jogos como algo que fazia parte das atividades do seu dia a dia na unidade.

As microrresistências cotidianas, como o convívio e o improviso lúdico descritos por Vini Jr. (Entrevista 3), expressam-se como formas de resistência simbólica e preservação subjetiva, tal como as "rodas de sonhos" analisadas por Bayer (2022). Essas práticas revelam o lúdico como espaço de encontro e resistência ao controle institucional, enquanto a fabricação de jogos com tampas exemplifica o que Machado e Cruz (2021) chamam de "microrresistências silenciosas", que subvertem regras sem confrontos diretos, criando modos próprios de sociabilidade.

Outra expressão dessa resistência, que grita em nossas caras as formas de denúncia e resistência às violações e ao ócio, é o momento em que batem grade. Na dissertação de

Mendes (2022) intitulada “*O bagulho ficou doido*”: *As (Re)xistências juvenis no sistema socioeducativo*, realizada na realidade socioeducativa de João Pessoa, demonstra que essas formas de ‘desobediências devidas’ são comuns frente aos constrangimentos cotidianos, as situações insuportáveis de convivência, como um desabafo frente ao isolamento e à solidão e, também, como forma de chamar atenção as solicitações feitas por eles. Bater grade tem consequências, mas elas não aparecem como impeditivo de subverter contra o necropoder operado nas instituições, já que o “necropoder embaralha as fronteiras entre resistência e suicídio, sacrifício e redenção, mártir e liberdade” (Mbembe; 2018; p. 71).

Nesse sentido, Endrick (Entrevista 3) traz um exemplo que coaduna com os dados apontados por Mendes (2022) “*P: Em que situação vocês batem grade? Endrick: Quando o cara não tem atendimento, quando o cara pidi uma ideia, e não chega*”. Pelé (Entrevista 3) aponta os pensamentos, o mal estar que eles causam, também como outra motivação para se revoltar e bater grade “*no castelo também. Quando dá de noite e vai batendo o castelo*” Já Gabigol, como sempre, exemplifica com mais detalhes em sua narrativa:

Vamos supor, a pessoa não ter a ligação durante a semana. Outra coisa, a pessoa quer tomar o remédio, o bicho não queria levar o cara, o agente. Uma outra coisa também, tem os artesanatos do cara, de vez em quando aí some uma linha, some uma coisa outra, o pessoal fica encabulado lá dentro, bate também. Tipo, o cara não bate zero motivo, por esporte não. Só só bate quando tem um motivo, encabulado mesmo, ai bate, entendeu (Gabigol; Entrevista 3).

Quando foi solicitado a contar algum motivo mais ‘esportivo’ para bater grade, ele riu e trouxe um momento em que o tédio venceu o medo das consequências - que eram ficar no isolado ou receber gás.

Só na situação, todo mundo sem fazer nada. Aí canta a música: “Bob Esponja que mora no mar, pa pa pa²⁰”. Eu não ouvi direito.... Bob esponja calça quadrada. Ai não ouvi direito, pa pa pa” (risos). Ai chega os agente, mete gás em todo mundo, e todo mundo lombrado de gás (Gabigol; Entrevista 3).

Essa prática identifica-se, segundo Aderaldo e Raposo (2016), como movimentos coletivos espontâneos que podem emergir nas instituições, onde a ação conjunta funciona como forma de enfrentamento às negligências institucionais e à violência simbólica e estrutural desses ambientes. De forma semelhante, Ferreira (2024), em sua etnografia sobre unidades socioeducativas, destaca como as interações coletivas entre adolescentes se constituem em formas de resistência aos dispositivos disciplinares. Para Ferreira (2024), práticas como “bater grade” são manifestações de contestação que, embora possam ser enquadradas como “indisciplina” pela instituição, expressam formas legítimas de resistência

²⁰ Sonoplastia que faz alusão às grades batendo.

frente ao controle institucional e à ausência da escuta de suas demandas. Além disso, o episódio narrado por Gabigol (Entrevista 3), em que os adolescentes batem grade cantando a música do *Bob Esponja* de forma lúdica, e motivado pelo tédio, e reforça o que Bayer (2022) identifica como resistência simbólica coletiva frente ao esvaziamento subjetivo e ao ócio compulsório promovido pelas instituições socioeducativas.

Assim, vamos à última classe temática de análise, as resistências afetivas. Elas aparecem como essenciais durante todas as suas trajetórias e, principalmente, durante o processo de institucionalização dentro das unidades. Essas estratégias que perpassam o amor e o afeto vão ter como personagens principais as famílias, mães e companheiras, elementos centrais para o bem-estar dos adolescentes e jovens entrevistados.

Resistências afetivas

Essa classe temática emergiu durante as entrevistas, não sendo pensada previamente como uma possível categoria de análise. Entretanto, desde as primeiras conversas no CEJ, especialmente com Kaká e Vini Jr., o amor e o afeto se fizeram presentes, mesmo que timidamente, em suas narrativas. Atravessados pela interpretação do *ethos guerreiro* (Zaluar, 1999), os entrevistados demonstravam resistência em expressar sentimentos, como se isso representasse uma fraqueza. No caso de Kaká, foi necessária uma intervenção mais direta para que ele assumisse seu afeto pela companheira. Depois de conseguir dizer que a amava, passou a reafirmar esse sentimento em todas as entrevistas, sempre fazendo referência a ela e às suas irmãs. Já Vini Jr. expressava uma mágoa intensa pelo fim de um relacionamento com uma namorada que estimava muito, embora não admitisse esse afeto diante do microfone. Esse aspecto só pode ser percebido após o término das gravações e foi registrado no diário de campo. A dificuldade de expressar sentimentos como sinal de fraqueza aparece claramente na fala de Kaká (Entrevista 1):

P: Eu parece bem apaixonado por ela. Kaká: Eu? P: Aham. Kaká: Sou nada, homy. P: Oxente, tu é casado há 3 anos e tá dizendo que não é? Kaká: Oxente, tá... apaixonado, eu sou apaixonado pela minha mãe, pelo meu pai, eu gosto dela. P: Mas por que tu não pode dizer que é apaixonado por ela? Kaká: Oxe, eu gosto dela (*mais enfático*) (Kaká; Entrevista 1).

O gostar, o amar é um sentimento que parece que só pode ser destinado a familiares consanguíneos, mesmo estando em um relacionamento estável a anos com a companheira. Essa negação é fruto de uma masculinidade onde a fragilidade não é uma opção, e endurecer-se é a via mais fácil para lidar com os sentimentos (Zaluar; 1999; Nascimento;

Uziel; Hernández; 2018; Campos; 2019; Costa; 2019). Entretanto, quando interpelado de outra forma, consegue se sentir acolhido para assumir os sentimentos.

P: Tudo bem. Você gosta dela. (baixei o tom e ele riu sem graça) Kaká: Não, mas porque assim, sei lá, é meu jeito homy. P: É difícil demonstrar sentimentos? Kaká: Eu? P: Assim, no geral. Tu acha que é mais difícil para vocês é mostrar sentimentos, vocês homens? Kaká: Não, oxe, eu gosto dela (tom suave). Eu digo a ela, que eu amo ela, mas... (*ele começa a rir sem graça*) P: Ta vendo! Kaká: Eu amo ela, eu digo a ela, “eu amo você”... mas tá ligado que eu amo mesmo minha mãe, meu pai. (...) Kaká: Tá ligado? Mas eu amo ela que querendo ou não, né, a pessoa tá aqui, ela tá vindo ver o cara e tal. (*tom suave*) (Kaká; Entrevista 1).

Já Vini Jr. (Entrevista 3) mostra mais explicitamente como funciona os sentimentos ambíguos dentro de si “*Vini Jr: Mas tem vez que nem amor sinto, mais só ódio. P: Mas tu ama a tua mãe? Vini Jr. Oxe amo demais, mano. É tudo para mim. (...) Não, mas digo assim, amor, por assim, por esposa, namorada*”, esse relato, quando confrontado com o Diário de Campo, entra em contradição:

Quando questionei em quem ele estava pensando, falou de uma namorada, que quebraram o coração um do outro mutuamente, a única que ele gostou de verdade. Ela era da igreja, e nunca foi gostada pela família dele - toda a família é envolvida, direta ou indiretamente. Me pediu conselhos sobre o amor, que queria falar com ela e que sentia falta dele, e percebi certa vergonha da parte dele em falar sobre sentimentos, afeto... Amor (Diário de Campo; 11/12/2024).

O entrevistado Vini Jr. encontrou, no espaço da entrevista, um lugar para se expressar e se humanizar, utilizando o relato afetivo como forma de manter vínculos com o mundo externo. Essa dinâmica é amplamente discutida na dissertação de Costa (2019), ao analisar como o envolvimento com facções criminosas e a conformação de uma masculinidade violenta operam como dispositivos de sobrevivência e, ao mesmo tempo, como barreiras à expressão da afetividade. A autora destaca que, para muitos adolescentes, demonstrar afeto — especialmente fora do âmbito familiar consanguíneo — é percebido como sinal de fragilidade, incompatível com o *ethos* viril exigido pelas dinâmicas do crime e do aprisionamento.

Essa resistência à expressão afetiva emerge fortemente nas falas de Kaká e Vini Jr., que, mesmo mantendo relações amorosas significativas, negam ou minimizam verbalmente os sentimentos. Essa estrutura de pensamento coaduna com o que Costa (2019) e Nascimento, Uziel e Hernández (2018) identificam como um modelo de masculinidade endurecida, no qual o amor conjugal ou romântico é rebaixado a uma esfera inferior ou menos legítima em comparação ao amor pela mãe ou por outros parentes.

Mas não foram apenas os dois que demonstraram a importância do amor a dois como mecanismo de fuga do sofrimento. Cristiano Ronaldo (Entrevista 3) projeta seu futuro sempre tendo em vista a companhia da atual companheira. A importância dela é perceptível quando,

na entrevista realizada logo após seu aniversário de 18 anos — ocasião em que foi transferido para o CEJ —, relata a ansiedade em revê-la, descrevendo como passou a noite em claro, olhando a fotografia da namorada enquanto esperava que o dia finalmente amanhecesse.

Aí eu ficava fazendo artesanato, aí, eu vou fazer artesanato, nada, vou fazer artesanato nada, vou fazer quando chegar no CEJ. Aí eu vou ficar olhando a foto da minha namorada e nada. Aí eu fiquei assim, eu fiquei pensando tanto que eu dormi. P: E foi? Cristiano Ronaldo: Aí depois eu acordei de madrugada com um sono e depois oxe, de novo eu acordei logo cedo meu irmão, eu esperando ela vir, que ela ia vir para o meu aniversário, aí eu só a esperando chegar (Cristiano Ronaldo; Entrevista 3).

Além das companheiras, emergiu com força nos relatos o papel da mãe como figura de proteção, sustentação emocional e vínculo com o mundo externo. “A mãe da pessoa é tudo”. Vini Jr. (Entrevista 3), quando confrontado sobre o que pretendia fazer após deixar a unidade, afirmou não saber se continuaria envolvido ou não, mas evidenciou a centralidade da mãe como possível fator de mudança: “A pessoa com certeza quer dar um abraço, um cheiro na mãe da pessoa. Que sempre tá com a pessoa. (...) A pessoa ir para um presídio desse para a mãe da pessoa passar para uma situação dessa aí” (referindo-se à revista vexatória). Da mesma forma, Yamal (Entrevista 3) compartilha um relato afetivo ao falar da visita da mãe: “conversa com ela, conversa comigo, depois dá um beijo assim, uma hora ela vai. Só esperar o dia de eu sair aqui mesmo”, demonstrando sua ansiedade para retornar à convivência familiar.

Outro adolescente que menciona a mãe com destaque é Gabigol, em um sentido tanto simbólico quanto material, atribuindo a ela o gesto de trazer o lar para dentro da unidade. Em sua terceira entrevista, ele expressa desagrado com a comida oferecida institucionalmente, mas descreve a comida da mãe como uma experiência distinta e afetiva: “Eu só como comida pesada quando faz na rua e traz. (...) P: Dia de visita tu pode almoçar com tua família? Gabigol: Posso. Ela trai e nós come”. Esse vínculo entre alimento e afeto é o que Silva (2023) denomina *resistências afetivas mediadas por objetos e práticas materiais*, capazes de atribuir novos sentidos ao espaço socioeducativo — pelo menos nos dias de visita — e de manter ativa a ligação com o lar.

A importância da família na vida desses sujeitos é tão marcante que o próprio relato de Gabigol (Entrevista 3) consegue materializar sua dimensão. Apesar de o ato infracional atribuído a ele não ser o foco desta pesquisa, vale mencionar, para fins analíticos, que sua institucionalização decorre de um latrocínio cometido contra um policial. Dada a gravidade do fato e a repercussão envolvida, a Justiça lhe ofereceu a inclusão no PPCAAM (Programa de

Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte). Contudo, Gabigol recusou o programa e, em sua narrativa, explica os motivos.

Aí tentaram um tal de PPCAM, pro cara ira praa, pra onde não tem relação, não quis não. P: Por que não? Gabigol: Oxe, o cara sair da cidade, pra ir pra outra cidade, não pode ter celular, não pode ter contato com a família. P: Não pode ter contato com a família não? Gabigol: Porque diz que rastreia a pessoa (*com ironia*), oxe quer tirar (Gabigol; Entrevista 3).

As falas evidenciam a importância das relações afetivas como formas centrais de resistência para os adolescentes em privação de liberdade. Assim como apontam Silva (2023) e Medeiros (2015), o vínculo familiar, especialmente com a mãe, funciona como uma ponte entre o mundo interno da unidade e o mundo externo, oferecendo suporte emocional e sentido de pertencimento. Por fim, a recusa de Gabigol ao PPCAAM, para não romper o contato com a família, demonstra como a manutenção desses vínculos afetivos é percebida como mais valiosa do que a própria segurança física, o que corrobora as análises de Costa (2019) sobre o valor central da família na construção das identidades e resistências afetivas desses jovens, mesmo em contextos limítrofes, como o contexto de privação de liberdade e de ameaças de morte.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas ao longo desta dissertação demonstram que as violações de direitos humanos vivenciadas por adolescentes e jovens em privação de liberdade não são fenômenos isolados ou pontuais, mas expressões de um sistema histórico e estrutural de exclusão social, racial, territorial e econômica, que se inicia muito antes da institucionalização. Trata-se de um processo historicamente constituído, enraizado em uma lógica de colonialidade do poder e do saber, que produz e reproduz desigualdades profundas ao demarcar quem tem o direito de existir plenamente e quem é relegado à condição de descartável.

Os dados empíricos colhidos em campo, somados às análises teóricas, evidenciam de forma contundente que esses sujeitos — em sua maioria negros, pobres e moradores de periferias urbanas — são socialmente marcados desde a infância como “alvo preferencial” de políticas de controle, contenção e punição. Por mais que essa pesquisa exista uma limitação relacionada à quantidade de entrevistados e ao recorte territorial, nota-se ainda assim que a seletividade penal não é um desvio de funcionamento, mas sua engrenagem central: um dispositivo que atua para manter intactas hierarquias sociais e raciais, engrenagem que tem a mídia sensacionalista e punitiva como reproduutor ideológico dessa saber fazer (Batista, 2011; Lúcio, 2018) Essa condição é agravada pela ausência ou precariedade das políticas públicas básicas, como as de saúde, educação, assistência, cultura, lazer, criando trajetórias marcadas por múltiplas privações, violência institucional e estigmatização permanente, que retroalimentam o ciclo de exclusão.

Além disso, mais uma vez se destaca a precariedade existente nas unidades socioeducativas de privação de liberdade, confluindo com diversas outras pesquisas levantadas durante a discussão. O ambiente continua sendo caracterizado como insalubre, com pouca ou nenhuma atividade profissionalizante, com alimentação precária, poucas horas de atividades educativas e com a presença de métodos punitivos ilegais na forma de tratar os sujeitos ali institucionalizados.

As narrativas dos entrevistados não só expõem as marcas cruéis dessa exclusão dentro e fora do sistema sociocultural, como também revelam as formas de resistência que emergem mesmo em contextos de repressão sistemática. Microrresistências cotidianas — como o lúdico reinventado no interior das unidades, a solidariedade entre pares, a reafirmação do afeto em

ambientes hostis — demonstram que mesmo em espaços moldados pela lógica da necropolítica (Mbembe, 2018), esses jovens constroem redes de cuidado, vínculos e estratégias de afirmação de sua humanidade. Trata-se de processos de subjetivação que recusam a desumanização imposta e se afirmam como práticas políticas no cotidiano, reconfigurando as fronteiras entre dominação e a resistência.

Essas experiências, interpretadas à luz de autores como Miranda, Sawaia, Vicentin e Marx, entre outros, reforçam a necessidade de compreender o sistema socioeducativo não apenas como um aparato disciplinar ou de contenção, mas como um território de disputas simbólicas, afetivas e políticas. São espaços contraditórios: de um lado, o projeto que criminaliza e elimina corpos negros e periféricos; de outro, o lugar que deveria prover novas oportunidades para esses sujeitos.

É preciso destacar ainda que as resistências afetivas, sobretudo os vínculos com mães, companheiras e familiares, emergem como elementos centrais na sustentação da subjetividade desses adolescentes e jovens. Em contextos em que o Estado se faz ausente ou só se apresenta por meio da força policial e da institucionalização, o afeto torna-se uma verdadeira tecnologia de sobrevivência. A recusa ao PPCAAM por parte de um dos entrevistados, Gabigol, ilustra com força, o quanto a separação dos laços familiares pode ser mais insuportável do que o risco iminente de morte, revelando a dimensão política e radical do cuidado, do pertencimento e da memória afetiva como fundamentos de uma resistência que desafia as estratégias de fragmentação e desagregação social. O amor, mesmo que mediado pelo *Ethos Guerreiro* (Zaluar, 2004), resiste ao campo de guerra em que se encontram.

A análise também evidenciou como o trabalho precoce — frequentemente romantizado como alternativa à criminalidade — configura-se como mais uma face da violação de direitos. As narrativas colhidas em campo mostram como muitos adolescentes já estavam inseridos em atividades laborais antes mesmo da chegada da adolescência, não como escolha ou estratégia de “cidadania” individual, mas como imposição para garantir a sobrevivência familiar. Essa adultização precoce conecta-se, em muitos casos, ao envolvimento com a economia ilegal, não como desvio moral ou falha individual, mas como expressão de uma sociabilidade produzida pela exclusão capitalista, pela desigualdade estrutural e pela seletividade penal que criminaliza a pobreza e racializa o crime (Alberto et al., 2021).

Ao retomar minha própria trajetória — marcada pela militância, pela pesquisa na graduação, pela atuação em projetos de extensão e pela experiência direta com os adolescentes nas unidades socioeducativas — reafirmo que esta dissertação não é apenas um exercício acadêmico, mas um posicionamento ético e político. A escolha do tema, do campo empírico e da metodologia foi guiada por uma escuta sensível e comprometida com a transformação social, e não com sua mera descrição. Como nos alerta Sawaia (2001), sem questionar o sofrimento que mutila a existência cotidiana, a política se torna abstração vazia. Esta pesquisa, portanto, não se propôs apenas a “dar voz” aos sujeitos privados de liberdade, mas a construir com eles um espaço de visibilidade, denúncia e elaboração coletiva de sentidos.

Assim, esta dissertação reafirma a necessidade e a urgência de políticas públicas integradas e efetivamente sensíveis às realidades concretas desses sujeitos, que sejam capazes de romper com a lógica punitivista, racista e classista que estrutura o sistema socioeducativo e a nossa sociedade como um todo. Mais do que reformar o sistema em si, é necessário repensar o projeto de sociedade que legitima e naturaliza o encarceramento em massa de adolescentes negros, pobres e periféricos, transformando sua exclusão em destino social. Esse desafio implica não só em desmontar as engrenagens da desigualdade, mas construir um novo modelo de sociedade, livre do capitalismo mordaz que gera a pobreza, que produz guerras contra jovens e suas maneiras de viver, que continua incentivando a diferenciação entre pessoas. A necessidade da construção de uma sociedade onde sejamos plenamente iguais. Precisamos de uma sociedade como aquela escrita pelo poeta Mauro Iasi no poema *Quando os trabalhadores perderem a paciência* “as pessoas comerão três vezes ao dia e passearão de mãos dadas ao entardecer (...) quando os trabalhadores perderam a paciência a pele será carícia e o corpo delícia, e os namorados farão amor não mercantil enquanto é a fome que vai virar indecência”.

Portanto, reafirma-se também a necessidade conjuntural de estar sempre ativos e ativas contra os desmontes nas políticas públicas e nas formas de trabalho, para que nenhuma criança, adolescente ou jovem troque a mochila da escola pela mochila do *Ifood*. Além disso, lutar contra a escala desumanizante que é a escala 6x1, que retira o direito ao lazer, à cultura, à convivência familiar e ao descanso. Lutar contra a precarização da educação pública, principalmente aquela de base. Reivindicar novos espaços de lazer e cultura, incentivando economicamente aquelas que querem viver da arte, da música, criando centros de juventude.

Incentivar o esporte, que cada dia mais se mostra como motor de mudanças concretas e de aberturas de novas perspectivas de vida, principalmente para os jovens. É preciso também não ter medo de pedir a desmilitarização da polícia, a reforma das nossas forças de segurança, para que se tornem menos exércitos de morte e mais operadores da cidadania. Além disso, pensando na conjuntura atual do nosso país, exigir a taxação dos super ricos, e das grandes heranças, onde esse dinheiro seja convertido em investimentos educacionais e tecnológicos, emancipando cada vez mais o Brasil. E por último, e não menos importante, *clamar* pelo abolicionismo de qualquer forma de instituição de sequestro, que podam vidas e sufocam sonhos, que é a materialidade do que há de mais cruel em nossa sociedade.

Por fim, esta dissertação se encerra com o compromisso de contribuir, ainda que modestamente, para a construção do pensamento de um outro horizonte possível: um horizonte no qual as juventudes sejam reconhecidas e respeitadas como sujeitos plenos de direitos, e não como alvos preferenciais de políticas de morte. Onde as juventudes sejam o motor da transformação e das revoluções, e não um problema de segurança pública. Portanto, inspirada na noção de felicidade ético-política de Sawaia (1999), esta pesquisa se coloca como um ato de resistência — contra o silenciamento, a violência e a indiferença — e como um convite à ação transformadora, tanto no campo acadêmico quanto na vida concreta, na luta pela transformação social. Que este trabalho possa, assim, fortalecer o debate, sensibilizar consciências, provocar debates, mudanças e manter viva a esperança, não como ilusão, mas como práxis crítica comprometida com a construção de um mundo mais justo e verdadeiramente humano.

REFERÊNCIAS

ADERALDO; Guilhermo; RAPOSO; Otávio. **Deslocando fronteiras: notas sobre intervenções estéticas, economia cultural e mobilidade juvenil em áreas periféricas de São Paulo e Lisboa.** Horizontes Antropológicos, v. 22, n. 46, p. 77-101, 2016.

AGAMBEN; Giorgio. **Estado de exceção.** Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo. Editora Boitempo, 2004.

AMADOR-BAQUIRO; Juan Carlos; MUÑOZ-GONZALEZ; Germán. **Resistencia, re-existencia y juvenicidio: tres metáforas para comprender la Colombia del levantamiento popular.** Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv, Manizales, v. 20, n. 3, p. 443-475, Dec. 2022.

ALBERTO; Maria de Fátima Pereira *et al.* **Condições objetivas de vida dos trabalhadores precoces que cumprem medidas socioeducativas.** In: Alberto, Maria de Fátima Pereira; Costa, Rafaela Rocha da. Trabalho Infantil e trajetórias de vida punidas e encarceradas com medidas socioeducativas. Editora CRV, 2021. p. 63-81.

ALBERTO; Maria de Fátima Pereira *et al.* **Adolescente e jovens que cumprem medidas socioeducativas foram trabalhadores infantis.** In: Alberto, Maria de Fátima Pereira; Costa, Rafaela Rocha da. Trabalho Infantil e trajetórias de vida punidas e encarceradas com medidas socioeducativas. Editora CRV, 2021. p. 39-62.

ALBERTO; Maria de Fátima Pereira. **O estatuto da criança e do adolescente, o trabalho infantil e a escola.** In L. Calissi; R.M.G Silveira (Orgs.). O ECA nas escolas: Perspectivas Interdisciplinares. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB.

ALENCAR; Felipe Augusto Barbosa. **“Envolvidos” na necropolítica: Trajetórias e Cotidianos de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2019.

ARIÈS; Philippe. **História social da criança e da família.** Tradução: Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

ARY; Carolina; TROCCOLI; Grace. **Análise sobre o processo de subjetivação de jovens que se encontram sob medidas socioeducativas a partir de filmes-cartas.** In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO, 1., 2022, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Blucher, 2022. p. 259-268. Disponível em: <https://pdf.blucher.com.br/openaccess/9786555503265/24.pdf>.

ALMEIDA; Jordana Rocha de. **Ser jovem COM vida, [re]existir:** trajetória itinerantes de egressos de medida socioeducativa de semiliberdade. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/58490/3/2023%20%5bJorddana%5d%20Tese%20-%20formata%C3%A7%C3%A3o%20final%20-%20FINAL_somente%20frente_arquivo%20digital.pdf.

ALMEIDA; Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

AMORIM; Rosa. **Tirar o título de eleitor para tirar Bolsonaro do poder**. Brasil de Fato, 06 de abril de 2022. Disponível em:

<https://www.brasildefatope.com.br/2022/04/06/tirar-o-titulo-de-eleitor-para-tirar-bolsonaro-do-poder>.

AZEVEDO, Cinthya Rebecca Santos; AMORIM, Tâmara Ramalho de Sousa; ALBERTO, Maria de Fátima Pereira. **Adolescência e Ato Infracional: Violência Institucional e Subjetividade em Foco**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 37, n. 3, p. 579–594, jul. 2017.

BALBINOT; Caroline. *et al.* **O Convívio Entre Adolescentes Em Medida Socioeducativa De Internação**. Psicologia em Estudo, v. 27, p. e48317, 2022.

BARBOSA; Lucas. **Atuação de facção paraibana em municípios na divisa com o Ceará é investigada**. O Povo, Fortaleza, 21 dez. 2023. Disponível em:

<https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2023/12/21/atuacao-de-facciao-paraibana-em-municípios-na-divisa-com-o-ceara-e-investigada.html>.

BAUMAN; Zygmunt. **Globalização**: as consequências humanas. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999. 145 p. Título original: Globalization: the human consequences. ISBN 85-7110-495-6.

BAUMAN; Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

BATISTA; Vera Malaguti. **Introdução à criminologia crítica brasileira**. Revan, 2011.

BAYER; Bruna Flores. **Sonhei que eu morri! reflexões sobre morte, sonhos e resistência nas rodas de sonhos com adolescentes que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade**. 2022. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/249446/001149964.pdf?sequence=1>.

BETTAMIO; Paolla; MENEZES; Rosa; BAUER; Thaisi. **Projeto “Novo Socioeducativo” é o caminho perigoso em busca da privatização**. Brasil de Fato, 13 dez. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/12/13/artigo-projeto-novo-socioeducativo-e-o-caminho-perigoso-em-busca-da-privatizacao/>.

BEZERRA; Leila. Maria Passo de Souza; LEITE, Ingrid Lorena Silva. **Juntas (os) somos mais fortes: resistências afetivas e emoções políticas**. Expressa Extensão, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/expressaextensao/article/download/17233/10875>.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997**. Institui o crime de tortura e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 abr. 1997.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 ago. 2013.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** Política Nacional de Assistência Social. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005. Disponível em: Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).** Brasília, DF, [s.d.].

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM).** Brasília, DF, [s.d.].

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.085, de 19 de abril de 2007.** Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 20 abr. 2007.

BRASIL. **Levantamento Anual do SINASE 2024.** Recuperado de <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/levantamento-nacional-sinase-2024>. 2024.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, Leiº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2012.

BRITO; Gabriel Miranda. **Nas veias abertas do necrocapitalismo:** uma análise acerca das contradições inerentes à medida socioeducativa de internação. Tese (Doutorado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022.

BOAS; Cristina Campolina Vilas; CUNHA; Cristiane de Freitas; CARVALHO, Raquel. **Por uma política efetiva de atenção integral à saúde do adolescente em conflito com a lei privado de liberdade.** Rev Med Minas Gerais, v. 20, n. 2, p. 225-233, 2010.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra:** quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMPOS; Alessandro de Oliveira. **Masculinidades negras, subjetividades e suas (des) humanidades.** In: FEFFERMANN; Marisa et al (Org.). São Paulo: Instituto de Saúde, 2018. 496 p. (Temas em Saúde Coletiva 25) ISBN: 978-85-88169-36-4.

CANGUILHEM; Georges. **O normal e o patológico**. Tradução de Maria de Threza Redigde C. Barrocas e Luiz Octávio F. B. Leite. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CARDOSO; Ruth Vilaça Correia Leite. **Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método**. In: Cardoso, Ruth Vilaça Correia Leite (Org.). A aventura antropológica: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro-RJ: Paz e Terra, 1986. p. 95-105.

CARVALHO; Lauriston de Araújo. **Trajetórias de vida de adolescentes do sistema socioeducativo no RN e o envolvimento em facções**. Tese (doutorado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2020.

CASSAB; Clarice. **Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução**. Locus: Revista de História, [S. l.], v. 17, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20352>.

CASSAB; Clarice. **Refazendo percursos: considerações acerca das categorias jovem e juventude no Brasil**. PERSPECTIVA, Erechim. v.34, n.128, p. 39-51, dezembro/2010.

COELHO; Natana Ester Silva. “**A poesia é um verter que move o caminhar**”: experiências de jovens estudantes com a poesia marginal no sarau e na escola. 2024. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação – Conhecimento e Inclusão Social) — Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/78134/1/Disserta%ca7%ca3o.Natana.Final.pdf>.

COIMBRA; Maria Cecilia. **"Operação Rio: o mito das classes perigosas"**. In: _____; NASCIMENTO, Maria Lívia do; AYRES, Lygia (Orgs.). **Policlamento e ordem pública**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1995. p. 49-68.

CORAUCCI; Alessandra Pires. **Atrás das muralhas: representações sociais da medida socioeducativa de internação por adolescentes privados de liberdade**. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009. Disponível em: https://www.ffclrp.usp.br/imagens_defesas/20_05_2010__10_27_14__43.pdf.

COSTA; Amanda Cristina de Aquino. **Masculinidades e facções criminosas nas evidências discursivas acerca do adolescente em conflito com a lei na unidade de internação masculina São Luís**. 2019. 172 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019. Disponível em: <http://tedebc.ufma.br:8080/jspui/bitstream/tede/4935/2/AMANDACRISTINADEAQUINOCOSTA.pdf>.

COSTA; Pedro Henrique Antunes da; MENDES; Kíssila Teixeira; GUEDES; Ítalo de Oliveira. **Juventude brasileira e o trabalho no tráfico de drogas**: pauperização, precarização e superexploração. Gerais, Rev. Interinst. Psicol., Belo Horizonte , v. 14, n. spe, p. 1-24, dez. 2021 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202021000300012&lng=pt&nrm=iso

COSTA; Nilson do Rosário; SILVA; Paulo Roberto Fagundes da. **A atenção em saúde mental aos adolescentes em conflito com a lei no Brasil.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, n. 5, p. 1467-1478, 2017.

COSTA; Cibele Soares da Silva; ALBERTO; Maria de Fátima Pereira; SILVA; Erlayne Beatriz Felix de Lima. **Vivências nas Medidas Socioeducativas:** Possibilidades para o Projeto de Vida dos Jovens. Psicologia: Ciência e Profissão [on-line], v. 39, p. 186311, 2019.

COSTA et. al. **Violência e direitos humanos na contemporaneidade: um olhar sobre o adolescente no Brasil.** Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 8, n. 2, feb, 2022.
COYLE; Ava DuVernay (Diretor). **A 13ª Emenda.** [Documentário]. Estados Unidos: Netflix, 2016. 100 min. Disponível em: <https://www.netflix.com.br/>.

DAVIS; Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Coleção Pensamento Crítico. Rio de Janeiro: Difel, 2018. 2. ed.

DEL PRIORI; Mary. **A criança negra no Brasil.** In JACÓ-VILELA, AM., and SATO, L., orgs. Diálogos em psicologia social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 232- 253. ISBN: 978-85-7982-060-1.

ENGELS; Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** Tradução: B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS; Friedrich; MARX; Karl. **O manifesto do partido comunista.** 5.ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

FANON; Frantz. **Os Condenados da Terra.** São Paulo: Zahar, 2022.

FEFFERMANN; Marisa. **Vidas arriscadas:** Um estudo sobre jovens inscritos no tráfico de drogas Petrópolis - Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2006.

FERREIRA; Nara Gleisia. **O visível e o quase invisível:** uma pesquisa acerca das interações entre adolescentes e agentes em unidades do socioeducativo de Belo Horizonte. 2024. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2024. Disponível em:
<https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/79851/1/Dissertacao.%20O%20visivel%20e%20quase%20invisivel.%20uma%20pesquisa%20acerca%20das%20intera%C3%A7%C3%B5es%20entre%20adolescentes%20e%20agentes%20em%20unidades%20do%20socioeducativo%20de%20Belo%20Horizonte.%20Nara%20Gleisia%20Ferreira.pdf>.

FREIRE; Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS; Marcel de Almeida; NORONHA; Inês de Oliveira. **União Nacional dos Estudantes (UNE).** In: Movimentos sociais e educação: mútuas influências [online]. Belo horizonte: Editora UEMG, 2023, pp. 79-95. Desafios para o século XXI collection. ISBN: 978-65-86832-16-7.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FOGO CRUZADO. Mil vítimas de balas perdidas no Grande Rio. Fogo Cruzado, 8 out. 2023. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/mil-vitimas-balas-perdidas-grande-rio>.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Lei de Cotas possibilitou aumento de 400% no ingresso de alunos negros no ensino superior em 10 anos. FGV, 26 de junho de 2022.

G1 PARAÍBA. Entenda por que guerra entre facções é apontada como motivo para alta de assassinatos na Grande João Pessoa. G1, 28 abr. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2024/04/28/entenda-por-que-guerra-entre-faccoes-e-a-pontada-como-motivo-para-alta-de-assassinatos-na-grande-joao-pessoa.ghtml> .

GENI/UFF. Atualização do mapa histórico dos grupos armados. Rio de Janeiro: GENI/UFF, 2024. Disponível em: <https://geni.uff.br/2024/06/04/atualizacao-do-mapa-historico-dos-grupos-armados/> .

GROPO; Luís Antonio. Introdução à Sociologia da Juventude. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

GÓES; José Roberto; FLORENTINO; Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, M. Del. História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2002, p.177-191.

GOES; Vitória Moura et al. Trabalho precoce e o envolvimento com atos tipificados como infracionais. In: Alberto, Maria de Fátima Pereira; Costa, Rafaela Rocha da. Trabalho Infantil e trajetórias de vida punidas e encarceradas com medidas socioeducativas. Editora CRV, 2021. p. 83-103.

GOFFMAN; Erving. Asilos: ensaios sobre a condição social dos doentes mentais e outros internados. Tradução de Luiz Carlos do Nascimento e Silva. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2022. (Original publicado em 1961).

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOMES; Clara Costa; CONCEIÇÃO; Maria Inês Gandolfo. Sentidos da trajetória de vida para adolescentes em medida de liberdade assistida. Psicologia em Estudo, v. 19, n. 1, p. 47–58, jan. 2014.

HARVEY; David. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 25. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HASHIZUME; Cristina Miyuki; PEDROSA; Andrea Guerra. Professores e formação de jovens em cumprimento de medida socioeducativa: alfabetização, projeto de vida e protagonismo jovem. *Cadernos de Pós-graduação*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 12-28, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/cadernosdepos/article/download/23023/10259>.

HUGO; Victor. Os miseráveis. São Paulo: FTD, p. 247, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira - 2023.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO FOGO CRUZADO. **Relatório Grande Recife:** abril de 2024. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/dados/relatorios/grande-recife-abril-2024>. Acesso em: 10 jun. 2024.

LÚCIO, Nara Fernandes; PAIVA, Ilana Lemos de; BRITO, Gabriel Miranda. **Violações de direitos no processo socioeducativo de adolescentes em privação de liberdade.** InSURgênci: revista de direitos e movimentos sociais, Brasília, v. 9, n. 2, p. 393-416, jul./dez. 2023.

MANSO; Bruno Paes; DIAS; Camila Nunes. **A Guerra:** A Ascensão do PCC e o Mundo do Crime no Brasil. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2018.

MANSO; Bruno Paes. **A República das Milícias:** Dos Esquadrões da Morte à Era Bolsonaro. São Paulo: Editora Todavia, 2020, 304 p.

MALVASI, Paulo Artur. **Entre a frieza, o cálculo e a "vida loka":** violência e sofrimento no trajeto de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. *Saúde e Sociedade*, v. 20, n. 1, p. 156–170, jan. 2011.

MALVASI; Paulo Artur. **Interfaces da vida loka:** Um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. 2012. Tese (Doutorado em Saúde, Ciclos de Vida e Sociedade) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.6.2012.tde-09032012-132410.

MARQUES; Marília. **A cada 23 minutos, um jovem negro morre no Brasil, diz ONU ao lançar campanha contra violência.** G1, 1 novembro de 2017. <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/a-cada-23-minutos-um-jovem-negro-morre-no-brasil-diz-onu-ao-lancar-campanha-contra-violencia.ghtml>.

MARX; Karl. **O Capital - Livro I – crítica da economia política:** O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATTOSO; Kátia de Queirós. **O filho da escrava:** em torno da Lei do Ventre Livre. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.8 n. 16, p. 37-55. mar/1988 - ago/1988.

MBEMBE; Achille. **Crítica da Razão Negra.** Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE; Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte.** São Paulo: n-1 edições, 2014.

MBEMBE; Achille. **Políticas da Inimizade.** Tradução de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017, 250p.

MEDEIROS; Fernanda Cavalcanti. **A inserção da família no processo socioeducativo de adolescentes em privação de liberdade.** 2015. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstreams/bfef0fda-3998-4418-9eb2-a52bf7ab600b/download>.

MINAYO; Maria Cecília de Souza. **Os desafios do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde** (8ºed.). São Paulo. Editora Hucitec, 2004.

MINAYO; Maria Cecília de Souza; DESLANDES; Suely Ferreira; NETO; Otávio Cruz; GOMES; Romeu. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade** (26ºed.). Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2007.

MIRANDA; Gabriel. **Necrocapitalismo: Ensaio Sobre Como nos matam.** 1. ed. São Paulo: Editora Lavrapalavra, 2021. 124 p.

MISSE; Michel. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro.** Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1999.

MOURA; Clóvis. **História do negro brasileiro.** São Paulo: Dandara, 2023.

NASCIMENTO; Marcos Antônio Ferreira do; UZIEL; Ana Paula; HERNÁNDEZ; Jimena de Garay. **Young men in juvenile detention centers in Rio de Janeiro, Brazil: gender, sexuality, masculinity and health implications.** Cadernos de Saúde Pública, v. 34, n. 2, 2018.

OLIVEIRA; Raquel Correia de. **O processo de construção da juventude como categoria social: notas sobre o reconhecimento dos jovens como sujeitos de direito.** In: Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 1, n. 1, 2018.

PAULA; Higor; CARDOSO; Izabel. **Batalhas de rimas:** como organização cultural e política da juventude. A verdade, 19 de março de 2024. Disponível em: <https://averdade.org.br/2024/03/batalhas-de-rimas-como-organizacao-cultural-e-politica-da-juventude/>.

PRADO; Hannah Zuquim Aidar. **Adolescência e juventude no narcotráfico:** estudo sobre trabalho e criminalização. Brasília, 2022. 218 p. Tese (Doutorado - Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, 2022.

RAMOS; Camilla Ramalho; ALBERTO; Maria de Fátima Pereira. **As implicações do encarceramento na saúde mental de adolescentes e jovens em privação de liberdade.** In: MELO; Brenho Marques de; COSTA; Iany Elizabeth (org). Direitos humanos e tortura no Brasil: perspectivas sobre violência e práticas de Estado. ed. 1. Vol. 1. Editora: Sistema Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, 2023. ISBN: 978-65-00-70600-0 (ebook).

RAMOS; Camilla Ramalho. **Histórias da minha área:** um retrato social em tons de rap. In: RIBEIRO; Luziana Ramalho et al. (org). Eugenia, violências e segurança pública: engrenagens de fazer morrer? ed 1. Vol. 1. Editora: Ideia, 2025. ISBN 978-65-5608-642-2 (ebook).

RAMOS, Silvia et al. **Pele alvo:** a bala não erra o negro. Rio de Janeiro: CESeC, 2023. ISBN 978-85-5969-035-4. Disponível em:
<https://ponte.org/wp-content/uploads/2023/11/boletim-pele-alvo.pdf>.

RODRIGUES; Filipe; FURNO; Juliane da costa. **Juventude da periferia:** reflexões iniciais com base na formação brasileira. In: MARTIN; Laura; VITAGLIANO; Luis Fernando. Juventude no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2019, p. 13-27.

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. DE M. **Adolescência através dos séculos.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 26, n. 2, p. 227–234, abr. 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário:** cor e raça na intimidade. História da vida privada no Brasil : contrastes da intimidade contemporânea. Tradução . São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ; Lilia Moritz. **O espetáculo das raças.** Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 287p.

SEGURANÇA PÚBLICA (Orgs.). **Atlas da violência 2023.** Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2023.

SILVA; Antônia Elenizia da; DIOGO; Ivan Jeferson Sampaio. **O jovem negro periférico em cumprimento de medidas socioeducativas:** a realidade no município de Caucaia, Ceará. Revista Humanidades e Tecnologia (FINOM), v. 1, n. 1, p. 1-12, 2023.

SILVA; Antônio Marcos Leandro da. **Trajetória Social e Criminalização da Juventude.** 2019. 50f. Trabalho de conclusão de curso de graduação em ciências sociais. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SILVA; Dayane Rodrigues et al. **Ações E Condições Da Privação De Liberdade, Segundo Dissertações De Mestrado (2007-2016).** Psicologia em Estudo, v. 28, p. e54641, 2023.

SILVA; Erlayne Beatriz Félix de lima; ALBERTO; Maria de Fátima Pereira; COSTA, Cibele Soares da Silva. **Juventude, contexto social e medidas socioeducativas:** trajetórias de (des)proteção social? Fractal: Revista de Psicologia, v. 34, p. e38032, 2022.

SILVA; Juraci Brito da. **Cartografando práticas e percursos na tentativa de implantação da visita íntima no sistema socioeducativo do Rio de Janeiro.** 2023. 256 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em:
<https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/20725/2/Tese%20-%20Juraci%20Brito%20da%20Silva%20-%202023%20-%20Completa.pdf>

MIRANDA; Ana Luíza de Oliveira; NOGUEIRA; Vera Lúcia. **Trajetórias escolares de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas:** um caminho conjecturável. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 10., 2023, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: Universidade do Estado de Minas Gerais, 2023. Disponível em:
https://mestrados.uemg.br/images/PPGedu/anais/Trajetorias_escolares_de_adolescentes_em_cumprimento_de_medidas_socioeducativas.pdf

SILVA; Maria Edna Bezerra; ANUNCIAÇÃO; Diana; TRAD; Leny Alves Bonfim. **Violência e vulnerabilização**: o cotidiano de jovens negros e negras em periferias de duas capitais brasileiras. Ciência & Saúde Coletiva, v. 29, n. 3, p. e04402023, 2024.

SISDEPEN. **Sistema de Estatísticas Penitenciárias [banco de dados]**. Dados estatísticos do sistema penitenciário: período de julho a dezembro de 2023. Brasília-DF: SENAPPEN, 2023.

SOSENSKI, Susana; JACKSON ALBARRÁN, Elena (Org.). **Nuevas miradas a la historia de la infancia en América Latina**: entre prácticas y representaciones. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Históricas, 2012.

SOUZA; Cândida de; SILVA; Daniele Nunes Henrique. **Adolescência em debate**: contribuições teóricas à luz da perspectiva histórico-cultural. Psicologia em Estudo, v. 23, p. e2303, 2018.

SOUZA; Cândida de; PAIVA; Ilana Lemos de. **Faces da juventude brasileira**: entre o ideal e o real. Estudos de Psicologia (Natal), v. 17, n. 3, p. 353–360, set. 2012.

TAKEITI; Beatriz Akemi; VICENTIN; Maria Cristina Gonçalves. **Juventude(s) periférica(s) e subjetivações**: narrativas de (re)existência juvenil em territórios culturais. Fractal: Revista de Psicologia, v. 31, n. spe, p. 256–262, dez. 2019.

TAVOLARI; Bianca *et al.* **As ocupações de escolas públicas em São Paulo (2015-2016): Entre a posse e o direito à manifestação**. Novos estudos CEBRAP, v. 37, n. 2, p. 291–310, maio 2018.

TRASSI; Maria de Lourdes; MALVASI; Paulo Artur. **Violentamente pacíficos**: desconstruindo a associação juventude e violência. São Paulo: Cortez, 2010.

VIANA; Luana. **Saiba o que é a Nova Okaida, facção que aterroriza estados do Nordeste**. Metrópoles, 28 nov. 2024. Disponível em:
<https://www.metropoles.com/brasil/saiba-o-que-e-a-nova-okaida-faccao-que-aterroriza-estado-s-do-nordeste>.

VICENTIN; Maria Cristina Gonçalves. **Saúde mental no contexto de privação de liberdade**. Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. São Paulo: CRP SP, p-24, 2016.

VICENTIN; Maria Cristina Gonçalves. **Corpos em rebelião e o sofrimento-resistência**: adolescentes em conflito com a lei. Tempo Social, 23, 2011 (1), 97-113.
<https://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702011000100005>.

VIGOTSKY; Lev Semyonovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WACQUANT; Loïc. **A penalização da miséria e o avanço do neoliberalismo**. In: WACQUANT, J. As duas faces do gueto. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 93-105.

WACQUANT; Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Editora Revan: ICC, 2^a edição, 2003.

WALKER; Sarah Cusworth; HERING; Jerald R. **The Impact of Pretrial Juvenile Detention on 12-Month Recidivism**: A Matched Comparison Study. *Crime & Delinquency*, v. 66, n. 13–14, p. 1865–1887, 2020.

ZALUAR; Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

ZALUAR; Alba. **Integração perversa**: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

QUESTIONÁRIO ENTREVISTA 1

Dados Biosociodemográficos

(Só oferecer as sugestões se perguntarem)

- Idade:
- Sexo (como você se identifica?):
 - Masculino
 - Feminino
 - Outro: _____
- Raça/cor (autodeclarada):
 - Preta
 - Parda
 - Branca
 - Indígena
 - Amarela
 - Outro: _____
- Naturalidade: (Cidade/Estado)
- Religião ou crença religiosa:
 - Nenhuma
 - Católica
 - Evangélica
 - Espírita
 - Umbanda/Candomblé
 - Outra: _____

2. Contexto Familiar

- Com quem você vivia antes de ser privado de liberdade?
 - Pais
 - Apenas mãe
 - Apenas pai
 - Avós
 - Outros familiares: _____
 - Amigos ou conhecidos
 - Companheira/o
 - Sozinho
- Quantas pessoas viviam na mesma casa que você?
- Qual era a principal fonte de renda da sua família?
 - Trabalho formal
 - Trabalho informal
 - Benefício social
 - Outra: _____

3. Escolaridade

- Até que série/ano você estudou?
- Você frequentava a escola regularmente?
- Já repetiu de ano? (Se sim) Quantas vezes?
- Você participava de outras atividades educacionais ou esportivas fora da escola?

4. Condições de Moradia

- Como era o lugar onde você morava?
 - Casa própria
 - Casa alugada
 - Ocupação
 - Outra: _____
- O bairro onde você morava tinha acesso a serviços básicos? (Dar exemplos se precisar: Água encanada; Luz elétrica; Coleta de lixo; Transporte público)
- Como você avaliar o bairro e local onde morava?
- Você teve acesso a serviços de saúde quando precisou?
- Você praticava alguma atividade física regularmente? Qual?
- Havia alguém na sua família com algum problema de saúde ou deficiência?

5. Trabalho e Renda

- Você já trabalhou ou ajudou antes de ser privado de liberdade?
- (Se sim) Em que trabalhou?
- A renda do trabalho ajudava na casa?
- Com quantos anos você começou a trabalhar?
- Que motivos te levaram a trabalhar?
- Você participava de algum grupo ou organização social?
- Quem eram as pessoas que você mais procurava em momentos de dificuldade?
- Você ou sua família já receberam algum benefício ou auxílio do governo? Qual?

Trajetória na Infância e Adolescência:

- Como você descreveria a sua infância?
- Você acha que sua infância durou até quando?
- Que momentos foram marcantes para você?
- Quais eram as suas brincadeiras ou passatempos preferidos quando você era criança?
- Onde você costumava brincar e com quem?
- Que sonhos você tinha quando era criança?
- Como era a convivência na sua casa durante a infância?
- Como era o bairro onde você cresceu?
- Que memórias ou situações se destacam desse lugar?
- Quem eram as pessoas com quem você mais convivia fora de casa? Que tipo de relação você tinha com elas?

- Que mudanças você percebeu na sua comunidade desde a sua infância? (Perguntar só se cresceu no mesmo local)
- Como foi sua experiência na escola?
- O que você mais gostava ou menos gostava na escola? Por quê?
- Quais serviços ou programas públicos você lembra que fizeram parte da sua infância/adolescência?
- Em algum momento, você precisou de algum tipo de benefício do governo?
- Você acha que faltou algum apoio ou projeto para sua família ou comunidade durante sua infância/adolescência?
- Se você pudesse mudar algo na sua infância, o que seria?
- Você já passou por alguma experiência difícil em sua comunidade?
- E fora dela?
- Teve alguma coisa que você gostaria de ter feito ou adquirido que não teve oportunidade?
- Alguma vez você já teve contato com a Polícia Militar ou Civil? (Se ele responder só sim, perguntar como foi?)
- O que você acha que poderia ser feito para que outros adolescentes não passem pelo que você passou?

QUESTIONÁRIO ENTREVISTA 2

Relação com o envolvimento e facção:

- O que levou você a se aproximar ou a fazer parte de um grupo?
- Quais fatores ou situações contribuíram para essa decisão?
- Como foi o seu primeiro contato com o grupo?
- Como rotina enquanto estava trabalhando para o grupo que se organizou?
- Quais eram suas principais responsabilidades ou atividades?
- Como você descreveria sua relação com os outros membros?
- De que forma a facção era vista pelas pessoas do bairro ou da comunidade onde você vivia?
- Como você percebe o tratamento da sociedade e das autoridades em relação às pessoas que fazem parte desses grupos?
- Você acha que ganhou alguma coisa com a entrada nesse grupo?
- E quanto a perdas, você acha que teve alguma por estar envolvido com a facção?
- Alguma vez você pensou em sair da facção?
- O que você acha que influenciaria sua decisão?
- Como você enxerga hoje a sua relação com a facção?
- O envolvimento com a facção afetou de alguma forma sua relação com sua família ou pessoas próximas?
- Você acha que o seu grupo impactou de alguma forma o seu bairro?

QUESTIONÁRIO ENTREVISTA 3

Violações de D.H na Unidade Socioeducativa:

- Como é o dia a dia aqui dentro?
- Como são suas interações com os educadores, agentes e outros profissionais da unidade?
- Como você avalia os serviços prestados (educação, saúde, assistência... se precisar de exemplos) aqui na unidade?
- Quais atividades, cursos ou oportunidades você teve acesso aqui?
- Como é a convivência com os outros adolescentes e jovens na unidade?
- Como são suas visitas e o contato com sua família?
- O que você acha da socioeducação?
- Tem alguma coisa que poderia mudar?

Resistência:

- Diante do que você passou, o que te ajudou a continuar?
- Como era que tu resistia às experiências relatadas até agora? Dentro e fora da socioeducação.
- Quem eram as pessoas que você podia/pode contar?
- Você acha que essas experiências afetaram os seus sonhos e planos para o futuro?
- Quando pensa nas dificuldades que enfrentou, você sente que essas experiências foram individuais ou parte de um problema maior que afeta outras pessoas também?
- Como você enxerga seu futuro?



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CERTIDÃO Nº 73 / 2024 - PPGDH (11.01.15.16)

Nº do Protocolo: 23074.048303/2024-42

João Pessoa-PB, 17 de Junho de 2024

Certificamos para os devidos fins, que o Projeto de Pesquisa intitulado "Violações de Direitos Humanos nas narrativas de adolescentes e jovens Paraibanos privados de liberdade", de autoria de CAMILLA RAMALHO RAMOS, matrícula nº 20231017459, aluno(a) regularmente matriculado(a) no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas - PPGDH/UFPB, foi aprovado pelo colegiado do programa.

CURSO CREDENCIADO PELA PORTARIA CNE/MEC nº 1324 de 08/11/2012, publicado no DOU em 09/11/2012 sec1, p.8.

(Assinado digitalmente em 17/06/2024 15:26)
NELSON GOMES DE SANTANA E SILVA JUNIOR
COORDENADOR(A) DE CURSO
Matrícula: 1700164

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **73**, ano: **2024**, documento(espécie): **CERTIDÃO**, data de emissão: **17/06/2024** e o código de verificação: **f971b8efce**

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS EM NARRATIVAS DE ADOLESCENTES E JOVENS PARAIBANOS PRIVADOS DE LIBERDADE: há muitas pedras no caminho

Pesquisador: CAMILA RAMALHO RAMOS

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 82234624.7.0000.5188

Instituição Proponente: Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.184.884

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um protocolo de pesquisa egresso do PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS - PPGDH, do NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - NCDH, do CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - CCHLA, da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, da aluna CAMILLA RAMALHO RAMOS, sob orientação da Profª Dra. Luziana Ramalho Ribeiro.

Este projeto de pesquisa para dissertação de mestrado visa investigar as violações de direitos humanos sofridas por adolescentes e jovens privados de liberdade em João Pessoa, Paraíba. A pesquisa, de natureza qualitativa, se propõe a analisar as narrativas de vida de adolescentes e jovens institucionalizados em unidades socioeducativas, buscando compreender suas experiências e as formas como os direitos humanos são negligenciados em suas trajetórias. Os resultados apontados pela literatura já mostram um cenário de múltiplas violências, desde a infância até a privação de liberdade, marcadas pela desigualdade social, pela criminalização da pobreza e pela lógica punitivista do sistema socioeducativo. As narrativas dos participantes podem contribuir na construção de políticas públicas mais justas e efetivas, que garantam a proteção dos direitos desses jovens e promovam a reinserção social. A pesquisa contribui para o campo dos estudos sobre juventude, direitos humanos e sistema socioeducativo, oferecendo subsídios para a construção de um conhecimento crítico sobre a realidade desses sujeitos.

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 7.184.884

Objetivo da Pesquisa:

Na avaliação dos objetivos apresentados os mesmos estão coerentes com o propósito do estudo:

Objetivo Primário:

Analisar violações de direitos humanos nas trajetórias de adolescentes e jovens privados de liberdade a partir de suas narrativas.

Objetivos Secundários:

Identificar as principais vivências de violências sofridas pelos sujeitos pesquisados antes da privação de liberdade;

Investigar a relação entre as violação de direitos e o cometimento de atos infracionais;

Conhecer os métodos de resistência frente às violações de direitos sofridas antes e depois da privação de liberdade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Na avaliação dos riscos e benefícios apresentados estão coerentes com a Resolução 466/2012 CNS, item V "Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos em tipos e graduações variadas. Quanto maiores e mais evidentes os riscos, maiores devem ser os cuidados para minimizá-los e a proteção oferecida pelo Sistema CEP/CONEP aos participantes.

Riscos:

Os adolescentes e jovens podem rememorar momentos difíceis que passaram, causando mal estar e ansiedade. Além de se poderem se entender quanto sujeitos que tiveram seus direitos violados. Porém, irá se manter o contato com a psicóloga especialista, que o acompanha, para qualquer suporte. Além disso, o adolescente ou o jovem poderá desistir a qualquer momento da pesquisa, se ele se sentir mal.

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 7.184.884

Benefícios:

Dar visibilidade maior a essa população jovem encarcerada, aumentar a produção científica em relação ao assunto estudado e tentar lutar no campo das políticas públicas para a mudança do cenário que os encarceraram.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente projeto apresenta coerência científica, mostrando relevância para a academia, haja vista a ampliação do conhecimento, onde se busca, principalmente, analisar violações de direitos humanos nas trajetórias de adolescentes e jovens privados de liberdade a partir de suas narrativas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os Termos de Apresentação Obrigatória, foram anexados tempestivamente.

Recomendações:

RECOMENDAMOS QUE A PESQUISADORA RESPONSÁVEL ENCAMINHE EMENDA INSERINDO O NOME DA ORIENTADORA NA EQUIPE DE PESQUISA.

RECOMENDAMOS TAMBÉM, QUE CASO OCORRA QUALQUER ALTERAÇÃO NO PROJETO (MUDANÇA NO TÍTULO, NA AMOSTRA OU QUALQUER OUTRA), A PESQUISADORA RESPONSÁVEL DEVERÁ SUBMETER EMENDA INFORMANDO TAL(IS) ALTERAÇÃO(ÕES), ANEXANDO OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.

RECOMENDAMOS POR FIM QUE AO TÉRMINO DA PESQUISA A PESQUISADORA RESPONSÁVEL ENCAMINHE AO COMITÊ DE ÉTICA PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, RELATÓRIO FINAL E DOCUMENTO DEVOLUTIVO COMPROVANDO QUE OS DADOS FORAM DIVULGADOS JUNTO À(S) INSTITUIÇÃO(ÕES) ONDE OS MESMOS FORAM COLETADOS, AMBOS EM PDF, VIA PLATAFORMA BRASIL, ATRAVÉS DE NOTIFICAÇÃO, PARA OBTENÇÃO DA CERTIDÃO DEFINITIVA.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

TENDO EM VISTA O CUMPRIMENTO DAS PENDÊNCIAS ELENCADAS NO PARECER ANTERIOR E A NÃO OBSERVÂNCIA DE NENHUM IMPEDIMENTO ÉTICO, SOMOS DE PARECER FAVORÁVEL A EXECUÇÃO DO PRESENTE PROJETO, DA FORMA COMO SE APRESENTA, SALVO MELHOR JUÍZO.

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 7.184.884

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba (CEP/CCS) aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJECTO_2393665.pdf	25/09/2024 14:04:41		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_camilla_apendices.pdf	02/09/2024 10:10:28	CAMILA RAMALHO RAMOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_consentimento.pdf	30/08/2024 17:05:16	CAMILA RAMALHO RAMOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_assentimento.pdf	30/08/2024 17:05:05	CAMILA RAMALHO RAMOS	Aceito
Cronograma	cronograma_final.pdf	30/08/2024 17:04:00	CAMILA RAMALHO RAMOS	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	30/08/2024 17:03:00	CAMILA RAMALHO RAMOS	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_camilla_assinado.pdf	09/08/2024 13:41:32	CAMILA RAMALHO RAMOS	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	camilla_termo_de_ciencia_assinado.pdf	07/08/2024 10:14:00	CAMILA RAMALHO RAMOS	Aceito
Declaração de Pesquisadores	termo_de_compromisso_pesquisador.pdf	07/08/2024 10:04:48	CAMILA RAMALHO RAMOS	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	camilla_certificado_colegiado.pdf	01/08/2024 17:56:27	CAMILA RAMALHO RAMOS	Aceito
Declaração de concordância	termo_de_anuencia_da_instituicao.pdf	01/08/2024 17:53:24	CAMILA RAMALHO RAMOS	Aceito

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 7.184.884

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 25 de Outubro de 2024

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: Campus I / Prédio do CCS UFPB - 1º Andar

Bairro: Cidade Universitária

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOAO PESSOA

Telefone: (83)3216-7791

Fax: (83)3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO – SEDH
FUNDAÇÃO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
“ALICE DE ALMEIDA” – FUNDAC**

DIRETORIA TÉCNICA FUNDAC

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

A Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente “Alice de Almeida”

– FUNDAC, autoriza a aluna **Camilla Ramalho Ramos**, do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob a orientação da Professora Luziana Ramalho Ribeiro, a desenvolver o Projeto de Pesquisa intitulado **“Violações de Direitos Humanos em Narrativas de Adolescentes e Jovens Paraibanos Privados de Liberdade: Há Muitas Pedras no Caminho”**. A pesquisa será realizada em duas unidades socioeducativas de privação de liberdade na cidade de João Pessoa-PB: o Centro Socioeducativo Edson Mota (CSE) e o Centro Educacional do Jovem (CEJ). O objetivo geral da dissertação de mestrado é analisar violações de direitos humanos nas trajetórias de adolescentes e jovens privados de liberdade, a partir de suas narrativas. A FUNDAC ressalta que todos os dados coletados serão tratados com a devida confidencialidade e que a pesquisa seguirá todas as normas éticas estabelecidas pela FUNDAC/PB, respeitando os princípios éticos vigentes.

João Pessoa, 28 de outubro de 2024.

ASSINATURA DIGITAL

FLAVIO EMILIANO MOREIRA DAMIÃO SOARES
Presidente FUNDAC

Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente "Alice de Almeida" - FUNDAC
Avenida Rio Grande do Sul, nº 956 - Bairro dos Estados
CEP: 58030-020 - João Pessoa/PB



Assinado com senha por [FDC87775] [SENHA] ARYANNE RODRIGUES TOMAZ COUTINHO em 28/10/2024 - 12:58hs e [FDC58348] [SENHA] FLAVIO EMILIANO MOREIRA DAMIÃO SOARES em 28/10/2024 - 14:26hs.

Documento Nº: 5337776.50224324-2640 - consulta à autenticidade em <https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5337776.50224324-2640>



FDCPRC202400781V01



**Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas –
PPGDH**

**TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TALE)
(RESPONSÁVEIS)**

Participação no estudo

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada **“VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS EM NARRATIVAS DE ADOLESCENTES E JOVENS PARAIBANOS PRIVADOS DE LIBERDADE”**: há muitas pedras no caminho”, coordenada por Camilla Ramalho Ramos e a professora doutora Luziana Ramalho Ribeiro. O objetivo deste estudo é analisar violações de direitos humanos nas trajetórias de adolescentes e jovens privados de liberdade a partir de suas narrativas. Como objetivos específicos identificar as principais vivências de violências sofridas pelos sujeitos pesquisados antes da privação de liberdade; Investigar a relação entre as violação de direitos e o cometimento de atos infracionais; Conhecer os métodos de resistência frente às violações de direitos sofridas antes e depois da privação de liberdade.

Caso você aceite participar da entrevista, serão realizados mais de dois encontros para conversar sobre as questões apontadas nos objetivos, tendo a liberdade de desistir da pesquisa a qualquer momento. Os encontros terão a duração de no máximo 1h, com dias previamente estabelecidos com você e com a instituição. Além disso, será realizada a gravação de voz desses momentos, mas deixando seu nome anônimo, para não ser reconhecido e garantir o anonimato durante as transcrições das entrevistas.

Riscos e Benefícios

Com a participação do adolescente nesta pesquisa, ele estará exposto a riscos psicológicos ou morais, devido à rememoração de algumas situações de vida vividas no passado e no presente momento. Para diminuir a chance desses riscos acontecerem, a entrevista poderá ser parada a qualquer momento e manterei o contato com o psicólogo/a e a/o assistente social responsável pelo adolescente.

Esta pesquisa tem como benefício, através da entrevista, colaborar para um estudo e para o aumento e visibilidade social e acadêmica sobre Violações de Direitos Humanos nas Vidas de Adolescentes e Jovens que estão em Medidas Socioeducativas. Além disso, vai auxiliar trabalhos futuros do pesquisador e de outros profissionais que tenham acesso a ela.

Sigilo, Anonimato e Privacidade

O material e informações obtidas podem ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos, sem sua identificação. Por ocasião da

publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas as fases da pesquisa. Os pesquisadores se responsabilizam pela guarda e confidencialidade dos dados, bem como a não exposição individualizada dos dados da pesquisa. A participação é voluntária e o adolescente terá a liberdade de se recusar a responder quaisquer questões que lhe ocasionam constrangimento de alguma natureza.

Autonomia

O adolescente também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo. É assegurada a assistência durante toda a pesquisa, e garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Se com a sua participação na pesquisa for detectado que o adolescente apresenta alguma condição que precise de tratamento, ele receberá orientação da equipe de pesquisa, de forma a receber um atendimento especializado. Você também poderá entrar em contato com os pesquisadores, em qualquer etapa da pesquisa, por e-mail ou telefone, a partir dos contatos dos pesquisadores que constam no final do documento.

Devolutiva dos resultados

Os resultados da pesquisa poderão ser solicitados a partir de julho de 2025 por e-mail, contato telefônico ou encontro presencial. Ressalta-se que os dados coletados nesta pesquisa somente poderão ser utilizados para as finalidades da presente pesquisa, sendo que para novos objetivos um novo TCLE deve ser aplicado.

Lembramos que a participação é voluntária, o que significa que o adolescente não poderá ser pago, de nenhuma maneira, por participar desta pesquisa. De igual forma, a participação na pesquisa não implica em gastos para ele ou para o responsável. Após ser esclarecido sobre as informações da pesquisa, no caso de aceitar do adolescente poder fazer parte do estudo, assine o assentimento de participação em todas as páginas e no campo previsto para o seu nome, que é impresso em duas vias, sendo que uma via ficará em posse do pesquisador responsável e a outra via com você.

Pesquisador(a) responsável: Camilla Ramalho Ramos

E-mail para contato: camillarramos97@gmail.com

Telefone para contato: 83 986601736

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável: _____

Outros pesquisadores (orientador(a)):

Nome: Dr. Luziana Ramalho Ribeiro

E-mail para contato: luzianaribeiro.ufpb@gmail.com

Telefone para contato: 83 998121994

Assinatura do orientador(a): _____

Consentimento de Participação (ADOLESCENTE)

Declaro que fui devidamente esclarecido sobre a pesquisa, riscos e benefícios e concordo em participar, voluntariamente da pesquisa intitulada “**VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS EM NARRATIVAS DE ADOLESCENTES E JOVENS PARAIBANOS PRIVADOS DE LIBERDADE**: há muitas pedras no caminho” conforme informações contidas neste TALE.

João Pessoa _____ de _____ de 2024.

Assinatura do adolescente:_____

Assentimento Livre e Esclarecido (RESPONSÁVEL)

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para o menor pelo qual sou responsável e ter ficado ciente de todos os seus direitos, concordo que participe da pesquisa “**VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS EM NARRATIVAS DE ADOLESCENTES E JOVENS PARAIBANOS PRIVADOS DE LIBERDADE**: há muitas pedras no caminho”, e autorizo a divulgação das informações fornecidas em congressos e/ou publicações científicas desde que nenhum dado possa identificá-lo.

Você tem o direito de não autorizar ou retirar o seu consentimento da participação do adolescente em qualquer fase da pesquisa, sem nenhum tipo de prejuízo. Os dados que o adolescente irá fornecer serão confidenciais e serão divulgados apenas em congressos ou publicações científicas, sempre de forma anônima, não havendo divulgação de nenhum dado que possa lhe identificar. Esses dados serão guardados pelo pesquisador responsável por essa pesquisa em local seguro e por um período de 5 anos. Se o adolescente sofrer qualquer dano decorrente desta pesquisa, sendo ele imediato ou tardio, previsto ou não, ele será indenizado na forma da lei.

Este documento foi impresso em duas vias. Uma ficará com você e a outra com a pesquisadora responsável Camilla Ramalho Ramos.

João Pessoa, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do responsável legal:_____

Declaração do pesquisador responsável

Como pesquisador responsável pelo estudo “**VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS EM NARRATIVAS DE ADOLESCENTES E JOVENS PARAIBANOS PRIVADOS DE LIBERDADE**: há muitas pedras no caminho”, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos metodologicamente e direitos que

foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso ora assumido infringirei as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

João Pessoa, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante sejam respeitados, sempre se pautando pelas Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O CEP tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Caso você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o Contato do pesquisador responsável ou com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/CCS/UFPB Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) Centro de Ciências da Saúde (1ºandar) da Universidade Federal da Paraíba Campus I – Cidade Universitária / CEP: 58.051-900 – João Pessoa-PB Telefone: +55 (83) 3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br Horário de Funcionamento: de 07h às 12h e de 13h às 16h. Homepage: <http://www.ccs.ufpb.br/eticaccsufpb>.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar	
Pesquisador(a) Responsável: Camilla Ramalho Ramos	Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba
Endereço: R Efigênio Barbosa da Silva, 896 Jasmin VI. AP 301 – Jardim Cidade Universitária João Pessoa – PB - CEP 58051-100 (83) 986601736 <i>E-mail:</i> camillarramos97@gmail.com	CEP/CCS/UFPB Campus I Cidade Universitária - 1º Andar João Pessoa - PB - CEP 58051-900 (83) 3216-7791 <i>E-mail:</i> comitedeetica@ccs.ufpb.br



Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA
Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas
– PPGDH

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Participação no estudo

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “**VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS EM NARRATIVAS DE ADOLESCENTES E JOVENS PARAIBANOS PRIVADOS DE LIBERDADE**”: há muitas pedras no caminho”, coordenada por Camilla Ramalho Ramos e a professora doutora Luziana Ramalho Ribeiro. O objetivo deste estudo é analisar violações de direitos humanos nas trajetórias de adolescentes e jovens privados de liberdade a partir de suas narrativas. Como objetivos específicos identificar as principais vivências de violências sofridas pelos sujeitos pesquisados antes da privação de liberdade; Investigar a relação entre as violação de direitos e o cometimento de atos infracionais; Conhecer os métodos de resistência frente às violações de direitos sofridas antes e depois da privação de liberdade

Caso você aceite participar da entrevista, serão realizados mais de dois encontros para conversar sobre as questões apontadas nos objetivos, tendo a liberdade de desistir da pesquisa a qualquer momento. Os encontros terão a duração de no máximo 1h, com dias previamente estabelecidos com você e com a instituição. Além disso, será realizada a gravação de voz desses momentos, mas deixando seu nome anônimo, para não ser reconhecido e garantir o anonimato durante as transcrições das entrevistas.

Riscos e Benefícios

Com sua participação nesta pesquisa, você estará exposto a riscos psicológicos ou morais, devido à rememoração de algumas situações de vida vividas no passado e no presente momento. Para diminuir a chance desses riscos acontecerem, a entrevista poderá ser parada a qualquer momento e manterei o contato com o psicólogo/a e a/o assistente social responsável por você.

Esta pesquisa tem como benefício, através de sua entrevista, colaborar para um estudo e para o aumento e visibilidade social e acadêmica sobre Violações de Direitos Humanos nas Vidas de Adolescentes e Jovens que estão em Medidas Socioeducativas. Além disso, vai auxiliar trabalhos futuros do pesquisador e de outros profissionais que tenham acesso a ela.

Sigilo, Anonimato e Privacidade

O material e informações obtidas podem ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos, sem sua identificação. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo absoluto, bem como em todas as fases da pesquisa. Os pesquisadores se responsabilizam pela guarda e confidencialidade dos dados, bem como a não exposição individualizada dos dados da pesquisa. Sua participação é voluntária e você terá a liberdade de se recusar a responder quaisquer questões que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza.

Autonomia

Você também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo. É assegurada a assistência durante toda a pesquisa, e garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Se com a sua participação na pesquisa for detectado que você apresenta alguma condição que precise de tratamento, você receberá orientação da equipe de pesquisa, de forma a receber um atendimento especializado. Você também poderá entrar em contato com os pesquisadores, em qualquer etapa da pesquisa, por e-mail ou telefone, a partir dos contatos dos pesquisadores que constam no final do documento.

Devolutiva dos resultados

Os resultados da pesquisa poderão ser solicitados a partir de julho de 2025 por e-mail, contato telefônico ou encontro presencial. Ressalta-se que os dados coletados nesta pesquisa somente poderão ser utilizados para as finalidades da presente pesquisa, sendo que para novos objetivos um novo TCLE deve ser aplicado.

Lembramos que sua participação é voluntária, o que significa que você não poderá ser pago, de nenhuma maneira, por participar desta pesquisa. De igual forma, a participação na pesquisa não implica em gastos para você. Após ser esclarecido sobre as informações da pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação em todas as páginas e no campo previsto para o seu nome, que é impresso em duas vias, sendo que uma via ficará em posse do pesquisador responsável e a outra via com você.

Pesquisador(a) responsável: Camilla Ramalho Ramos

E-mail para contato: camillarramos97@gmail.com

Telefone para contato: 83 986601736

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável: _____

Outros pesquisadores (orientador(a)):

Nome: Dr. Luziana Ramalho Ribeiro

E-mail para contato: luzianaribeiro.ufpb@gmail.com

Telefone para contato: 83 998121994

Assinatura do orientador(a): _____

Consentimento de Participação

Declaro que fui devidamente esclarecido sobre a pesquisa, riscos e benefícios e concordo em participar, voluntariamente da pesquisa intitulada **“VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS EM NARRATIVAS DE ADOLESCENTES E JOVENS PARAIBANOS PRIVADOS DE LIBERDADE: há muitas pedras no caminho”** conforme informações contidas neste TCLE.

João Pessoa _____ de _____ de 2024.

Assinatura: _____

O Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) é composto por um grupo de pessoas que estão trabalhando para garantir que seus direitos como participante sejam respeitados, sempre se pautando pelas Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS). O CEP tem a obrigação de avaliar se a pesquisa foi planejada e se está sendo executada de forma ética. Caso você achar que a pesquisa não está sendo realizada da forma como você imaginou ou que está sendo prejudicado de alguma forma, você pode entrar em contato com o Contato do pesquisador responsável ou com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/CCS/UFPB Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) Centro de Ciências da Saúde (1ºandar) da Universidade Federal da Paraíba Campus I – Cidade Universitária / CEP: 58.051-900 – João Pessoa-PB Telefone: +55 (83) 3216-7791 E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br Horário de Funcionamento: de 07h às 12h e de 13h às 16h. Homepage: <http://www.ccs.ufpb.br/eticaccsufpb>.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos desta pesquisa, você poderá consultar	
Pesquisador(a) Responsável: Camilla Ramalho Ramos	Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba
Endereço: R Efigênio Barbosa da Silva, 896 Jasmin VI. AP 301 – Jardim Cidade Universitária João Pessoa – PB - CEP 58051-100 (83) 986601736 <i>E-mail:</i> camillarramos97@gmail.com	CEP/CCS/UFPB Campus I Cidade Universitária - 1º Andar João Pessoa - PB - CEP 58051-900 (83) 3216-7791 <i>E-mail:</i> comitedeetica@ccs.ufpb.br